

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ESPECIAL
A conjuntura econômica
da Bahia no Plano Real:
1994 - 2003

121

SALVADOR • JUNHO DE 2004



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI
CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL
Cesar Vaz de Carvalho Junior
José Ribeiro Soares Guimarães

COORDENAÇÃO
Luiz Mário Ribeiro Vieira

EQUIPE TÉCNICA
Elissandra Alves de Brito
Alynson dos Santos Rocha (Bolsista FAPES)
Carla Janira Souza do Nascimento (Bolsista FAPES)
Fabiana Karine Pacheco dos Santos (Bolsista FAPES)
Joseanie Aquino Mendonça (Bolsista FAPES)
Roberta Lourenço de Souza (Bolsista FAPES)
João Paulo Caetano Santos (Estagiário)
Nícia Moreira da Silva Santos (Estagiária)

NORMALIZAÇÃO
Gerência de Documentação e Biblioteca - GEBI

REVISÃO
Dina Beck

PRODUÇÃO GRÁFICA
Dóris Serrano

DESIGNER GRÁFICO
Humberto Farias

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
HBTO Comunicação e Arte

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International
Periodicals Directory.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da
Bahia, 2004.

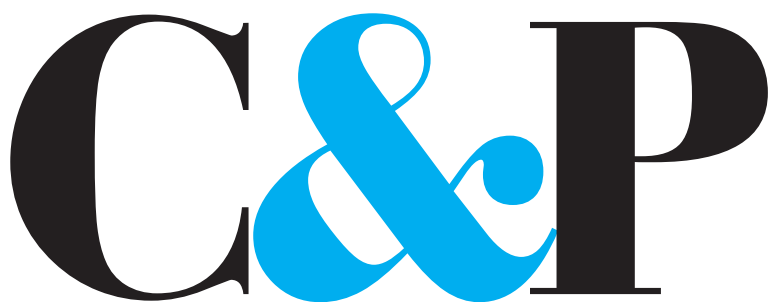
Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
Home Page: www.sei.ba.gov.br
E-mail: sei@sei.ba.gov.br



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Da "lua de mel" à "lua minguante"? Núcleo de conjuntura da SEI	4
---	---

Conjuntura Econômica Baiana	6
-----------------------------------	---

Especial

A conjuntura econômica da Bahia no Plano Real: 1994 -2003 Ana Cleusa Serra Mesquita Gustavo Casseb Pessoti Ítalo Guanais Pereira Marília Jane Dourado Campos Margarida Maria de Andrade	16
Estatísticas Econômicas e Sociais	43

Investimentos na Bahia

104 mil postos de trabalho serão criados pela indústria	54
--	----

Notícias	58
----------------	----

Legislação	61
------------------	----

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos	64
Indicadores Sociais	70
Finanças Públicas	77

Carta do Editor

A Conjuntura & Planejamento faz dez anos. De uma modesta impressão com pequenos artigos e alguns indicadores, a revista expandiu seus horizontes alcançando os múltiplos aspectos da economia baiana. Ao longo dessa década, a publicação passou por várias reformas. Com essa edição inauguramos um novo projeto gráfico e editorial, porém mantendo sua característica básica: a análise econômica conjuntural do Estado. Esse novo projeto visa tornar a leitura da C&P mais agradável e fácil. As alterações realizadas procuram atender, em grande parte, às reivindicações dos leitores feitas por meio de pesquisa direta.

Nesta edição, a título de comemoração, apresentamos em seção especial, "A Conjuntura Econômica da Bahia no Plano Real 1994-2003" que mostra como se comportaram os principais indicadores que compõem o PIB da Bahia nesse período.

O acompanhamento rigoroso e ininterrupto da conjuntura econômica tem colocado a C&P como referência na qualidade da informação e da análise isenta. Este espaço se mantém da mesma forma, aberto para o debate e a geração de novos conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento da Bahia.

Nesse momento de júbilo, expressamos nossa gratidão a todos os que contribuíram para o sucesso da C&P, desde os mais antigos aos mais novos funcionários da SEI, e à comunidade técnico-científica da Bahia pela incessante colaboração nesses dez anos.

Da “lua de mel” à “lua minguante”?

Núcleo de Conjuntura da SEI¹

Mesmo depois de alguns meses após a chamada “lua de mel” entre o governo Lula e o povo brasileiro, ainda não se pode verificar grandes reversões de tendências em alguns indicadores sociais, apesar de o presidente vir conseguindo ainda manter a sua popularidade em alta e as últimas projeções do PIB apontarem para um crescimento da economia, o que pode revelar um cenário mais animador para o próximo semestre.

Neste contexto, verificou-se o aumento do salário mínimo em maio de 2004, cujo teto ficou em R\$260,00. Apesar de o atual presidente ter prometido um aumento real em 100% no valor do salário mínimo em quatro anos durante a sua campanha eleitoral, esse reajuste, entretanto, representa apenas um aumento nominal de 8,3%.

Pelo gráfico 1, verifica-se que o salário mínimo real (salário mínimo descontada a inflação pelo INPC/IBGE) não alcança a equivalência com US\$100,00. Esse valor é, antologicamente, considerado como ideal para o teto do mínimo, além do que seria razoável para estimular o mercado interno e auxiliar no crescimento da economia. Entretanto, acompanhando-se a evolução

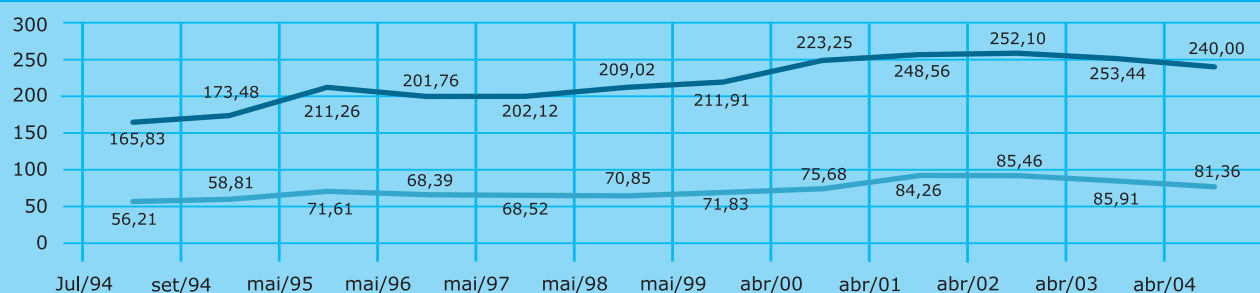
desse indicador desde julho/1994, mês de implantação do Real, percebe-se que representava US\$ 68,52 em maio/97, chegando a US\$85,91 em abril/2003, com o teto de R\$240,00 o salário mínimo real equivalia a US\$81,36, considerando-se o câmbio a US\$2,95. A partir de maio de 2004, o salário mínimo passa a valer US\$ 83,87, próximo do valor de abril de 2003.

Além disso, a taxa de desemprego, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE, em março, alcançou o maior resultado desde outubro de 2003, situando-se em 12,8%. O que é justificado, entre outros fatores, pela grande frustração dos empresários com a política monetária restritiva, que não reduziu, adequadamente, as taxas de juros, impedindo uma expansão dos postos, que respondesse satisfatoriamente à demanda por emprego (gráfico 2).

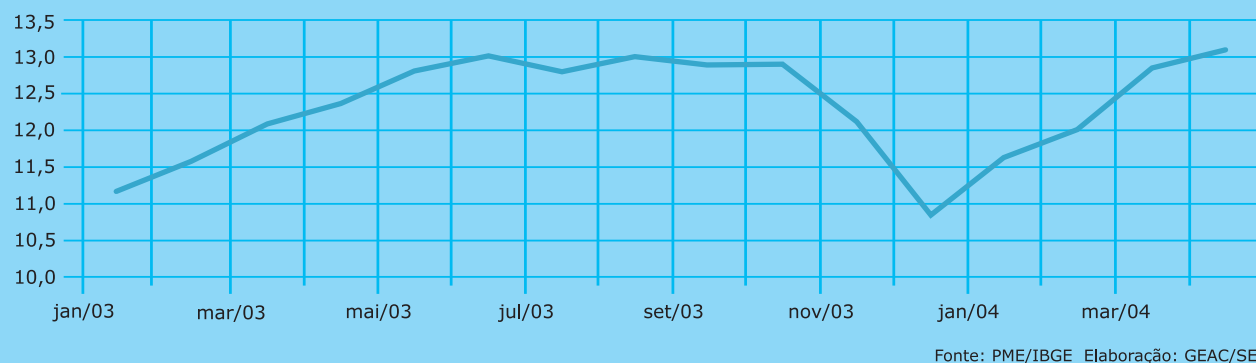
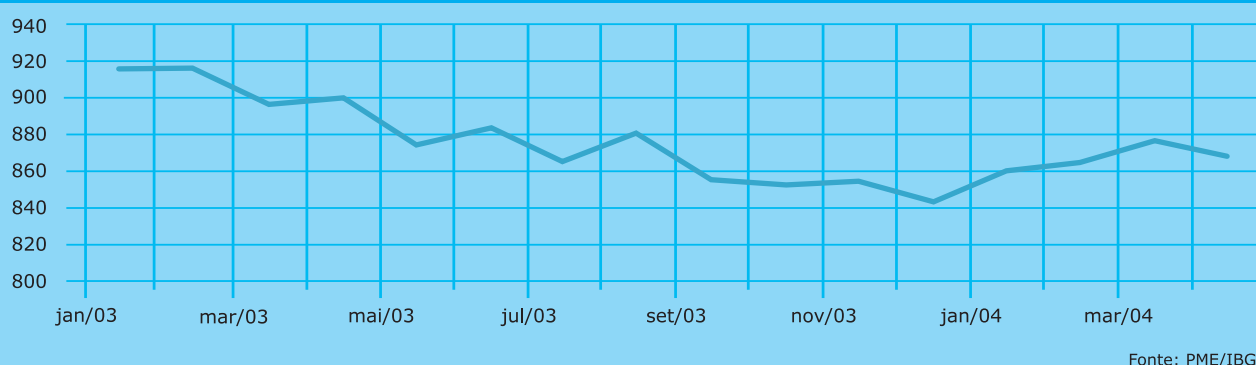
Acompanhando as reduções dos postos de trabalho, o rendimento médio do trabalhador também sofreu uma queda de 3,5%, passando de R\$900,24 em abril/03 para R\$868,50 em abril/04. (Gráfico 3)

¹ Joseanie Mendonça (economista e Bolsista/FAPES)

Gráfico 1 - Evolução do salário mínimo real e equivalência com o dólar - Brasil, 1994-2004



Fonte: Bacen/Ipeadata * Abr/04 = cotação de 29/04/04

Gráfico 2 - Taxa de desocupação - Brasil, 2003-2004**Gráfico 3 - Rendimento habitual recebido pelos ocupados - Brasil, 2003-2004**

Com base nesses indicadores sociais, pode-se observar que o povo brasileiro saiu da "lua de mel" com um sabor amargo, considerando-se o mercado de trabalho, haja vista o crescimento nas taxas de desemprego, acompanhado de quedas nos rendimentos dos trabalhadores e um crescimento ínfimo do salário mínimo.

Por outro lado, a elevação da projeção do PIB, pelo IPEA na primeira quinzena de junho/2004 para 3,5% (a estimativa anterior era de 3,4%) e a expectativa de superávit na balança comercial em US\$27,1 bilhões repercutem em um cenário mais favorável à recuperação do crescimento da economia brasileira, embora ainda sem grandes impactos na geração de emprego e aumento na renda. ■



Conjuntura Econômica Baiana

Em março de 2004, tanto a produção industrial baiana quanto o volume de vendas do varejo obtiveram desempenhos altamente positivos, indicando uma retomada da atividade econômica em comparação ao ano anterior. Essa retomada é confirmada pela elevação no Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA). Em contrapartida, a balança comercial, apesar de manter um excelente desempenho, não mantém os mesmos níveis do ano anterior.

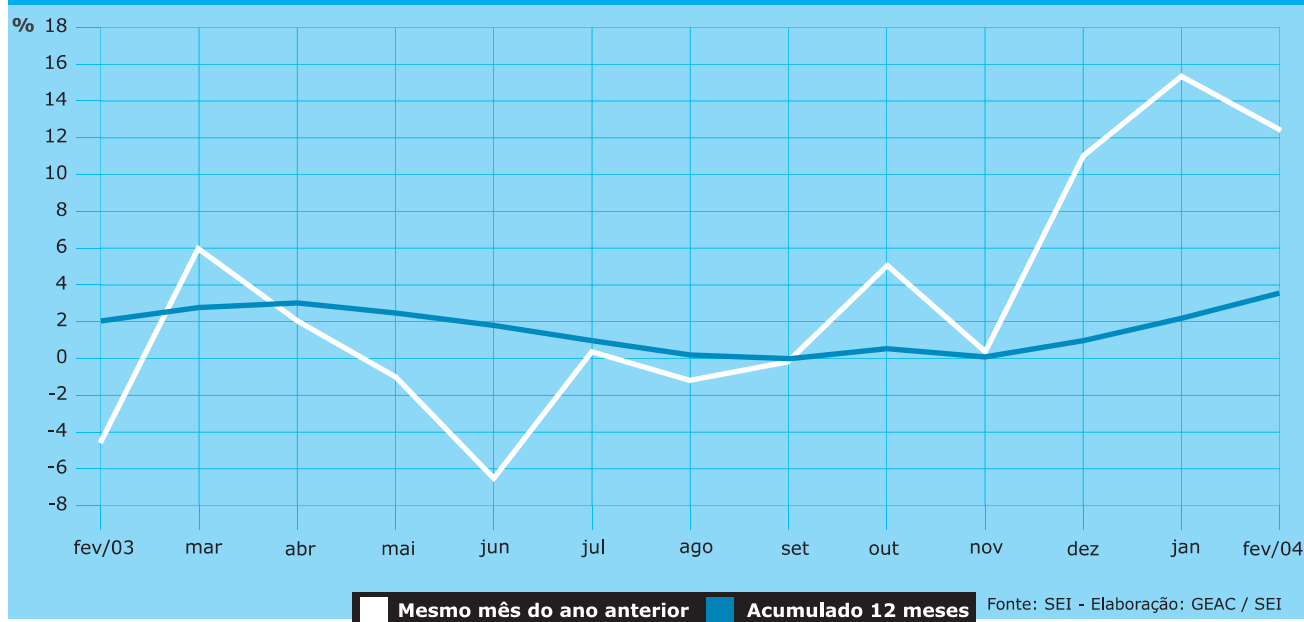
A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no mês de março/2004, taxa positiva de 11,6% em relação ao mesmo mês de 2003. No acumulado dos doze meses apresenta, crescimento de 0,7%. Veículos automotores (179,5%), Celulose, papel e produtos de papel (43,3%) e Minerais não metálicos (14,9%) foram os principais determinantes do crescimento da indústria de transformação no mês de março. Por outro lado, influenciaram negativamente os resultados de gêneros de metalurgia básica (-10,8%) e alimentos e bebidas (-2,6%).

No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas, no mês de março/2004, apresentou crescimento de 13,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Contribuíram para esse crescimento os segmentos de móveis e eletrodomésticos (52,0%) e hipermercados e supermercados (13,5%). Todos os demais segmentos apresentaram taxas positivas no período.

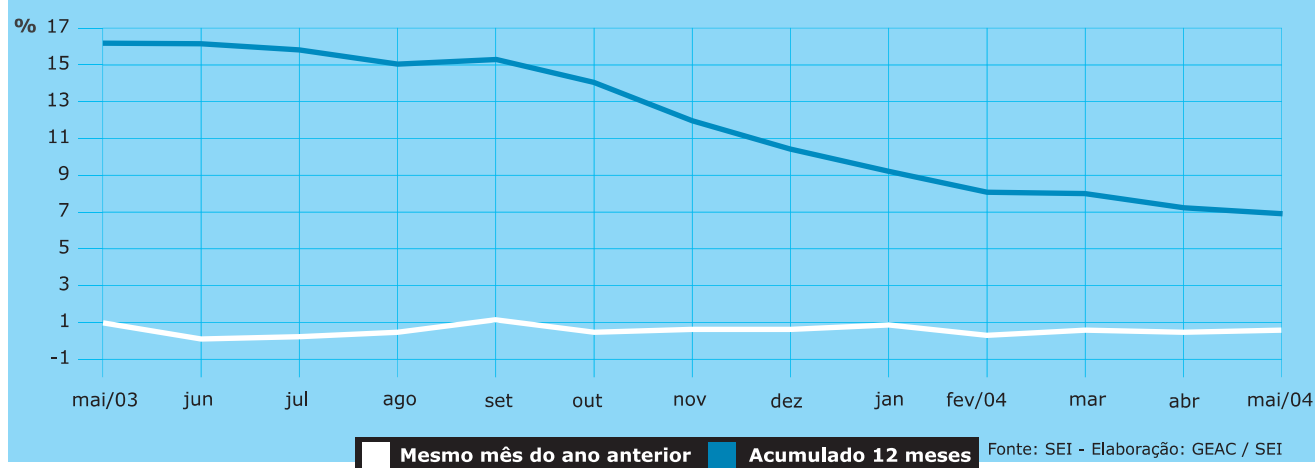
No comércio exterior, o mês de abril de 2004 apresentou queda nas exportações de 12,6%, acumulando, no ano, um total de US\$ 973.460, com queda de 2,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Já as importações apresentaram, no mês, uma variação positiva de 54,3%, com crescimento de 17,3% no ano. Com esse resultado, a balança comercial fechou o período acumulando um saldo de US\$ 205.324, queda de 40,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou, em maio, alta de 0,7%. No mesmo mês do ano passado, essa alta tinha sido de 1,1%. O destaque ficou para a estabilização nos preços dos itens 'transportes e comunicações' e 'despesas pessoais'. No acumulado do ano, o índice ficou em 3,2% e, nos doze meses, em 7,0%.

Com relação ao mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total na RMS fechou o mês de março em 26,7%, a mesma taxa do mês anterior. Ainda conforme a PED, o rendimento do trabalhador da RMS cresceu 10,6% na comparação fev-04/fev-03. Entretanto, no acumulado dos doze meses, o rendimento apresenta queda de 5,9%, com tendência de recuperação.

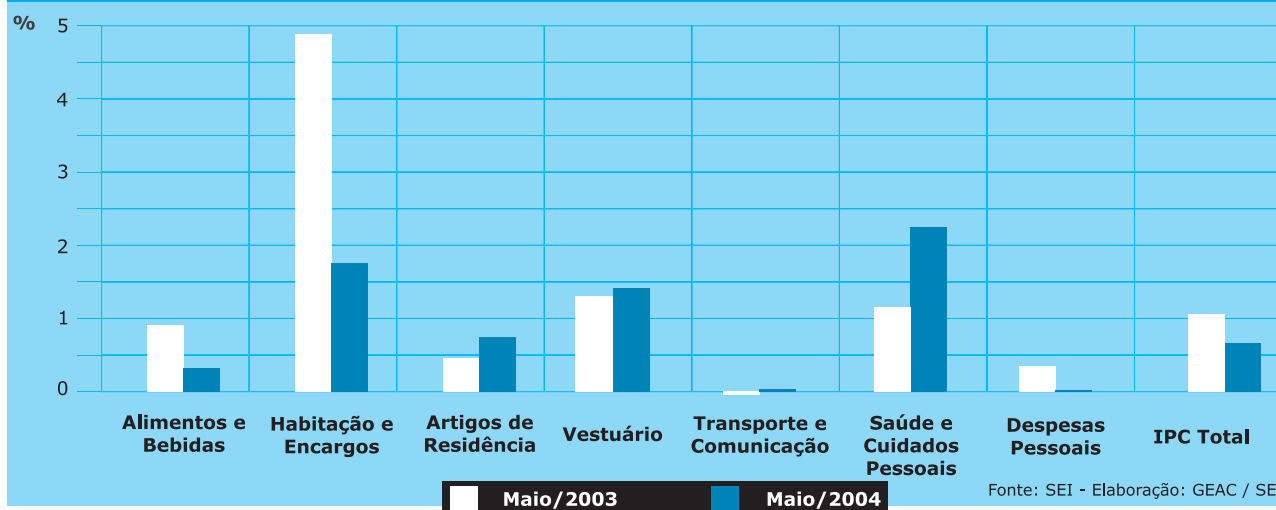
Índice de Movimentação da Economia - IMEC - Salvador

O Indicador de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA), que indica a tendência da atividade econômica do município, mostra que o mês de fevereiro de 2004, em comparação fevereiro de 2003, apresentou acréscimo de 12,6%. No acumulado dos últimos 12 meses, o resultado teve taxa positiva de 3,6%. Esses resultados sinalizam uma possível recuperação do nível de atividade econômica de Salvador.

Taxa de Variação do IPC - SEI - Salvador

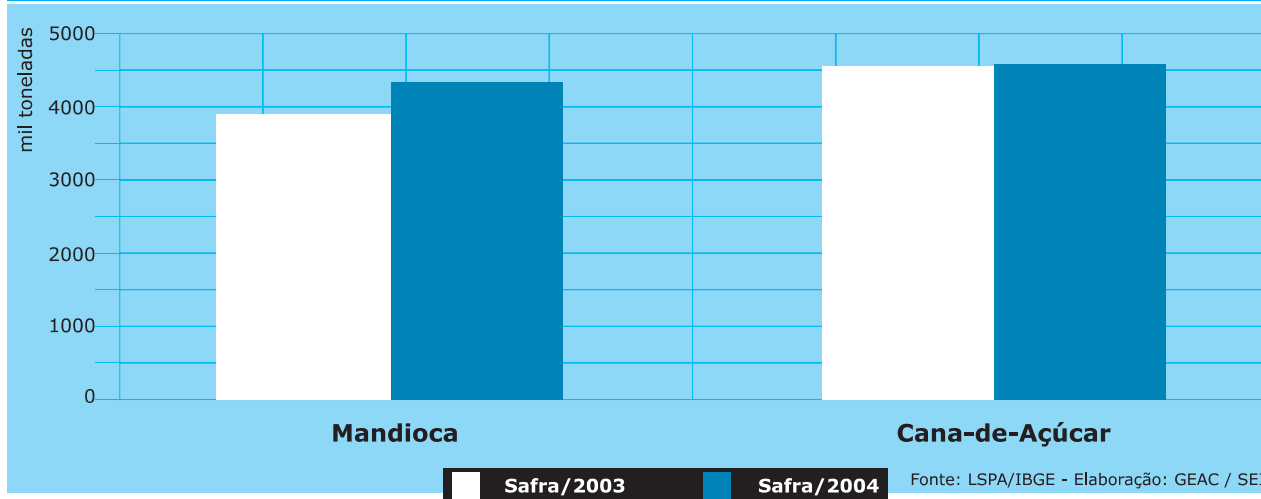
O Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, fechou o mês de maio com alta de 0,7%. No mesmo mês do ano anterior, o índice fechou em 1,1% e, no acumulado dos 12 meses, o índice ficou em 7,0%. Os grupos “alimentos e bebidas” (5,2%) e “despesas pessoais” (9,0%) foram os que mais pressionaram o índice, no acumulado dos 12 meses. Por outro lado, “vestuário” (4,5%) e “saúde e cuidados pessoais” (10,0%), os que menos influenciaram.

Taxa de Variação do IPC - SEI - Salvador

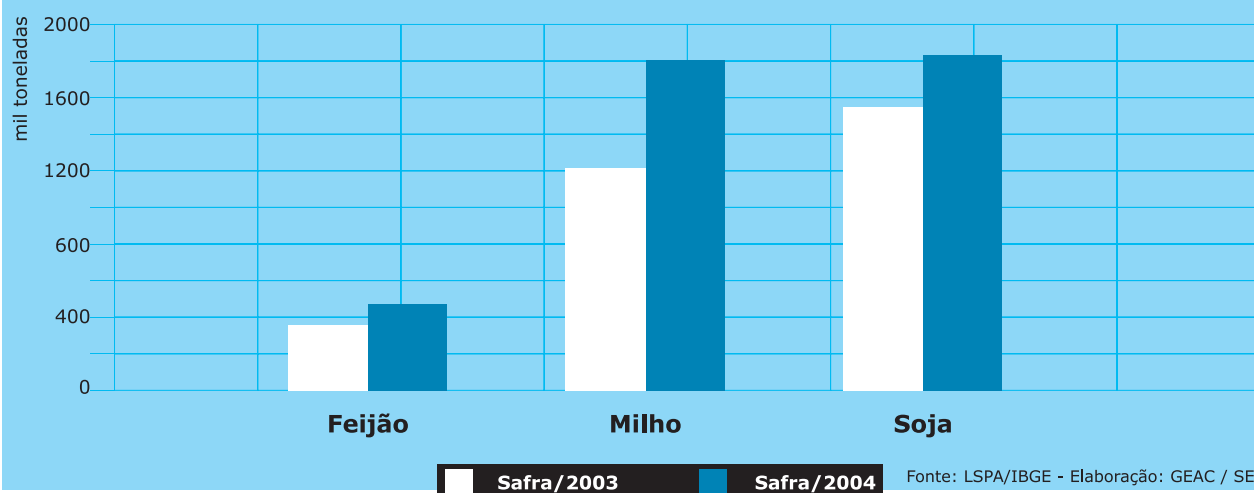


No mês de abril, os grupos "vestuário" (1,4%) e "saúde e cuidados pessoais" (2,2%) foram os que mais pressionaram o índice. Os subitens "calçados e outros apetrechos" (3,7%) e "produtos farmacêuticos" (2,6%) apresentaram as maiores altas nestes grupos. Já os grupos "transporte e comunicação" (0,01%) e "despesas pessoais" (0,02%) foram os que menos influenciaram o índice. No acumulado do ano, o índice apresenta alta de 3,2%, sendo que o grupo "alimentos e bebidas" (2,6%) representa a maior pressão sobre o mesmo.

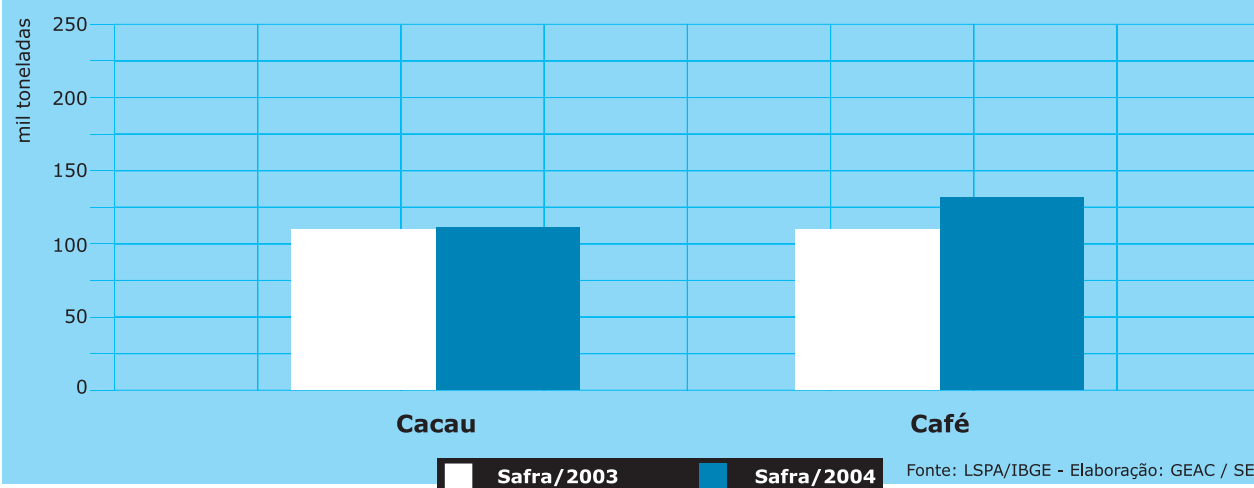
Estimativa de Produção Agrícola: Mandioca e Cana-de-Açúcar - Bahia



As estimativas do LSPA/IBGE para a safra 2004, realizadas em maio, confirmam a elevação da produção de mandioca na Bahia. Comparando-se à safra 2003, mantém-se a expansão da produção em 8,7%. Esse resultado ainda reflete o aumento de demanda e a retomada da produção, sobretudo após relatos de falta da raiz verificados em 2003. Para a cana-de-açúcar, reduzem-se as estimativas da produção em 5,4%. A conjuntura de preços dos mercados de açúcar e álcool, mais favorável a este último, deve estabelecer a dinâmica da lavoura no momento em que se processa a colheita em diversas regiões produtoras.

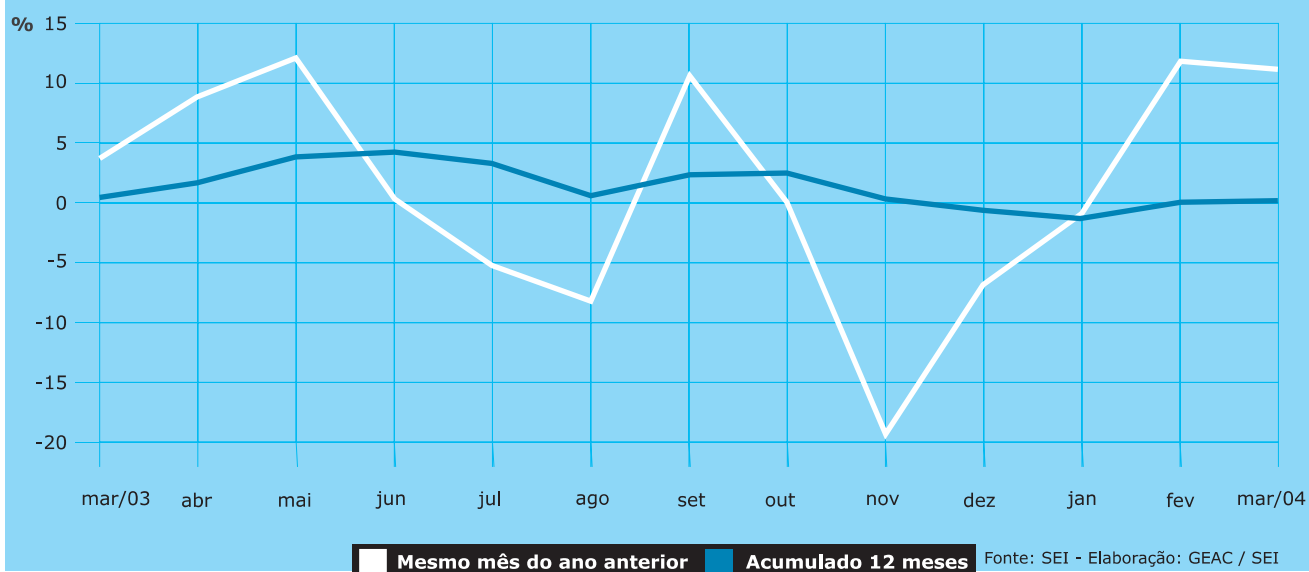
Estimativa de Produção Agrícola: Feijão, Milho e Soja - Bahia

Para o feijão estima-se aumento da produção (33,2%) em relação à safra 2003. Destaque para o rendimento da lavoura (aumento de 30,3%). O bom volume de chuvas observado nos primeiros meses de 2004 anima os produtores nos tratamentos culturais. As expectativas do campo refletem-se nos dados do LSPA. Para o milho, as estimativas são de aumento de 48,9% da produção em 2004, comparando-se a 2003. A lavoura de soja também apresenta aumento expressivo (42,4%). Com a finalização da colheita de soja (safra de verão) as atenções voltam-se para as lavouras de milho, sobretudo com os preparativos para a safra de inverno (safrinha).

Estimativa de Produção Agrícola: Cacau e Café - Bahia

Para a lavoura cacauzeira, as estimativas do LSPA maio/2004 apresentam a produção praticamente estável (aumento de 0,9%). Espera-se que a criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e a adoção do manejo integrado repercutam em resultados mais expressivos para a lavoura. Para o café, as estimativas elevam a produção em aproximadamente 19,7% em relação a 2003. A conjuntura cafeeira está favorecida pelo aumento das receitas de exportações brasileiras no primeiro trimestre de 2004, resultado de preços favoráveis, segundo o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé).

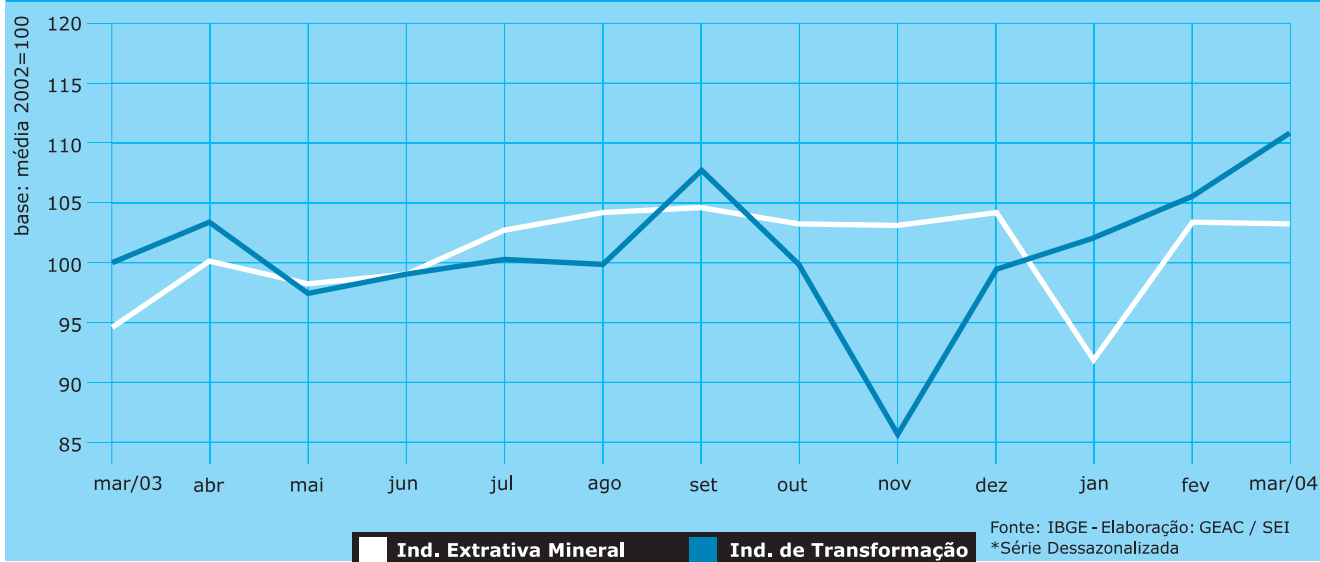
Taxa de Variação da Produção Física da Indústria de Transformação - Bahia



A produção industrial baiana registrou, em março de 2004, crescimento de 11,6% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Apesar de ser um pouco menor que no mês precedente (12,4%), a tendência de crescimento se verifica no acumulado dos 12 meses, onde a indústria apresenta ligeiro crescimento de 0,7%.

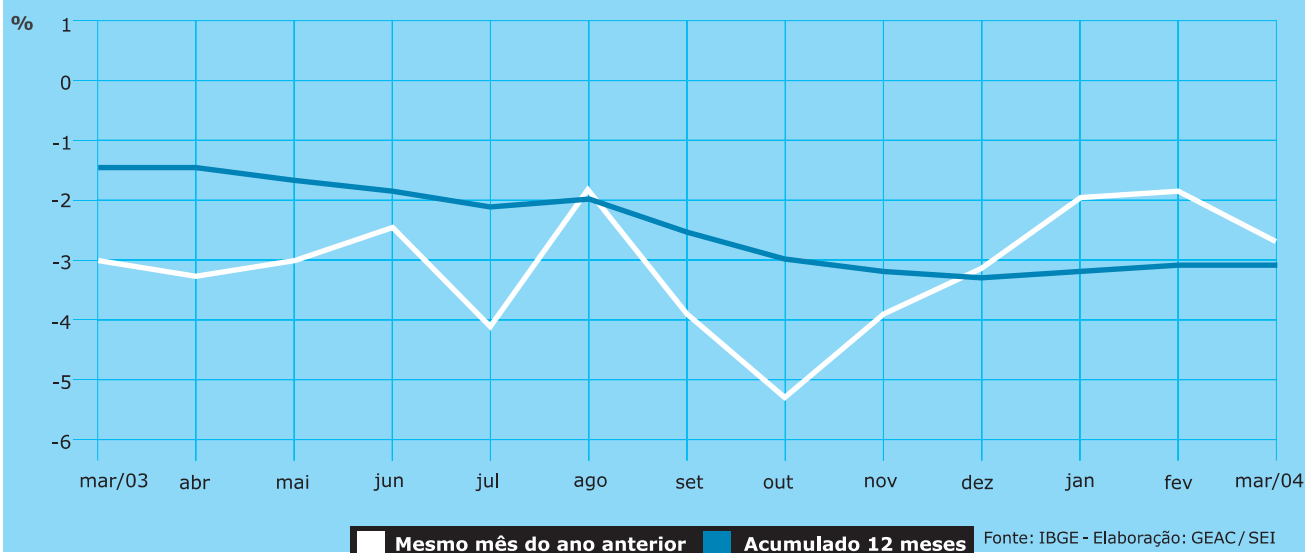
O desempenho positivo da indústria baiana nos três primeiros meses de 2004 é decorrente do segmento automobilístico, que registra crescimento anual de 250,74%.

Índice de Produção Física da Indústria de Transformação e Extrativa Mineral* - Bahia



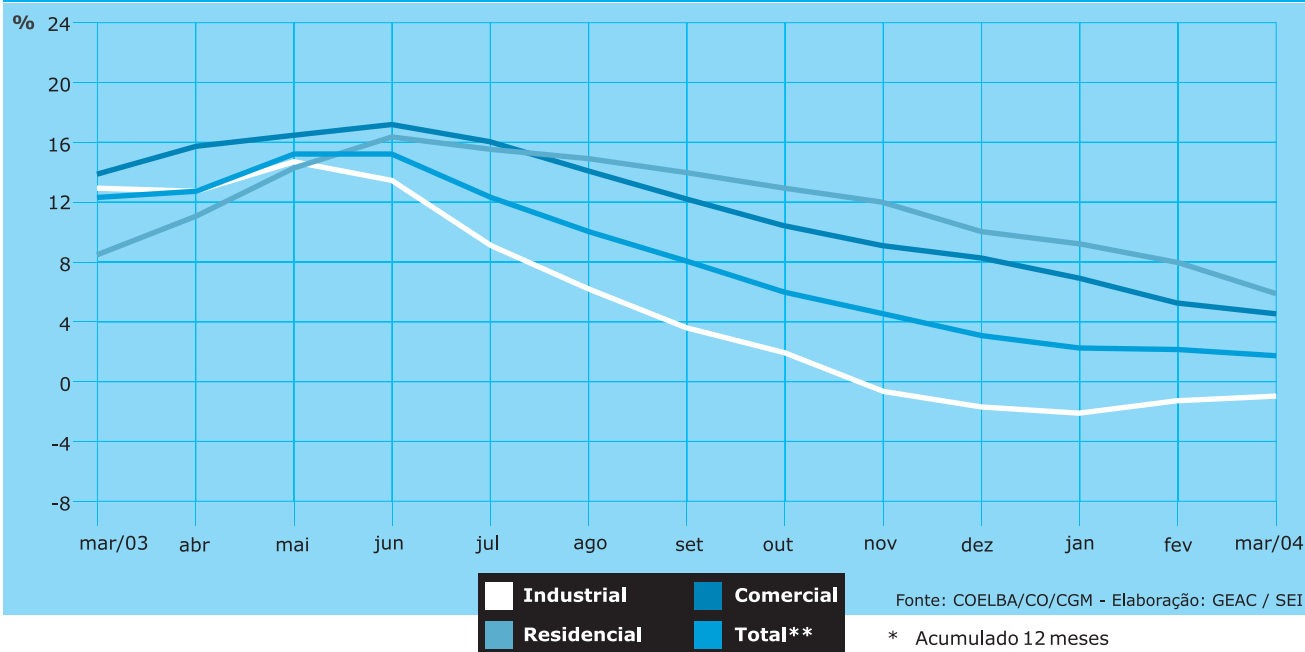
Na série livre de influências sazonais, a indústria de transformação apresentou crescimento de 5,5% na comparação com o mês de fevereiro de 2004. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pelo crescimento de 23,2% no segmento de produtos químicos. Já a indústria extrativa permaneceu praticamente estável, com uma ligeira queda de 0,05% na comparação com o mês anterior.

Taxa de Variação de Pessoal Ocupado - Indústria de Transformação - Bahia



Mais uma vez o nível de emprego na indústria de transformação da Bahia apresentou desempenho negativo. No mês de março, a indústria teve uma queda de 2,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No acumulado dos doze meses o desempenho, que durante todo o ano de 2003 apresentou-se negativo, apesar de manter a mesma taxa do mês anterior, continua na sua trajetória de queda com uma taxa de (-3,1%).

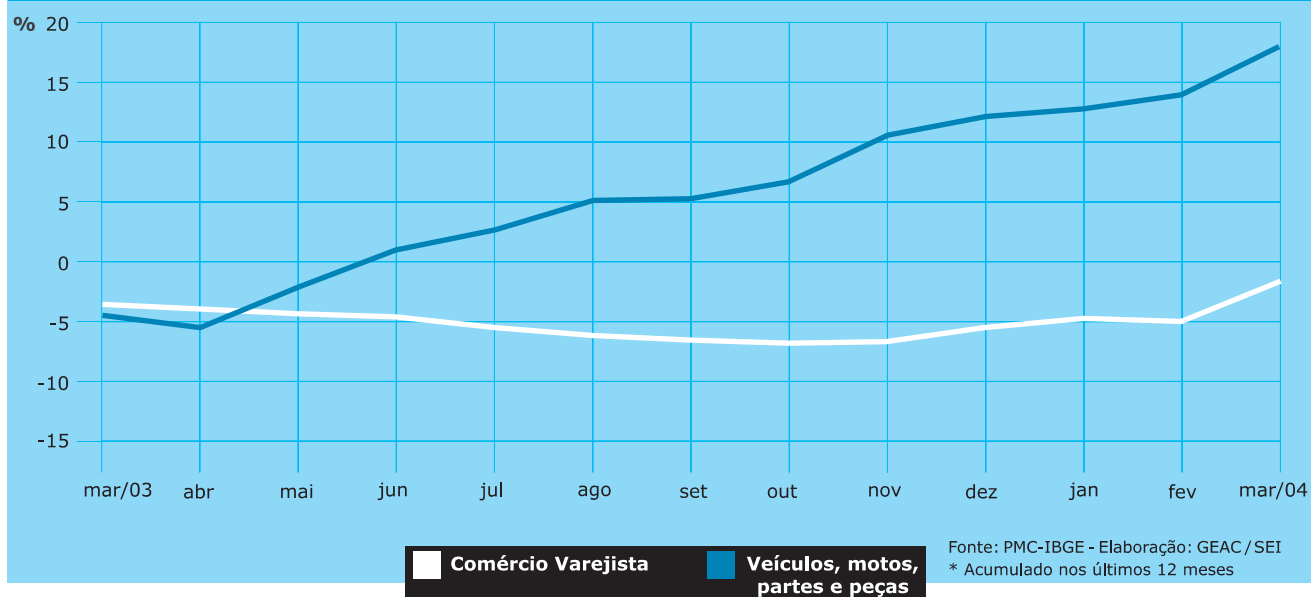
Taxa de Variação do Consumo de Energia Elétrica* - Bahia



* Acumulado 12 meses
 ** Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

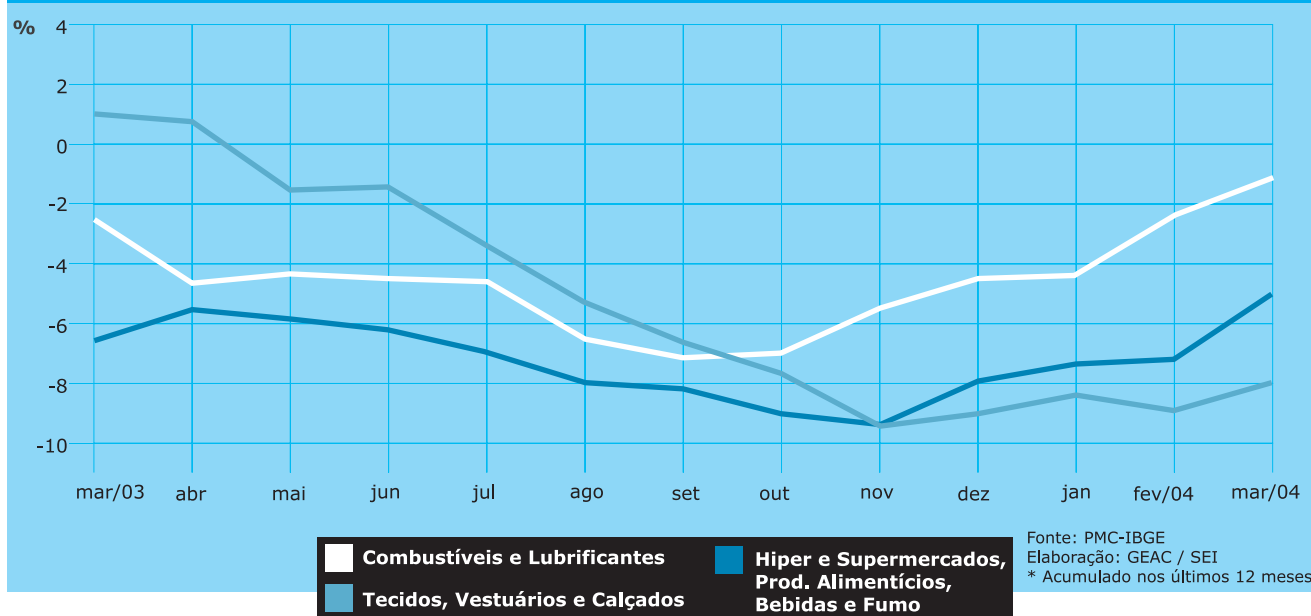
O consumo total de energia no estado da Bahia apresentou em março o seu nível mais baixo no acumulado dos últimos doze meses (1,72%). Essa trajetória de queda continua sendo influenciada pela redução no consumo industrial que apresenta uma baixa de 1,1% nos doze meses. Apesar de também apresentarem tendência de queda, o consumo residencial e comercial ainda apresenta desempenho significativo no acumulado, 5,9% e 4,4% respectivamente.

Taxa de Variação de Volume de Vendas no Varejo* - Bahia



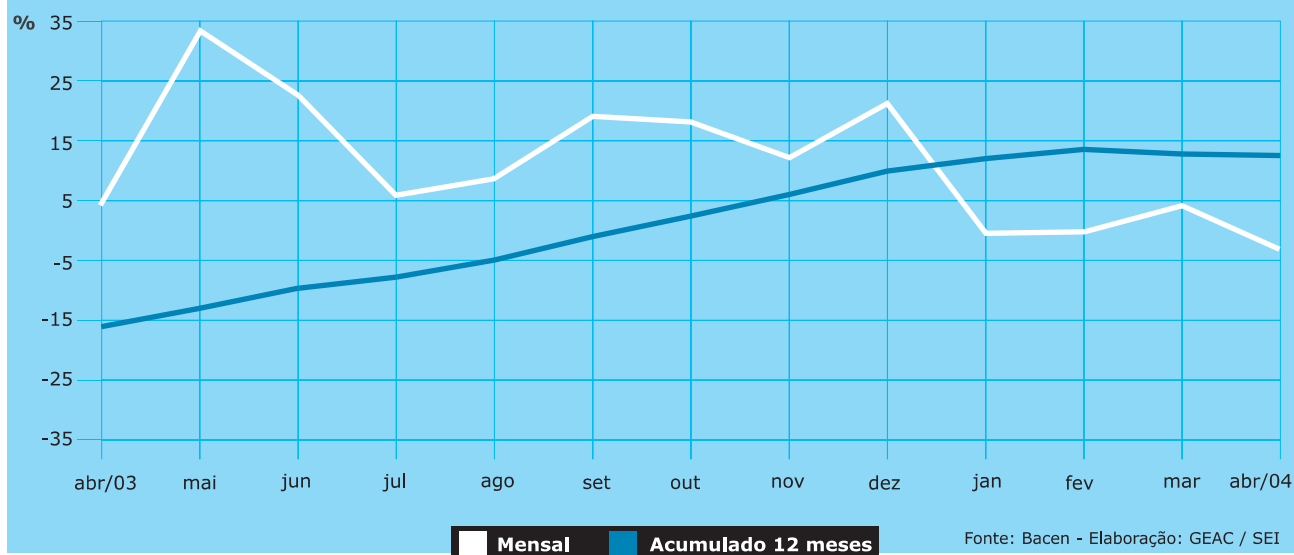
Segundo dados da Pesquisa do Comércio (IBGE), em março, o volume de vendas do comércio varejista registrou desempenho positivo de 13,1%, comparado com março de 2003. No acumulado dos últimos 12 meses, as vendas físicas mantiveram a taxa negativa em 1,9%. As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram acréscimo expressivo de 46,3% em relação ao mês de março de 2003, acumulando variação positiva de 17,8% nos últimos 12 meses.

Taxa de Variação do Volume de Vendas no Varejo* - Bahia



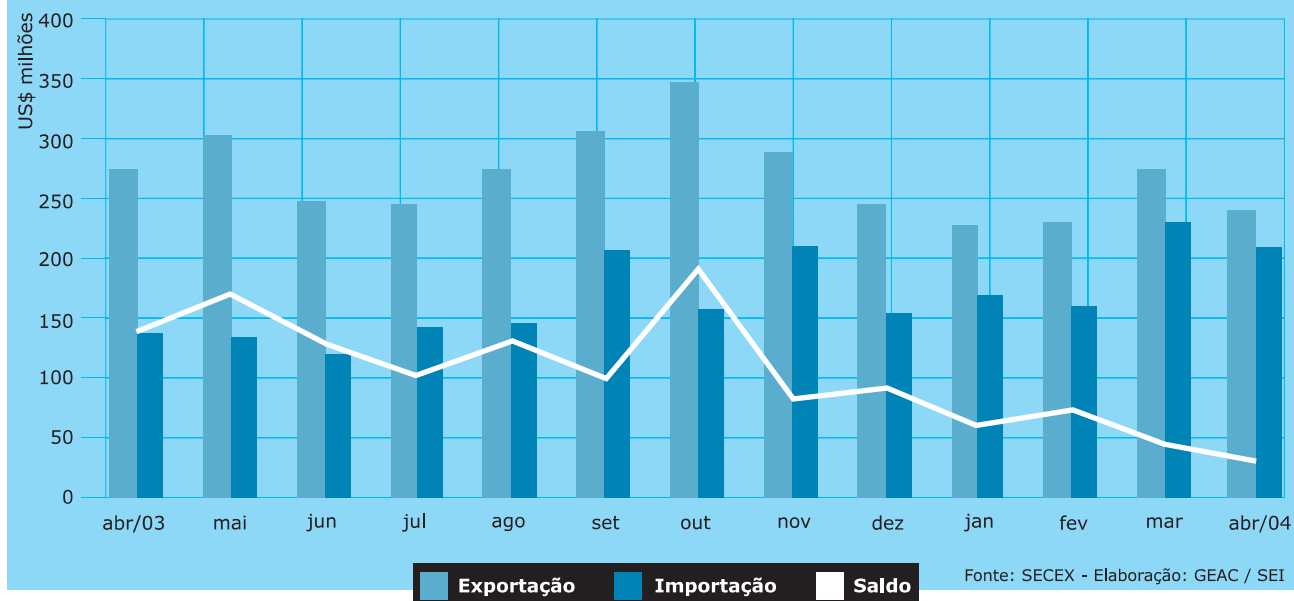
No mês de março de 2004, todos os segmentos que compõem o Indicador do Volume de Vendas registraram variação positiva, sendo destaque, novamente, o segmento de Móveis e eletrodomésticos com um incremento de 52,0% em relação ao mesmo mês do ano passado. Esse segmento acumulou no período uma taxa positiva de 37,1% e para os últimos 12 meses de 8,4%. Todos os demais segmentos do varejo acumulam queda para o acumulado dos últimos 12 meses.

Quantidade de Cheque sem Fundos - Bahia



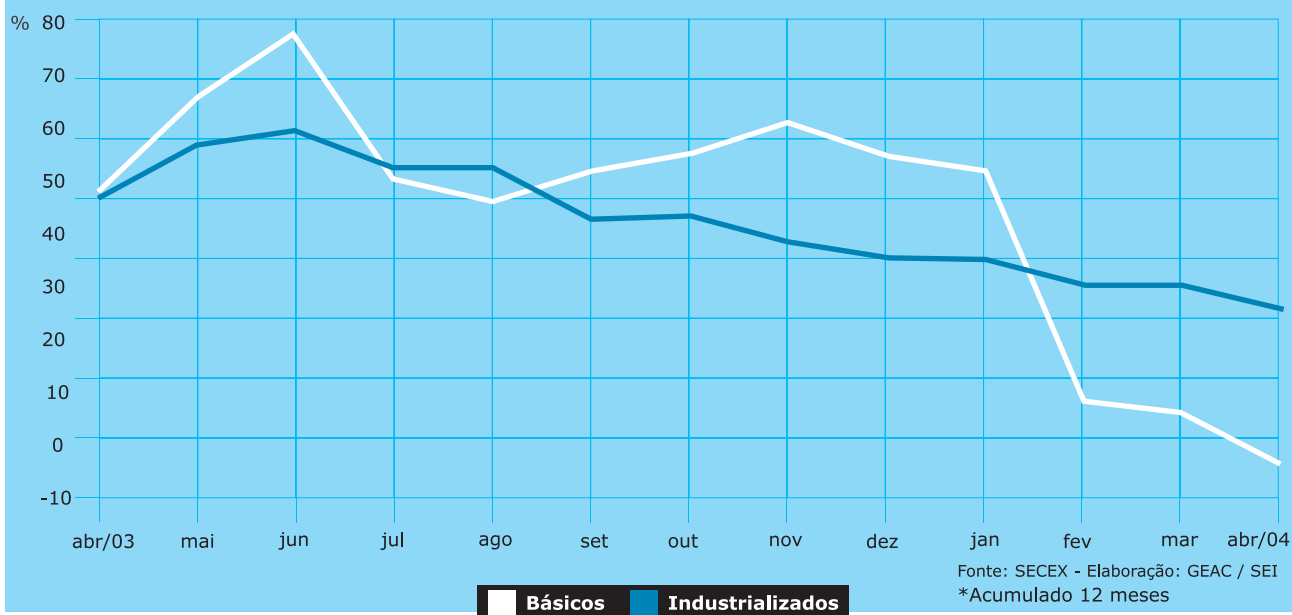
O número de cheques sem fundos emitidos na Bahia apresentou queda de 3,5% em abril, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Em março essa taxa havia sido positiva (4,6%). Com esse resultado, no acumulado dos doze meses, verifica-se uma ligeira tendência de queda da taxa (11,0%), a qual em fevereiro havia atingido 12,3%, mas a partir de março iniciou o processo de queda.

Balança Comercial - Bahia



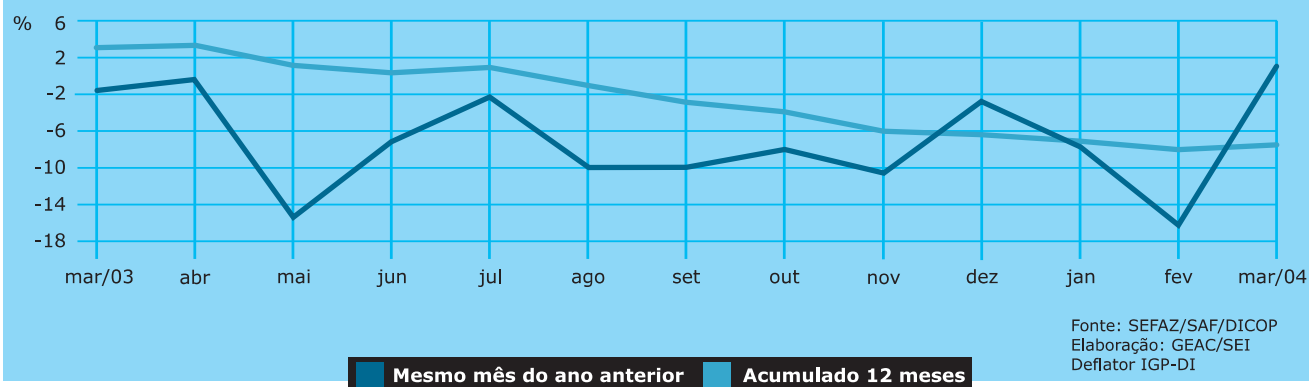
O comércio exterior da Bahia registrou um saldo superavitário em abril de 2004, alcançando US\$ 30,7 milhões, em decorrência de exportações no valor de US\$ 240,7 milhões e importações de US\$ 210,1 milhões. As exportações registraram uma queda de 12,6% em relação a abril/2003, já as importações registraram alta de 53,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Taxa de Variação das Exportações por Fator Agregado* - Bahia



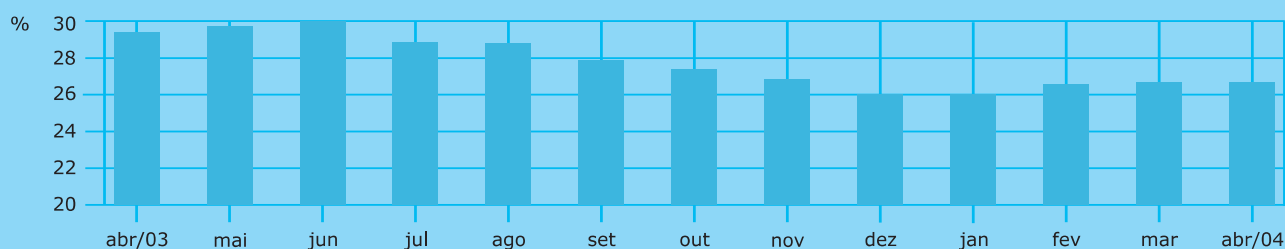
Quanto às exportações por fator agregado, no resultado dos últimos doze meses, registrou-se uma queda de 9,8% nos produtos básicos, em decorrência dos derivados de petróleo, enquanto que os produtos industrializados registraram crescimento expressivo de 21,8%. Os produtos básicos têm apresentado tendência de queda no crescimento das exportações e no acumulado deste ano, já alcança uma taxa negativa de 58,5% em relação a jan-abr/2003.

Taxa de Variação Real da Arrecadação de ICMS a Preços Constantes - Bahia



Em março, a arrecadação de ICMS no estado da Bahia apresentou, após quatorze meses de queda, crescimento de 0,9% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Apesar disso, no acumulado dos doze meses a taxa apresenta-se negativa -7,4%. Em valores reais, a arrecadação de março ficou em R\$ 468.157 milhões e no acumulado dos doze meses em R\$ 5.675,178 bilhões de reais.

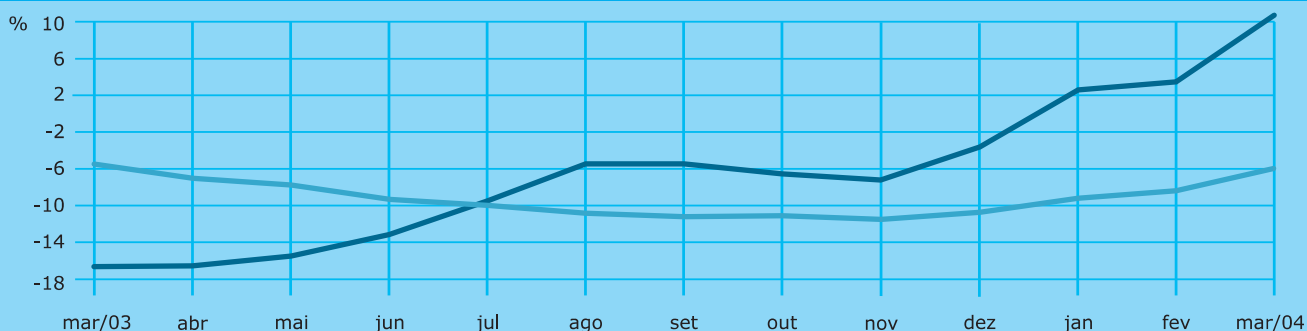
Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE Elaboração: GEAC/SEI

A taxa de desemprego total, na RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), alcançou 26,7% da PEA, em abril/04, revelando estabilidade em relação a março do mesmo ano. Fato explicado, pelas taxas de participação (pressão sobre o mercado de trabalho) que se situou em 62%, e taxas de ocupação que variaram em 0,1% no período.

Taxa de Variação do Rendimento Médio Real* - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/
DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC/SEI
*Ocupados no trabalho principal

Mesmo mês do ano anterior Acumulado 12 meses

O rendimento médio real dos ocupados na RMS, medido pela PED, referente ao mês de março/04, apresentou crescimento de 10,6% em relação a março/03. Muito provavelmente devido ao crescimento dos rendimentos dos trabalhadores do setor industrial (11%). Entretanto, no acumulado dos últimos 12 meses, a curva manteve a tendência de queda, registrando taxa negativa de 5,89% até março/04.

especial A con- da B

Ana Cleusa Serra Mesquita*
Gustavo Casseb Pessoti*
Ítalo Guanais Pereira*
Marília Jane Dourado Campos*
Margarida Maria de Andrade*

Desde os anos oitenta, o controle inflacionário ocupa lugar de destaque na agenda governamental, consistindo no objetivo principal dos condutores da política macroeconômica. Sob o argumento de que somente com a inflação sob controle é possível retomar o crescimento sustentável da economia brasileira, a questão monetária adquire caráter essencial no novo modelo de desenvolvimento desenhado no início dos anos 90. Após inúmeras tentativas fracassadas de estabilização monetária, em 1994 é lançado o Plano Real, com uma concepção diferenciada dos planos anteriores e que tinha no controle do câmbio um mecanismo fundamental para sua sustentação.

O Plano Real foi concebido dentro de um modelo mais amplo, composto por políticas liberalizantes que visavam ao aprofundamento das privatizações e da abertura comercial e financeira já iniciadas por governos anteriores. Nesse sentido, a estratégia de estabilização deve ser apreendida como uma peça dentro de uma engrenagem mais complexa.

A intensificação da abertura comercial e financeira e a valorização cambial levaram a um boom do consumo interno e das importações

Na primeira fase de sua implementação, destaca-se a intensificação da abertura comercial e financeira e a valorização cambial, medidas que levaram a um *boom* do consumo interno e das importações. De fato, as taxas de crescimento positivas associadas aos primeiros anos do plano devem-se ao aquecimento do consumo¹. Por outro lado, as exportações, durante anos protegidas por subsídios e/ou câmbio desvalorizado, sofreram sensível redução com a abertura comercial abrupta e a valorização do real frente ao dólar. A expressão desses movimentos se traduziu nos sucessivos déficits da balança comercial; a balança de serviços, tradicionalmente deficitária, sofreu nesse período uma ampliação dos seus saldos negativos.

O câmbio sobrevalorizado trazia graves problemas às contas externas do país. Diante do desempenho negativo das balanças comercial e de serviços, transferia-se à conta de capitais a responsabilidade pelo equilíbrio do balanço de pagamentos. A necessidade de divisas levou os condutores da política econômica a pôr em prática taxas de juros vultuosas como forma de atrair o capital especulativo. No entanto, estas comprometeram as finanças públicas e foram responsáveis pelo grande salto da relação dívida/PIB neste período². Além dos efeitos negativos sobre as contas públicas, a elevação dos juros provocou redução no consumo e desestimulou as atividades produtivas no país ao deslocar os capitais disponíveis para as atividades financeiras. O declínio

* Economistas da Gerência de Estudos Econômicos – GECCO/SEI

¹ Entre 1994 e 1997, a taxa média de crescimento do PIB nacional foi de 4%.

² A relação dívida/PIB no início do Plano Real era de 34,2%, contra 55,9% em dezembro de 2002.

Conjuntura econômica baiana no Plano Real 1994-2003

posterior das taxas de crescimento do PIB nacional atestam este comportamento.

Com tamanha centralidade conferida ao capital especulativo na tentativa de estabilização monetária, não demorava a emanar as fragilidades do plano e o conseqüente aumento da vulnerabilidade externa da

A inflação volta ao cenário da economia nacional e seu controle passa a ser feito através do sistema de metas, como ficou ajustado no acordo com o FMI

economia brasileira. O menor sinal de elevação dos juros em outros mercados mais confiáveis e/ou qualquer desconfiança dos investidores em relação ao Brasil poderiam provocar a fuga de capitais e a insustentabilidade da âncora cambial, (pilare de sustentação do Plano Real), como, de fato, ocorreu em janeiro de 1999.

As crises das economias asiática (1997) e russa (1998) aumentaram a desconfiança do investidor em relação ao Brasil, e a fuga de capitais foi inevitável. Em janeiro de 1999, quando as reservas já estavam em nível bastante reduzido, o governo adota a flutuação cambial e o real sofre forte desvalorização em relação ao dólar. O efeito da desvalorização do real sobre a balança comercial já se faz perceber em 2000, com a diminuição do saldo negativo; somente em 2001 a balança comercial volta a apresentar saldo positivo, ainda que modesto.

A partir de então, a inflação volta ao cenário da economia nacional³ e seu controle passa a ser feito através do sistema de metas, como ficou ajustado no acordo com o FMI. Tendo como alvo uma meta para a inflação anual, bem como seu intervalo de tolerância, fixados pelo Conselho Monetário Nacional, a equipe econômica lança mão da política monetária, via determinação da taxa de juros, para o controle dos preços internos.

Não é demais enfatizar uma importante contradição da atual política econômica: ao mesmo tempo em que se empreende grande esforço de ajuste fiscal no governo, traduzido na busca de superávits primários, a elevação dos juros internos – como suposto mecanismo para o controle inflacionário – e a desvalorização cambial – conseqüência dos ataques especulativos contra a economia brasileira – pressionam as contas públicas, elevando o montante da dívida corrigida pela taxa Selic, bem como a parcela da dívida atrelada ao dólar.

Desempenho da economia baiana

Nesses quase dez anos de Plano Real, o desempenho da economia baiana acompanhou, em grande parte, o comportamento da economia nacional, como evidencia a proximidade entre as taxas de incremento do PIB estadual e as do PIB brasileiro. De fato, à exceção dos anos de 1994 e 1995, quando o produto

³ A inflação, medida pelo IGP da Fundação Getúlio Vargas, que tinha sido de 1,83% em 1998 saltou para 19,90% em 1999.

nacional cresceu a taxas bem mais elevadas, e dos anos de 1997 e 2003, nos quais a expansão da economia baiana foi mais expressiva, observa-se semelhança entre os dois desempenhos.

Nos períodos de expansão, em que pese a influência positiva dos aportes de capital produtivo, a economia baiana contou com uma conjuntura nacional favorável, o que reforça a tese de que sem uma política macroeconômica adequada, fica bastante estreita a margem de ação dos governos estaduais para estimular o crescimento econômico em seus territórios. Na Bahia, apesar dos investimentos produtivos que se processaram ao longo do Plano Real, diversificando sua estrutura produtiva e estimulando a performance econômica do estado, esta foi diversas vezes constrangida pelas intempéries da política macroeconômica nacional, com seus efeitos adversos principalmente sobre o desempenho do comércio e da indústria. Como veremos, estes segmentos foram os mais dinâmicos nos primeiros anos do plano, respondendo favoravelmente aos efeitos benéficos do real sobre o poder de compra. Num segundo momento, quando a política monetária adquire conotação fortemente contracionista, o comércio e alguns segmen-

Sem uma política macroeconômica adequada, fica bastante estreita a margem de ação dos governos estaduais para estimular o crescimento econômico em seus territórios

tos da indústria perdem dinamismo, ao passo que a agropecuária e os segmentos industriais voltados para o mercado externo demonstram grande vigor diante dos estímulos da nova política cambial.

Mesmo com a ascensão de um partido de esquerda ao poder na última eleição presidencial, a política monetária manteve-se essencialmente a mesma, o que torna as previsões de crescimento econômico brasileiro para os próximos anos nada animadoras. As incertezas acerca da manutenção da tendência de queda nas taxas de juros diante dos últimos acontecimentos no cenário internacional, os altos índices de desemprego e a diminuição contínua dos salários re-

ais levantam suspeitas quanto à capacidade de recuperação da economia nacional no curto prazo. Diante desta conjuntura tão adversa, questiona-se até que ponto a estabilidade econômica deve ser priorizada na agenda governamental.

1994: Implantação do Plano Real

A economia baiana cresceu 3,6% em 1994, um ano que ficará marcado na memória econômica do país, quando o governo federal realiza mais uma intervenção na economia, desta vez visando a conter o ritmo desenfreado de crescimento dos preços, que vinha ocasionando sérios desequilíbrios na atividade produtiva e efeitos perversos sobre a capacidade aquisitiva da população. A implementação do Plano de Estabilização Econômica (Plano Real), em julho de 1994, provocou efeitos imediatos sobre o processo inflacionário, cuja desaceleração se refletiu nos diversos índices que aferem a inflação no país. Na Bahia, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, mostrou variação de 21,8% dos preços em Salvador entre julho e dezembro, um resultado sensivelmente menor que a inflação acumulada em 1993 (2.709,73%).

Em meio a este quadro, o Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia aumentou 3,6%, mantendo a tendência ascendente que vinha apresentando desde 1992 e que lhe permitiu acumular crescimento de 8,7 pontos percentuais no período. Responderam por este bom resultado a indústria de transformação (4,5%) e o comércio (8,3%), que se destacou como um dos setores que mais contribuíram para o crescimento estadual pelo segundo ano consecutivo. Além da estabilidade dos preços, as vendas do setor foram estimuladas pela flexibilização do sistema de crediário e pela elevação dos rendimentos médios das camadas mais pobres da população, cujo acesso ao mercado consumidor ficou visivelmente facilitado.

Respondendo por mais de 22% do Produto estadual, a produção industrial cresceu 4,5% no período, atribuindo-se este resultado aos gêneros químico, sobretudo a produção petroquímica, papel e celulose e têxtil, todos alcançando taxas de crescimento significativas no período.

A produção do gênero químico, que representa mais da metade do valor agregado da indústria de transfor-

mação baiana, foi beneficiada no período pela alta expressiva dos preços no mercado externo, espelhando também a ampliação da demanda.

Em 1994, o IPC mostrou variação de 21,8% dos preços em Salvador, um resultado sensivelmente menor que a inflação acumulada em 1993 (2.709,73%)

Resultado ainda mais expressivo obteve a indústria de papel e celulose (crescimento superior a 27%), estimulada pela retomada dos preços no mercado internacional, para onde é canalizada mais da metade de sua produção.

Já a indústria metalúrgica apresentou crescimento moderado (0,8%), em que pese a forte valorização dos preços do cobre metálico no mercado externo, atribuindo-se este comportamento ao corte de investimentos e à parada para manutenção da principal empresa ligada à transformação de derivados de cobre na Bahia.

Por fim, cabe destacar o resultado da indústria têxtil, que cresceu mais de 11% em 1994 após o fraco desempenho do ano anterior. A modernização do parque industrial têxtil, a equiparação dos níveis de qualidade dos produtos baianos aos padrões internacionais e o aumento do consumo interno podem ser apontados como fatos geradores deste resultado. A sobrevalorização cambial no período, que elevou sensivelmente os preços da produção têxtil baiana no mercado internacional e ocasionou queda das exportações, freou o ritmo de crescimento desta indústria, que poderia ter sido mais expressivo em 1994.

Além da atividade de transformação, a construção civil também sobressaiu em 1994, crescendo 3,7% no período. Este bom resultado deve-se em grande parte à expansão do mercado imobiliário, que cresceu 56% no período, estimulado pelo Plano Real.

A produção agropecuária apresentou os primeiros sinais de reativação já no final do primeiro semestre de 1994, mesmo ainda ressentindo-se das pesadas perdas que sofreu em 1993. Embora este setor tenha

apresentado desempenho modesto (0,6%), alguns cultivos agrícolas foram bem-sucedidos, a exemplo da soja (47%), que puxou o resultado dos grãos para aproximadamente 29%, do café, que foi beneficiado pelos preços mais altos e teve sua safra ampliada em 107,2%, e do fumo, cujo resultado foi igualmente expressivo (113,8%). Já o cultivo do feijão ressentiu-se da falta de chuvas nas regiões produtoras, o que se refletiu no seu insuficiente resultado produtivo no período (queda de 3,3%).

O cacau, embora continue na liderança do *ranking* da atividade agrícola no estado, não conseguiu repetir o bom resultado de 1993, apresentando queda de produção estimada em 2,1%, a despeito dos notórios incentivos do governo do estado para estimular o aumento da produção agrícola desta importante lavoura (a participação da cultura do cacau no valor da produção agrícola do estado foi superior a 80% em 1994).

Pelos resultados expressivos alcançados no ano em apreciação, outras atividades econômicas devem ser destacadas, ainda que tenham pouca representatividade na estrutura da economia estadual. Citam-se, como exemplos, alojamento/alimentação e comunicação, ambas evoluindo satisfatoriamente em 1994 (7,6% e 18,7%, respectivamente). O bom desempenho do segmento de alojamento e alimentação se deveu ao expressivo resultado da hotelaria no período. Segundo informações da Secretaria da Cultura e Turismo, em 1994 aportaram na Bahia 2,5 milhões de turistas, atraídos pela exuberância do litoral baiano.

Tabela 1
Taxa de crescimento das principais atividades econômicas – Bahia, 1994

Atividades	%
Sector Primário	0,6
Agropecuária	0,6
Sector Secundário	3,6
Indústria de Transformação	4,5
Construção	3,7
Indústria Extrativa Mineral	-2,8
Sector Terciário	4,1
Comércio	8,3
Comunicação	18,7
Alojamento e Alimentação	7,6
PIB	3,6

Fonte: SEI

1995: Estabilidade com crescimento moderado

O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia cresceu 1,0% em 1995. Este foi o resultado a que chegou a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que, por doze anos consecutivos, vem aferindo o desempenho da economia estadual com base no referencial metodológico proposto pelas Nações Unidas.

Ressalte-se que o desempenho da economia estadual em 1995 se deu sobre uma base elevada, considerando-se que em 1994 o crescimento da Bahia foi de aproximadamente 4%.

A desaceleração do ritmo de crescimento do PIB estadual em 1995 reflete a política macroeconômica restritiva implementada pelo governo federal para assegurar a estabilidade do país, a este condicionante somando-se o fraco desempenho do setor agrícola, ocasionado pela crise que enfrenta a lavoura cacaueira por longo período e que levou a agricultura do estado a apresentar o pior resultado de sua história mais recente.

Sedimentada na produção de bens intermediários (notadamente os petroquímicos), de alto valor agregado, a estrutura industrial baiana ressentia-se da ausência de maior diversificação, o que a torna mais vulnerável aos movimentos da indústria produtora de bens finais com sede no centro-sul do país. Potencialidades já foram detectadas em diversos dos seus segmentos, a exemplo de papel e celulose e da cadeia agroalimentar.

Ao considerar a limitada capacidade de investimento do estado e os requerimentos do padrão de desenvolvimento econômico vigente em escala mundial - em que as vantagens competitivas se tornam em elemento catalizador das inversões -, o governo

estadual buscou estratégias que privilegiavam uma participação mais efetiva do setor privado na economia baiana, sobretudo em áreas onde os investimentos públicos ainda não produziram os resultados desejados. As suas ações mais recentes direcionam-se para a criação de oportunidades que sejam atrativas para empreendedores em diferentes ramos de atividade, o que já se faz refletir no volume de desembolsos previsto para a Bahia. Até o início do próximo milênio, estão programados investimentos superiores a US\$ 18 bilhões para o estado, cabendo quase um terço deste montante ao setor industrial. Este aporte de recursos deverá resultar em taxas de crescimento mais substantivas para a economia baiana nos próximos anos, quando os investimentos realizados estarão em fase de maturação.

Depois dos resultados expressivos de 1993 e 1994 (5,5% e 8,3%, respectivamente), o comércio estadual cresce em ritmo mais lento (1,4%) em 1995, em função das austeras medidas de contenção da demanda agregada implementadas pelo governo.

A relativa estabilidade dos preços dos alimentos (especialmente se cotejados com aqueles em vigência no passado recente), facilitou o acesso do contingente de baixa renda ao mercado consumidor, provocando elevação substantiva das vendas do segmento supermercadista. O crescimento de 11,9% alcançado neste ano é considerado o seu melhor resultado da década.

Embora com menor intensidade, a comercialização de combustíveis evoluiu em ritmo também satisfatório (7,3%).

Já a indústria de transformação cresceu moderadamente (1,0%) no período, ficando a sua produção praticamente estabilizada no patamar de 1994. Fortemente concentrada em poucos gêneros e fracamente vinculada à demanda local, a atividade de transformação na Bahia tem no centro-sul o seu principal mercado, onde localizam-se as grandes unidades produtoras de bens finais.

O prolongamento dos efeitos do Plano Real sobre as vendas em seu primeiro ano de vigência estimulou o crescimento da produção nas unidades petroquímicas, elevando os níveis de estoques existentes no período e inviabilizando aumentos de produção já nos três últimos meses de 1995, quando a demanda foi estimulada pela flexibilização das medidas restritivas ao consumo. Como decorrência, o gênero químico cresceu apenas 0,3%.

A desaceleração do ritmo de crescimento do PIB estadual em 1995 reflete a política macroeconômica restritiva do governo federal para assegurar a estabilidade do país

Enquanto a produção química manteve-se praticamente inalterada em relação a 1994, outros gêneros industriais importantes apresentaram resultados negativos – a exemplo da metalurgia (-4,9%) e dos produtos alimentares (-0,6%) –, influenciando a queda do nível de atividade da indústria de transformação no estado.

A produção agropecuária apresentou retração de 1,5% no período, em virtude principalmente do resultado negativo da agricultura (-5,4%), que neste ano foi considerado um dos mais fracos em relação aos demais setores produtivos da Bahia. Com os seus preços deprimidos há quase uma década, a atividade agrícola vem sendo duramente afetada pelas medidas implementadas no período de vigência do Plano de Estabilização Econômica. Às condições climáticas desfavoráveis às lavouras no estado, associa-se a longa crise que enfrenta a cacauicultura, refletida na queda paulatina de sua produção, que, em 1995, atingiu 9,4%.

As estatísticas fornecidas pelos organismos vinculados ao cultivo confirmam os números divulgados pela CEPLAC - o principal responsável pelo gerenciamento da lavoura -, que apontam redução de mais de um milhão de sacas de cacau em relação a 1994.

Segundo a Comissão de Comércio de Cacau do Brasil, com a redução da safra em 1995, os processadores foram obrigados a importar amêndoas e diversos subprodutos, como líquido e manteiga, para suprir a demanda da indústria chocolateira instalada no país.

Ressentindo-se das condições climáticas adversas, outras lavouras importantes do estado também apresentaram queda de produção em 1995, a exemplo do milho (-5,0%), feijão (-17,2%) e café (-32,1%).

Em meio a estes resultados negativos, surpreendeu o bom desempenho da soja (22,8%), cultura que vem atingindo níveis de produção e de produtividade elevados e já ocupa posição de destaque na estrutura agrícola do estado. Resultados igualmente expressivos foram alcançados pela cana-de-açúcar (13,3%), batata inglesa (18,6%) e arroz (47,7%).

Os serviços industriais de utilidade pública (SIUP), que compreendem as atividades de produção e distribuição de eletricidade, água e utilidades, apresentaram declínio de 9,9% em 1995. Esta queda está associada ao resultado acentuadamente negativo do setor elé-

trico (-13,2%). Com a entrada em funcionamento da Usina de Xingó (Alagoas) e a conseqüente redistribuição de carga, a parcela de energia gerada no território baiano sofreu redução, embora a produção do sistema CHESF como um todo tenha aumentado no período.

Finalizando, merecem especial destaque em 1995 as atividades comunicação e construção civil, que no período foram beneficiados pelos investimentos realizados pelos governos federal e estadual em obras de infra-estrutura, crescendo 16,9% e 3,3%, respectivamente.

1996: Comércio e indústria impulsionam crescimento

O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia cresceu 2,7% em 1996, confirmando prognósticos veiculados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) no mês de dezembro de 1995. Com este resultado, o PIB estadual em valores correntes atinge R\$ 32,9 bilhões. No mesmo período, a renda per capita do estado aumentou 1,5%.

Pelo bom desempenho que apresentaram, o comércio e a indústria de transformação foram os destaques de 1996. O comércio cresceu 6,4%, assumindo a liderança do crescimento estadual depois de ter declinado no ano anterior. Já a indústria de transformação elevou o seu patamar produtivo em 6,0%, associando-se este resultado ao aumento da produção no ramo metalúrgico.

Observa-se que foi ascendente o comportamento da maioria das atividades que integram a estrutura econômica do estado em 1996, sobressaindo a agropecuária que, revertendo a tendência esboçada no ano anterior, cresceu 2,9% no período. Este resultado espelha o avanço da produção pecuária (40%), sugerindo o aumento dos níveis de consumo de carne e de outros derivados da produção animal no estado. Os indicadores de desempenho da pecuária vêm evidenciando o seu crescimento desde a implantação do Plano Real, sugerindo que a estabilização dos preços provocou aumento da capacidade aquisitiva da população, sobretudo daquela parcela que até há pouco tempo permanecia à margem da economia de mercado.

Este bom desempenho não se repetiu na agricultura, que apresentou declínio de 6,8%, em que pese os resultados positivos de importantes lavouras, a exemplo do feijão (28,1%), milho (9,6%) e laranja (5,7%).

Observa-se que em 1996 a queda da produção agrícola no estado foi generalizada, notadamente de cultivos como o arroz (-40,1%), o algodão (-32,0%) e a mandioca (-3,6%). No entanto, o declínio da agricultura associa-se mais diretamente aos resultados negativos de três produtos que têm participação expressiva na estrutura do setor no estado: a soja (-34%), o café (-24,6%) e o cacau (-17,1%). O comportamento des-

tividade, a lavoura cacaueira apresentou resultado negativo mais uma vez em 1996, deprimindo o valor bruto da produção agrícola por sua expressiva contribuição para o agregado.

A indústria de transformação cresceu 6,0%. Este resultado foi da maior importância para o crescimento econômico estadual, visto que o setor participa com mais de 20% do Produto Interno Bruto da Bahia. Três atividades industriais responderam por este bom resultado: a química (3,1%) - responsável por cerca de metade do produto industrial; a metalurgia (26,4%) e o ramo material elétrico e de comunicações (26,2%). O excelente desempenho da produção metalúrgica reflete o processo de reestruturação a que foram submetidas suas principais plantas, especialmente depois da mudança do controle acionário de uma importante unidade do setor siderúrgico.

Entre as atividades industriais que declinaram em 1995, sobressai a indústria têxtil (-7,7%), em decorrência da perda de competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional frente à ascensão dos tigres asiáticos.

Pelo terceiro ano consecutivo a indústria extrativa mineral exibe resultado negativo (-6,3%), residindo a causa deste comportamento no declínio da atividade de extração de petróleo no estado, que participa com mais de 60% em sua estrutura.

Refletindo o maior dinamismo do transporte rodoviário de cargas (11,9%) em 1995, solidamente atrelado ao comportamento da economia estadual, o segmento de transportes e armazenagem apresentou crescimento surpreendente no período (12%).

O comércio cresceu 6,4%, assumindo a liderança do crescimento estadual depois de ter declinado no ano anterior

centente da soja foi ocasionado pela restrição do crédito agrícola para o plantio, refletindo também os baixos preços do cultivo em importantes mercados e a ausência de chuvas nas regiões produtoras à época de floração do grão. Já o resultado do café frustrou as expectativas mais otimistas que convergiam para uma retomada dos níveis de produção de anos anteriores, valendo lembrar que a retração deste cultivo se deu numa conjuntura favorável, quando os seus preços estavam elevados no mercado internacional em decorrência do baixo nível de estoques nos países produtores e da elevação da demanda.

Atravessando longa e permanente crise, que reduziu sensivelmente os seus níveis de produção e produ-

Tabela 2
Taxa de Crescimento e Composição Setorial do PIB – Bahia, 1996

Setores	Taxa de Crescimento (%)	Participação Relativa (%)
Agropecuária	2,9	12,4
Indústria Extrativa Mineral	-6,3	1,5
Indústria de Transformação	6,0	20,1
SIUP	-1,1	3,5
Construção	-1,9	9,8
Comércio	6,4	8,8
Transportes e Armazenagem	12,0	2,0
Estab. Financ. Com. e Bens Imóveis	2,0	4,2
Alojamento e Alimentação	-3,4	2,5
PIB	2,7	-

Fonte: SEI

Tabela 3
Ranking dos Principais Produtos Agrícolas
Bahia, 1996

Produtos Agrícolas	%
Cacau	15,0
Feijão	10,4
Mandioca	8,0
Coco da baía	7,7
Banana	7,5
Milho	6,9
Cana-de-açúcar	6,1
Café	5,6
Soja	4,6
Tomate	4,3

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – PAM/IBGE

Já o resultado do setor de alojamento e alimentação foi inferior ao de 1995 em 3,4%. A julgar pelos resultados positivos que alcançou por cinco anos ininterruptos, a atividade ressentiu-se da redução do fluxo turístico interno no período, quando a estabilidade da moeda e a paridade cambial facilitaram sobretudo o deslocamento de brasileiros para o exterior. A retração da atividade alojamento foi expressiva em 1996 (superior a 7%).

1997: Crises externas ameaçam a estabilidade, mas não impedem o crescimento do PIB

A economia baiana cresceu 6,6% no ano de 1997. Com este resultado, o Produto Interno Bruto estadual alcança o sexto ano de expansão ininterrupta, acumulando crescimento real superior a 18% no período, segundo estimativas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Além de ser o melhor resultado da década, o crescimento de 1997 evidencia a capacidade de resposta da economia baiana aos pesados investimentos que vem realizando o governo estadual, com o intuito de promover maior diversificação da base produtiva do estado.

A expansão do PIB da Bahia no período refletiu basicamente o crescimento da produção agropecuária – que apresentou nesse ano o melhor resultado da década (12,3%) – e da indústria de transformação

(1,7%), que, mesmo crescendo em ritmo mais lento, influenciou o resultado global do estado pelo elevado peso que tem em sua estrutura econômica. O comércio seguiu a mesma tendência ascendente, registrando mais uma vez incremento expressivo (4,4%).

O desempenho da Agropecuária (12,3%) recebeu forte contribuição da agricultura, cujo crescimento foi da ordem de 18% em 1997, beneficiada por uma conjunção de fatores, destacando-se as condições climáticas favoráveis, a desoneração das exportações de produtos agrícolas (com a retirada do ICMS) e a melhoria dos preços internacionais das principais *commodities*. A safra de grãos superou a do ano anterior em cerca de 44,5%, em virtude sobretudo dos bons resultados de cultivos como o feijão (47%), soja (44,7%), milho (44,1%), cana-de-açúcar (12,5%), café (12,3%) e mandioca (3,7%).

Aumento igualmente expressivo apresentou a produção de cacau, alcançando 10,4% nesse ano, segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE.) Não obstante as condições adversas que vem enfrentando, agravadas pela quebra de safra e pelo atraso na liberação dos recursos para investimento e custeio, esta cultura figura ainda com destaque no *ranking* da produção agrícola do estado.

A persistente alta das *commodities* agrícolas e a nova dimensão do mercado mundial de alimentos abrem novas perspectivas para o estado, que deverá colher resultados mais expressivos de suas exportações. Importa ressaltar os efeitos da expansão da fruticultura, que inicia a incorporação de tecnologia das mais avançadas ao seu processo produtivo e desde os anos 80 vem sustentando a posição de destaque que a Bahia mantém na Região Nordeste.

Além de ser o melhor resultado da década, o crescimento de 1997 evidencia a capacidade de resposta da economia baiana aos pesados investimentos realizados pelo governo estadual, promovendo maior diversificação da base produtiva do estado

Acompanhando a tendência observada em nível nacional, a indústria baiana de transformação encerrou o ano com resultado satisfatório, crescendo 1,7% sobre 1996, em virtude do bom desempenho do gênero químico (6,1%), que exerceu forte influência nessa taxa pelo peso preponderante que tem na estrutura industrial baiana.

Mas o crescimento industrial do estado em 1997 foi favorecido também pelo expressivo aumento da produção de papel e papelão (9,1%), que desde o final de 1996 se beneficia da elevada cotação dos seus preços no mercado internacional, para onde destina a maior parcela de sua produção. Em 1997, as vendas de celulose para o exterior foram ampliadas em cerca de 40%, elevando o posicionamento desta indústria na pauta de exportação do estado.

Desempenho equivalente apresentou a produção do gênero têxtil, crescendo 9,1% após o fraco desempenho do ano anterior (- 7,7%).

Já o resultado da metalurgia foi inexpressivo no período (0,1%), evidenciando que o volume produzido por esta indústria ficou praticamente estabilizado no nível do ano anterior, quando a metalurgia experimentou forte expansão, ocasionada pelo processo de reestruturação a que foram submetidas suas principais plantas.

Os demais gêneros industriais não lograram resultados favoráveis em 1997, conforme mostram os dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, do IBGE. Entre estes, sobressai o de produtos alimentares, cujo volume físico registrou decréscimo de 9,1%, em oposição ao desempenho favorável do ano anterior.

Contrariando os prognósticos divulgados até setembro, todos sinalizando queda nas vendas totais do estado, a atividade comercial cresceu mais de 4%

em 1997. Observado pelo quinto ano consecutivo, este resultado positivo espelhou a conjuntura econômica favorável, com a moeda do país estabilizada, o sistema de crédito tornado mais seletivo e os rendimentos médios das camadas mais pobres da população atingindo níveis que facilitaram o seu acesso ao mercado consumidor. Esta conjuntura beneficiou particularmente o segmento de veículos, cujas vendas cresceram 8,8% no período.

Mas, apesar de positivo, o resultado do comércio em 1997 ficou aquém das expectativas, com o movimento de vendas apenas acompanhando a média dos últimos quatro anos, influenciada particularmente pelo crescimento nos períodos sazonais, quando o nível de atividade do varejo atinge o seu ápice.

Alcançando os resultados mais expressivos de todas as atividades que conformam a estrutura do PIB, a construção civil e o segmento de comunicação foram destaques em 1997, crescendo 21,5% e 19,8%, respectivamente. Marcando o início do processo de concessão destes serviços no país, a privatização da telefonia celular da banda B nesse ano deu um grande estímulo às telecomunicações, o mesmo acontecendo com a telefonia móvel e a ampliação dos terminais telefônicos no interior do estado.

Já a construção civil foi beneficiada, em grande parte, pelos importantes investimentos públicos e privados realizados na Bahia, a exemplo da duplicação de estradas estaduais (linha verde); obras de infra-estrutura em áreas vocacionadas para a indústria (pólo calçadista); construção de aeroportos em cidades turísticas e o início das obras do Complexo Sauípe, além de investimentos canalizados para a ampliação da rede hoteleira de importantes municípios turísticos do interior e para o Programa Bahia Azul.

Tabela 4
Taxa de Crescimento do PIB, segundo os principais setores de atividade - Bahia e Brasil, 1997

Setores	Bahia (%)	Brasil (%)
Agropecuária	12,3	1,8
Indústria de Transformação	1,7	5,7
Indústria Extrativa Mineral	-5,9	7,3
Comércio	4,4	2,1
Construção	21,5	7,5
Comunicação	19,8	5,0
PIB	6,6	3,3

Fonte: SEI/IBGE

1998: Crises externas arrefecem desempenho econômico

As condições que enfrentou a economia brasileira em 1998 foram distintas de períodos anteriores. O aprofundamento da crise financeira mundial com o desequilíbrio das economias da Ásia, em outubro de 1997, e da Rússia, no segundo semestre de 1998, ocasionou evasão de divisas e pressão sobre a taxa de câmbio, levando o governo federal a intervir na política macroeconômica no país, seja realizando tentativas de geração de superávit primário nas contas do setor público, seja acionando mecanismos de financiamento do déficit nas transações correntes.

No plano interno, assistiu-se ao gradual processo de esgotamento dos efeitos benéficos do Plano Real sobre o poder de compra de grande parte da população, associados principalmente à elevação do patamar de renda real e do limite da capacidade de endividamento das famílias.

Em meio a este cenário acompanhando a tendência nacional o ritmo de crescimento econômico do estado perde aceleração, o que se refletiu no resultado mais modesto do Produto Interno Bruto da Bahia em 1998 (1,7%).

Esta taxa, no entanto, adquire maior relevância quando se considera que, em 1997, o estado alcançou um dos resultados mais expressivos do país (6,6%), favorecendo expressivo crescimento acumulado do agregado no período 1992-1998 (cerca de 20%).

A indústria de transformação foi o principal destaque em 1998, registrando crescimento de 6,3%. Com este resultado, a Bahia alcançou a quarta posição no

ranking do país, superada apenas pelo Mato Grosso (8,0%), Acre (7,7%) e o Distrito Federal (7,7%).

O dinamismo industrial baiano no ano em exame foi sustentado basicamente pelo segmento químico (crescimento de 10,0%), que tem a participação mais expressiva na estrutura do setor. Uma parte significativa desta expansão resulta do aumento da produção de derivados de petróleo, em decorrência da ampliação da Refinaria Landulfo Alves.

Mas não apenas o segmento químico respondeu pelo bom desempenho do setor industrial baiano em 1998. O ramo metalúrgico também exerceu influência no resultado deste ano, depois de crescer mais de 13%, refletindo o aumento da produção de vergalhões, cobre e alumínio em lingotes.

Com o aprofundamento da crise mundial, assistiu-se ao gradual esgotamento dos efeitos benéficos do plano real

Pelo resultado expressivo que alcançou, merece destaque também o segmento de transformação de produtos minerais não metálicos (26,7%).

Em contraposição a esses desempenhos favoráveis, quatro ramos industriais apresentaram queda nos níveis de produção no período: o têxtil (-42,8%) - refletindo o declínio da fabricação de tecidos impermeáveis e algodão em pluma; papel e papelão (-22,6%) - ocasionada pelos baixos preços vigentes no mercado internacional; perfumaria, sabões e velas (-16,3%) e bebidas (-8,3%), estes últimos sofrendo declínios de produção sucessivos desde 1996.

Depois de evoluir positivamente por três anos consecutivos, sob o estímulo do Plano Real, o comércio baiano perdeu dinamismo, tal como observado em todo o país. Por ser muito suscetível às oscilações da política macroeconômica, a atividade encerrou o ano na Bahia com o pior resultado da década (retração de 5,8%), espelhando o recrudescimento das medidas de contenção da demanda interna, implementadas mais recentemente pelo governo federal no bojo dos ajustes negociados com o FMI.

Tabela 5
Taxa de Crescimento do PIB segundo os principais setores de atividade
Bahia, 1998

Setores	%
Agropecuária	-5,5
Indústria Transformação	6,3
Comércio	-5,8
Comunicação	23,6
Alojamento e Alimentação	13,7
PIB	1,7

Fonte: SEI

Observa-se que alguns ramos do comércio foram mais afetados, a exemplo dos bens de consumo duráveis e semi-duráveis. Com os juros mantidos em patamares sensivelmente elevados, as vendas neste segmento experimentaram forte desaceleração, em face do seu forte condicionamento ao sistema de crédito. Foi o que aconteceu com o comércio de veículos, que em 1998 vendeu 24% menos que no ano anterior.

Entretanto, a julgar pelo resultado do ramo supermercadista no período (crescimento de 1,6%), o impacto das medidas econômicas sobre o seu desempenho parece ter sido menor. Evoluindo positivamente, embora em ritmo mais lento, as vendas nestes estabelecimentos acabaram contribuindo para atenuar o resultado negativo do comércio, considerando-se que representam mais de 20% das receitas do setor.

Já a produção agropecuária não logrou bons resultados em 1998, decrescendo 5,5% em virtude da queda da produção agrícola (-10,2) que, fortemente condicionada às variações climáticas, não resistiu aos efeitos provocados pelo fenômeno *El Niño*. Diversas lavouras foram atingidas pela seca na maioria dos municípios baianos, a exemplo do feijão (-53,2%), milho (-40,6%), mamona (-86,0%), algodão herbáceo (-49,6%) e café (-19,9%). Resistindo aos rigores climáticos, outras culturas, no entanto, apresentaram bons resultados, citando-se como exemplos a pimenta-do-reino (13,4%), soja (17,2%), coco-da-baía (12,2%), cebola (8,0%) e abacaxi (33,6%). À exceção da soja e do coco-da-baía, pela reduzida participação que têm no valor da produção agrícola, os demais cultivos exerceram pouco influência no seu resultado.

Com a alta dos juros, as vendas de bens duráveis e semi-duráveis sofreram forte desaceleração em 1998. O comércio de veículos vendeu 24% menos

Pelo bom desempenho que apresentaram, a despeito da instabilidade climática, dois cultivos tradicionais são merecedores de realce: a cana-de-açúcar, com expansão de 7,0%, e o cacau, que depois de acumular perdas sucessivas apresentou bom desempenho no período (4,2%), estimulado pela elevação dos seus preços no mercado internacional.

No âmbito dos serviços, sobressaíram os bons desempenhos de dois segmentos: o de alojamento e alimentação, que se recupera após dois anos ininterruptos de fracos resultados, refletindo possivelmente a conjuntura nacional favorável ao incremento do ramo alimentação no estado (cerca de 19%); e o de comunicação, que manteve a tendência do ano anterior. Objeto de expressivos investimentos, o resultado que alcançou este serviço em 1998 (23,6%) foi, de longe, o melhor desde 1980. Como consequência, cresceu surpreendentemente o número de terminais em serviços implantados pela empresa de telefonia no interior, confirmando os dados da ANATEL, segundo a qual os investimentos realizados na Bahia na expansão da telefonia fixa superaram a marca de US\$ 1 bilhão. Ademais, o acirramento da concorrência na área da telefonia móvel vem contribuindo visivelmente para baratear o custo deste serviço, incentivando o aumento do seu consumo.

1999: Desvalorização cambial, inflação e baixo crescimento

A evolução da economia brasileira em 1999 foi condicionada basicamente pela mudança do regime cambial. Em janeiro daquele ano, o sistema de banda cambial foi substituído pelo câmbio flutuante, gerando expectativas de que o Brasil atravessaria uma fase de recessão significativa, com forte impacto no PIB.

Elaborados no início do ano, esses cenários distanciaram-se bastante da realidade mais tarde observada. As expectativas de que o nível de atividade econômica apresentaria queda entre 3,0% e 4,0% não se confirmaram. O PIB brasileiro registrou crescimento de 0,8% em 1999, sustentado principalmente pelo desempenho positivo do setor agropecuário (7,4%).

A Bahia apresentou indicadores mais positivos no período, embora enfrentasse problemas similares aos que abalaram a economia nacional. Segundo cálculos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o Produto Interno Bruto (PIB) do estado cresceu 2,2% em 1999. Como consequência desse resultado, o PIB per capita apresentou variação real positiva de 1,6%, atingindo o seu valor nominal R\$ 3.251,92.

O exame do desempenho setorial da economia baiana revela que a indústria de transformação e a construção civil lograram resultados positivos em 1999, evoluindo 1,3% e 6,1%, respectivamente, o mesmo se verificando na agropecuária, cuja expansão de 2,2% decorreu do aumento da safra de grãos, e na atividade alojamento e alimentação, que manteve a tendência ascendente dos últimos anos (6,4%), estimulada sobretudo pela ampliação do fluxo turístico no estado.

Em 1999, apenas dois setores econômicos na Bahia apresentaram variação negativa: os serviços industriais de utilidade pública (-2,7%) e a indústria extrativa mineral (-7,7%).

Agropecuária

O crescimento da agropecuária baiana em 1999 resultou da ação de um conjunto de fatores positivos, destacando-se as condições climáticas favoráveis e a desoneração das exportações de produtos agrícolas. Associada à desvalorização da moeda, esta medida de política econômica provocou sensível melhoria na remuneração dos produtores, repercutindo no crescimento da produção interna. Somam-se a estes estímulos a expansão das áreas irrigadas e a adoção de técnicas modernas de cultivo em várias regiões do estado, notadamente no Oeste e no Médio São Francisco, o que representou um avanço substantivo para a agricultura, que neste ano deu importante contribuição para o crescimento agropecuário. A produção de grãos na Bahia ficou próxima de 2,5 milhões de toneladas, crescendo 18,5% sobre o ano anterior. Responderam por esse incremento os cultivos de feijão e milho. Alcançando 348 mil toneladas, a produção de feijão aumentou 57,8% no período, favorecida pelo excelente resultado (261%) da primeira safra (safra

Superando as expectativas de recessão, o PIB brasileiro cresceu 0,8% em 1999. Apesar de enfrentar problemas similares, a Bahia cresceu 2,2%

de verão). Já o volume produzido de milho cresceu 41,3%, somando 895 mil toneladas. A recuperação de alguns produtos tradicionais foi uma outra tendência positiva que apresentou a agricultura baiana em 1999, destacando-se o resultado do cultivo de mandioca, que neste ano superou a marca de 3 mil toneladas, correspondendo a um crescimento de 9,3%.

Mas este bom desempenho da agricultura não se repetiu na produção pecuária. Afetada pela seca que castigou boa parte das regiões produtoras e ocasionou queda de produção generalizada no estado, a atividade declinou 1,5%.

Indústria de Transformação

O setor industrial⁴ registrou crescimento de 2,1% em 1999, um desempenho considerado pouco satisfatório se comparado aos anos anteriores. Para este resultado foi importante a contribuição da construção civil, que neste ano cresceu 6,1%.

Embora evoluindo em ritmo mais lento (1,3%), a indústria de transformação acompanhou este movimento ascendente, impulsionada sobretudo pelo desempenho positivo da produção química (cerca de 3%). A desvalorização cambial do período favoreceu o resultado deste gênero, elevando sua competitividade no mercado externo.

Contabilizando mais um resultado positivo, a indústria de papel e celulose cresceu 9,5% em 1999, ainda sob o estímulo da alta cotação dos seus preços no mercado internacional, em franca expansão desde 1996.

O mesmo impulso recebeu a produção metalúrgica, cujo crescimento de 8,9% se deveu principalmente à alta dos preços externos do cobre, o produto mais re-

Tabela 6
Taxa de crescimento das principais atividades econômicas - Bahia, 1999

Atividades	Varição 99/98 (%)
Agropecuária	2,2
Indústria de Transformação	1,3
Indústria Extrativa	7,7
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2,7
Construção Civil	6,1
Comércio	0,4
Alojamento e Alimentação	6,4
PIB	2,2

Fonte: SEI/IBGE

⁴Para efeito das Contas Regionais o setor industrial compreende a indústria de transformação, a extrativa mineral, os serviços industriais de utilidade pública e a construção civil

presentativo de sua estrutura. O resultado deste esforço produtivo da metalurgia está refletido no crescimento das exportações, que nesse ano alcançou 23,7%⁵.

Já a performance da indústria extrativa não foi favorável, conforme se pode inferir do resultado negativo (-7,7%) da produção física da atividade no período. Esta taxa está espelhando o declínio da extração de petróleo em 1999, segmento que responde por mais de 90% da produção do setor no estado.

Construção Civil

O crescimento da construção civil, uma das atividades econômicas de maior relevo na estrutura do PIB da Bahia, associa-se em grande medida à implementação de infra-estrutura em centros de lazer, entretenimento e turismo na Grande Salvador, assim como às obras do Complexo Sauípe e de construção e duplicação de aeroportos em áreas turísticas do estado. Não menos importante é o impulso que a atividade vem recebendo do pólo calçadista recém-implantado no interior da Bahia, considerando-se os pesados investimentos em implantação de infra-estrutura que demandam as áreas industriais.

Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP

A queda no nível de atividade dos serviços industriais de utilidade pública em 1999 resultou do fraco desempenho (-4,8%) do setor elétrico⁶, sobretudo do segmento de geração de energia, cujo declínio foi visivelmente acentuado no período (-10%). Este resultado refletiu a queda de produção nas usinas de Paulo Afonso e Sobradinho, estimada em 7,93% e 21,18%, respectivamente, uma vez que as duas unidades respondem por quase 98% do total de energia gerado no estado. Já o declínio na área de distribuição foi bem mais leve (-0,4%), indicando que a oferta deste serviço ficou praticamente estabilizada no patamar do ano anterior.

Serviços

Com relação ao setor serviços, apresentaram resultados positivos em 1999 o comércio, que experimentou leve recuperação neste ano, e o segmento de alojamento/alimentação.

Mesmo recebendo importante contribuição do segmento dos autônomos, cujas vendas cresceram

8,9%, a atividade comercial evoluiu modestamente (0,4%) em 1999, não conseguindo compensar a acentuada queda (-5,8%) do seu nível de atividade no ano anterior.

Em meio aos desempenhos negativos dos seus diversos ramos, o comércio de alimentos/bebidas e fumo cresceu 3,4%, sendo o grande responsável pelo resultado positivo da atividade no ano. Convém lembrar que o fechamento de grandes lojas de departamento e pequenos supermercados na Bahia afetou sensivelmente o desempenho do segmento varejista na Bahia em 1999, acentuando os efeitos perversos da crise econômica sobre a atividade, caracterizada por elevado nível de endividamento e inadimplência da população, estagnação salarial, aumento do desemprego e altas taxas de juros. Como se sabe, a atividade comercial é particularmente vulnerável às alterações da política macroeconômica, que no período foi direcionada, mais uma vez, para a contenção dos níveis de demanda agregada.

Espelhando a ampliação do fluxo turístico na Bahia, em 1999 a atividade alojamento e alimentação cresceu 6,4%. Conforme mostram as estatísticas da Bahiatursa, o número de hóspedes nos meios de hospedagem classificados da Bahia aumentou 20% em 1999, crescendo também a taxa de permanência média destes visitantes (10%). Este bom resultado refletiu a aceleração do movimento turístico em períodos de baixa estação, refletido na elevada média de ocupação dos leitos hoteleiros, que superou o resultado de 1998. Ainda de acordo com a Bahiatursa, em 1999 a Bahia recebeu cerca de 48% do total de estrangeiros que chegou ao Nordeste, participando com 15% deste fluxo em nível do país.

Creditam-se estes bons resultados à desvalorização cambial, que atraiu turistas estrangeiros para o país e desestimulou as saídas de brasileiros, redirecionando uma parcela deste fluxo para o mercado doméstico. Esta conjuntura foi particularmente benéfica para a Bahia, favorecida por eventos que ampliam sua oferta na alta estação, a exemplo do carnaval e do “prolongado” verão baiano que atrai turistas de todas as partes do mundo. Ademais, a atividade

⁵ Em 1999, a participação do gênero metalúrgico no total das exportações baianas foi de aproximadamente 11%.

⁶ Além do setor elétrico, o SIUP engloba as atividades de água e saneamento do estado. Entretanto, em termos de participação, o setor elétrico é o mais relevante, compreendendo cerca de 70% da estrutura do SIUP destes serviços.

de conta a seu favor com incentivos institucionais e logísticos direcionados para o chamado “turismo de negócios”, concedidos na Bahia desde 1999.

Representando aproximadamente 31% do setor em exame, o segmento de alimentação cresceu moderadamente no período analisado (1,1%), mesmo sendo estimulado pela conjuntura favorável do país e pela expansão do movimento turístico no estado.

2000: Melhor ano do Real após as crises

Após dois anos de expansão moderada, no ano 2000 a economia brasileira retoma o seu ritmo de crescimento (4,4%), passado o período de turbulência que desestabilizou a política cambial do país. Uma parte considerável deste resultado foi sustentada pelo crescimento industrial (4,8%), influenciado pelo expressivo desempenho da indústria de transformação (6,2%), que nesse ano respondeu por mais de 25% do total da riqueza gerada no país.

De acordo com o IBGE, o crescimento da economia nacional no período foi alavancado pelo consumo de bens duráveis e semi-duráveis, responsável por dois terços do incremento do PIB, cujo resultado se deveu à redução das taxas de juros internas - ainda mantidas em patamar elevado -, à expansão do crédito e à melhoria das expectativas dos consumidores.

Conforme ilustra o quadro subsequente, em 2000 o PIB da Bahia cresceu 3,9%, resultado que se aproxima da média nacional. Como consequência, o PIB per capita aumentou 2,8%, atingindo R\$ 3.687,00 neste ano. O desempenho econômico da Bahia no período recebeu forte contribuição da agropecuária e do comércio, ambos crescendo 22,4% e 4,7%, respectivamente, uma vez que a indústria de transformação, iso-

Tabela 7
Variação (%) do PIB segundo os principais setores de atividades - Bahia, 2000/1999

Setores	Variação (%)
Agropecuária	22,4
Indústria de Transformação	-2,6
Serviços Industriais de Utilidade Pública	7,8
Construção	2,5
Alojamento e Alimentação	5,3
Comércio	4,7
Comunicações	17,5
PIB	3,9

Fonte: SEI

ladamente o setor de maior peso (25,6%) na estrutura da economia estadual, apresentou queda de 2,6%, influenciando negativamente o resultado do Produto. Este fraco desempenho industrial inverte a tendência dos últimos anos, quando o seu dinamismo sustentou o crescimento econômico da Bahia.

Agropecuária

O resultado expressivo (22,4%) da produção agropecuária em 2000 se deveu à importante contribuição da agricultura, que neste ano alcançou 18,8%. Vários fatores concorreram para este desempenho, destacando-se as condições pluviométricas favoráveis, à diferença do que ocorreu em outras regiões do país, e a elevação dos preços de algumas *commodities* agrícolas no mercado externo.

A safra de grãos superou o resultado do ano anterior em cerca de 44%, refletindo sobretudo o aumento da produção de milho (47,6%), feijão (54,8%), soja (31,1%) e algodão (164,6%), produtos de alta relevância na estrutura agrícola do estado. O elevado incremento da produção de feijão decorreu da melhoria das técnicas agrícolas empregadas (especialmente a ampliação das áreas irrigadas), o que contribuiu para elevar o rendimento médio da cultura. Outros cultivos mereceram destaque, a exemplo da batata inglesa (77,9%); uva (46%); mandioca (31,5%), que ocupa posição privilegiada no *ranking* da produção agrícola baiana; e café (10%). A mandioca vem ocupando gradativamente as áreas antes destinadas à cultura fumaçeira, em virtude do aprofundamento da crise que atravessa este cultivo no estado e especialmente do baixo custo que envolve este processo.

A indústria contribuiu para a retomada do crescimento da economia brasileira. A Bahia acompanhou a tendência nacional, crescendo 3,9%, com destaque para a agropecuária e o comércio

O aumento da área plantada (8,3%) e os preços mais baixos do hectare de terra na Bahia, comparativamente a outras regiões do país, estimularam o crescimento de 30% da produção de soja em 2000, quando a cultura se posicionou como a terceira maior lavoura do estado em termos de valor bruto da produção, alcançando rendimento médio de 2.400 kg/ha.

Já o cacau reduziu sua produção em cerca de 14% no período, embora ainda figure como a principal lavoura da agricultura estadual e por isso mesmo tenha impedido que o resultado da produção agrícola fosse mais expressivo. Residem as causas deste fraco desempenho na disseminação da praga "vassoura de bruxa" em toda a região cacaueira e na redução dos programas agrícolas de incentivo à exportação desta importante *commodity*.

Já a pecuária apresentou incremento de 33,7%, decorrente em sua maior parte do bom desempenho da produção bovina (37%). O resultado da pesca (6,9%) também foi favorável em 2000. Já a produção extrativa vegetal apresentou queda de 10,8%, pouco influenciando o resultado agropecuário em virtude do reduzido peso (0,4%) que tem na sua estrutura.

Indústria de Transformação

Os Serviços Industriais de Utilidade Pública englobam as atividades de geração e consumo de energia, além de água e saneamento. Em 2000, a atividade cresceu 7,8%. Participando com aproximadamente 70% nesta estrutura, o segmento elétrico registrou incremento de 7,1%, observando-se variações positivas tanto na geração quanto no consumo deste serviço. Segundo a ANEEL, o volume de energia gerado no estado cresceu 14% em 2000, atingindo 17.446.263 Mwh a quantidade consumida, um resultado superior em 7,1% ao do ano de 1999. Quanto à distribuição setorial, observa-se que o aumento mais expressivo do consumo se verificou na área comercial (13%), seguida da industrial (7,4%) e residencial (7,3%). Nas demais classes, a demanda por energia elétrica cresceu moderadamente (0,6%).

Embora represente a menor parcela do valor agregado gerado no âmbito dos serviços industriais de utilidade pública, pela expressividade do seu resultado (8,1%) o segmento de água e saneamento exerceu alguma influência na formação da taxa de crescimento da atividade.

Contrariando a tendência observada no país, a produção industrial baiana registrou queda de 2,6% no ano 2000, ocasionada sobretudo pelo fraco desempenho do gênero químico (-6,1%). Uma parada de emergência para manutenção em uma das unidades da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), em Mataripe, interrompeu por cerca de dois meses a produção de derivados de petróleo no segundo semestre, o mesmo ocorrendo na COPENE, principal indústria química da Bahia, levando esta empresa a reduzir o fornecimento de eteno, insumo básico para a produção em outras unidades do Pólo de Camaçari. Tais ocorrências explicam a queda de produção do gênero químico.

Já a indústria metalúrgica cresceu estimulada pelas condições favoráveis ao cobre no mercado internacional. Com os estoques do metal mantidos em níveis baixos no estado e o aumento da demanda mundial, sobretudo após a recuperação econômica da Ásia (grande consumidora da produção do país), sua cotação aumentou no mercado externo, estimulando a produção na Bahia.

Os altos preços no mercado internacional explicam também o crescimento de 5,4% da indústria de papel e celulose, considerando-se que este é o maior mercado consumidor de sua produção. Os itens mais demandados foram as caixas de papelão corugado e de papel higiênico, contribuindo para elevar o posicionamento desta indústria na pauta de exportação baiana.

A atividade de extração mineral registrou queda de 0,2% em 2000, refletindo mais um resultado negativo da extração de petróleo (-1,8%) nas bacias do estado - 16,848 milhões de barris em 2000 contra 17,164 milhões em 1999. Como se sabe, o petróleo responde por aproximadamente 80% da estrutura do setor extrativo mineral baiano, o que explica a forte influência que exerce no desempenho da atividade.

Apesar desta redução, este foi o melhor resultado desta indústria desde 1993. A descoberta de novas bacias de gás natural na Baía de Camamu, no litoral sul do estado, abre novas perspectivas para a atividade nos próximos anos.

Movido pela aceleração das obras do complexo Amazon (Ford), o setor de construção civil da Bahia cresceu aproximadamente 2,5% no ano 2000, prevendo-se um prolongamento dos efeitos desses investimentos sobre a atividade nos próximos anos, em função da

atração de novas indústrias de apoio e complementação ao pólo automotivo que se instala no estado.

Cabe mencionar ainda as obras de ampliação do aeroporto internacional de Salvador (primeira etapa), além da implantação de infra-estrutura turística no interior do estado, mais precisamente no extremo-sul, onde desenvolve-se intenso programa de recuperação de estradas e implantação de sistemas de esgotamento sanitário. Parte dessas reformas pode ser associada ao período festivo de comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil, completados no ano de 2000.

Ressalte-se, por fim, o pólo calçadista em funcionamento no interior do estado, cuja ampliação vem dando mais um estímulo à construção civil. O aumento da produção deste ramo está refletido no crescimento do emprego industrial. Segundo o IBGE, o número de ocupados na atividade cresceu 1,2% em relação ao ano anterior.

Serviços

O setor serviços apresentou incremento de 3,6%, com destaque para os setores do comércio, comunicações e alojamento/alimentação, os quais cresceram 4,7%, 17,5% e 5,3%, respectivamente.

Os indicadores de desempenho da atividade comercial evidenciaram recuperação das vendas em 2000, refletida no crescimento de 4,7%. Tal resultado se deveu em grande parte à performance positiva (6,8%) dos estabelecimentos comerciais constituídos como empresas - setor formal -, fato não observado no ano anterior.

Como se sabe, o comércio é particularmente sensível a mudanças na política econômica. No ano 2000, a atividade foi beneficiada por uma conjunção de fatores positivos, a saber: queda das taxas de juros internas, que mesmo se mantendo elevadas permitiram a redução dos níveis de inadimplência; ampliação dos prazos de pagamento pelo sistema de crediário, facilitando o aumento das vendas; maior disponibilidade de recursos para financiamentos, decorrente da redução do compulsório nos depósitos à vista, além de uma relativa estabilidade da taxa de câmbio, proporcionando aumento do fluxo do comércio exterior. Como resposta, ampliaram-se as vendas de bens duráveis, especialmente no segmento de automóveis (cerca de 25%) e de móveis e eletrodomésticos (mais

de 8%). O comércio de veículos foi estimulado pelas promoções, assim como pela redução dos juros e ampliação dos prazos de financiamento para compra de carros novos, acirrando a concorrência no setor. A importância de medidas como estas reside no fato de que o financiamento se constitui no principal instrumento de vendas de veículos, principalmente para os consumidores da classe média.

Esse desempenho surpreendente, entretanto, não se repetiu no comércio de combustíveis e lubrificantes, que cresceu apenas 3,2% em face dos preços elevados, o que foi provocado pela alta cotação do barril de petróleo no mercado externo.

Já as lojas de departamentos não lograram bom resultado no período em análise (declínio de mais de 7%), localizando-se a principal justificativa para este comportamento na acirrada concorrência que enfrenta o segmento depois que os supermercados e hipermercados passaram a diversificar e sofisticar sua oferta de produtos, introduzindo itens antes vendidos exclusivamente pelas grandes lojas do ramo.

No segmento informal, o resultado do ano foi positivo (6,7%), cabendo assinalar que os produtos comercializados pelos vendedores autônomos geraram aproximadamente 17% do valor agregado do setor comercial no período.

O segmento de comunicações foi ampliado em 17,5%, acumulando crescimento real superior a 7.200% entre 1975 e 2000. Este notável desempenho espelha o amplo programa de investimentos em expansão e modernização dos serviços de telecomunicações e serviços postais no estado, a cargo de empresas públicas e privadas.

Em decorrência da significativa ampliação de sua oferta, a telefonia fixa cresceu 18% em 2000; seguiu a mesma tendência a telefonia móvel, cujo aumento superou a marca de 20%. Estes bons resultados refletem o acirramento da competição entre os prestadores do serviço, ocasionando queda nos preços das tarifas cobradas.

O crescimento de 5,2% do setor de alojamento e alimentação em 2000 ficou próximo do resultado do ano anterior e associa-se à expansão do turismo na Bahia, que proporcionou aumento de 13% da taxa de ocupação dos leitos disponíveis nos meios de hospedagem do estado, segundo dados fornecidos pela Bahiatursa.

Apesar da relativa estabilidade cambial em 2000 - o que poderia incentivar o movimento de viagens ao exterior -, os pacotes turísticos que tiveram como destino a Bahia cresceram em relação ao ano anterior, observando-se que a Bahia recebeu metade do fluxo que se destinou à Região Nordeste e aproximadamente 16% dos estrangeiros que ingressaram no país.

2001: Crise energética desacelera ritmo de crescimento

Com base em estimativas elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em 2001 o Produto Interno Bruto da Bahia (PIB) apresentou crescimento em torno de 1%, apesar das dificuldades enfrentadas pela economia do país no período, seja no plano interno, com a crise do setor elétrico, seja no externo, com o agravamento da crise na Argentina e a desaceleração da economia mundial.

Limitando o crescimento econômico do país a 1,3%, essa conjuntura adversa induziu as autoridades monetárias a acionar mecanismos de política econômica, a exemplo da desvalorização cambial e da elevação da taxa de juros, que acabaram produzindo simultaneamente efeitos expansivos e restritivos na economia nacional. Citam-se entre estes, o aumento do desemprego, a queda do nível de ocupação e do rendimento dos trabalhadores e a desaceleração das atividades econômicas, sobretudo do comércio, influenciando negativamente o resultado do país. Como fatores expansivos podem ser destacados o estímulo às exportações, induzindo o aumento da produção interna e atenuando o impacto negativo dos juros nos custos de produção, e o incremento do turismo, um fato da maior relevância por favorecer a melhoria da posição do país no *ranking* dos principais destinos turísticos em escala mundial.

Este conjunto de fatores influenciou o resultado baiano, sem, contudo, impedir que o estado viesse a lograr crescimento pelo décimo ano consecutivo. Os setores

da economia estadual mais atingidos pela crise foram a indústria de transformação, especialmente o segmento químico, que só começou a esboçar reação no final do ano, e a agricultura, cujo resultado negativo refletiu a forte estiagem em toda a Região Nordeste.

Indústria de Transformação

A indústria baiana de transformação encerrou o ano de 2001 com variação positiva de 2,0%, podendo-se concluir que as condições internas do estado minimizaram os efeitos nefastos da crise. Este desempenho, entretanto, foi distinto entre os diversos ramos de atividade. Com resultados positivos destacaram-se as indústrias metalúrgicas (2,9%), de papel e papelão, (28,2%), química (2,5%) e têxtil. Depois de amargar taxas reduzidas em vários anos, o ramo têxtil conseguiu crescer 3,3% em 2001.

Com relação à indústria química, o seu resultado positivo está associado principalmente ao bom desempenho do segmento de derivados de petróleo (20%). Explicam esta boa performance a elevação da demanda internacional e o fato da base de comparação ter sido o ano de 2000, quando problemas técnicos levaram a RLAM a praticamente parar sua planta de produção nos meses de julho e agosto daquele ano, o que se refletiu no fraco desempenho da atividade.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a produção de óleo combustível aumentou 26,5% no resultado acumulado de 2001, evoluindo em ritmo ainda mais expressivo a produção de gasolina (60,9%).

Pelo que mostram os dados desagregados, o desempenho do setor químico poderia ter sido melhor, não fosse o comportamento oscilante da produção de nafta, que nos meses de julho e setembro cresceu de modo satisfatório (5,3% e 24,0%, respectivamente), mas não o suficiente para reduzir o ritmo de desaceleração do seu nível de atividade em 2001 (-16,4%).

Vale salientar que mesmo cumprindo as metas de racionamento de energia elétrica (segundo a Coelba, o patamar de consumo de 69% dos seus clientes foi reduzido no segundo semestre); o setor químico foi pouco afetado por esta medida, uma vez que muitas de suas empresas passaram a utilizar volumes menores deste insumo, por conta de ajustes internos e também pelo fato da Copene ter assegurado o suprimento de suas demandas. De acordo com informações obtidas no local, esta empresa conseguiu

Apesar da conjuntura adversa, o PIB baiano cresceu pelo décimo ano consecutivo em 2001

economizar 7MW de energia no período sem precisar recorrer a cortes na produção, graças principalmente à redução do consumo na área industrial.

O mesmo não se pode dizer da indústria metalúrgica, que por ser um ramo altamente intensivo em energia foi duramente afetada pelo racionamento, além de ter enfrentado condições adversas no mercado externo. Mas, ainda assim, conseguiu crescer 2,9%, estimulada mais uma vez pelo bom desempenho dos derivados do cobre. O resultado deste segmento refletiu os importantes investimentos realizados em autogeração ao longo do ano, garantindo a continuidade da produção ainda que a custos mais elevados. Suas vendas internas foram reduzidas em face da queda da demanda nas áreas de telecomunicações e construção civil e, pelo que se tem conhecimento, as maiores empresas do setor fora do país anunciaram cortes de produção objetivando a recuperação dos preços do cobre.

O segmento de papel e celulose cresceu 28,2% no ano em exame, influenciando mais uma vez a expansão industrial na Bahia. Este resultado foi obtido numa conjuntura de forte redução da demanda de celulose, o que ocasionou elevação dos estoques mundiais e queda dos preços desta *commodity*. O excelente desempenho deste gênero industrial em 2001 refletiu principalmente o forte incremento da produção de papel Kraft e caixas de papelão corrugado.

Por fim, vale mencionar o crescimento da indústria têxtil, que atingiu 3,3% em 2001 em decorrência dos ganhos de escala das empresas baianas, as quais vão se tornando cada vez mais competitivas, mesmo para os padrões dos chamados tigres asiáticos. A produção de fibras e produtos sintéticos aumentou aproximadamente 10% no período, estimulada pelo crescimento da demanda mundial e pela redução dos estoques nos países asiáticos, o que permitiu a manutenção dos preços praticados pelas indústrias baianas, estimulando a produção estadual.

SIUP

Os Serviços Industriais de Utilidade Pública registraram queda de aproximadamente 13,4% em 2001, o desempenho mais fraco de todas as atividades que conformam a estrutura do PIB baiano. Concorreu para este declínio a má performance do segmento elétrico, cuja produção foi inferior em 15,8% à de 2000, considerado o seu pior resultado dos últimos 25 anos.

O impacto da crise energética foi sensivelmente maior neste segmento, afetando sobretudo as áreas de geração e distribuição de energia, que respondem por mais de 70% do seu valor agregado.

Construção Civil

Contrariando as expectativas favoráveis ao seu bom desempenho, o setor da construção civil, um dos mais importantes da economia do estado em geração de Valor Agregado e emprego, apresentou queda de produção estimada em 1,9% em 2001, resultado que não se observava em sua trajetória desde 1992. Este comportamento teve reflexos negativos na geração de postos de trabalho no âmbito do setor, segundo mostram os últimos registros da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Entretanto, formam-se perspectivas promissoras para os próximos anos tendo em vista a maturação dos grandes investimentos no estado, a exemplo do pólo automotivo recém-implantado na Região Metropolitana de Salvador, originando novas necessidades de ampliação da atual infra-estrutura de apoio. Além disso, o avanço do pólo calçadista no interior do estado e o início das obras do sistema metroviário de Salvador são indícios de que o nível de atividade da construção civil na Bahia tende a crescer, sob o impulso dos vultosos recursos financeiros alocados nestas atividades.

Comércio

O setor do comércio na Bahia encerrou este ano com um crescimento de 2,9%. De acordo com o levantamento realizado pela Pesquisa Mensal do Comércio, dos cinco ramos que compõem o Índice Geral do Varejo, o que deu maior contribuição para esse resultado foi o de combustíveis e lubrificantes (que se expandiu 5,2%), vindo a seguir os demais artigos de uso pessoal e doméstico (4,0%) e tecidos, vestuário e calçados (0,2%). Sendo os mais representativos na estrutura do varejo, os hipermercados e supermercados, assim como os produtos alimentícios, bebidas e fumo e móveis e eletrodomésticos apresentaram os declínios mais acentuados do período, estimados em 3,0%, e 10,1%, respectivamente.

Como se tem conhecimento, as alterações da política macroeconômica têm rebatimento mais imediato na atividade comercial, o que se pode confirmar no aquecimento das vendas no final do ano de 2000 e nos primeiros meses de 2001, exatamente no período

em que os indicadores de emprego e renda no estado deram sinais de recuperação.

Quando se examinam os indicadores do varejo na Bahia segundo os ramos de atividade, observa-se que o desempenho mais expressivo de 2001 ficou por conta do grupo combustíveis e lubrificantes, que logrou aumento de 5,2%. Atribui-se tal impulso às promoções realizadas no período e às facilidades oferecidas pelas vendas por cartões de crédito e cheques pré-datados. Por se tratar de um segmento cujos preços são administrados pelo governo, o primeiro reajuste destes ocorrendo já no mês de julho acabou provocando impacto nos índices de preços do país, comprometendo assim a meta de inflação prevista para este ano.

Já no segmento de bens de consumo duráveis, considerado o mais dinâmico do varejo, a recuperação econômica do estado em 2000 e os primeiros sintomas de que esta tendência se manteria em 2001 funcionaram, a princípio, como estímulo para as vendas dos produtos do ramo. Entretanto, já a partir de maio o comércio de móveis e eletrodomésticos sinalizou queda do seu nível de atividade, sendo o único segmento do varejo a encerrar o período 2001/2000 com desempenho negativo (-10,1%). Este arrefecimento sugere que o racionamento imposto pelo governo para atenuar a crise de energia atingiu sobremaneira as vendas de eletrodomésticos. A esta intervenção, aliam-se a alta dos juros e a desvalorização cambial, duas medidas que acentuaram o quadro recessivo do país, trazendo consequências perversas para o segmento.

Com relação ao Comércio Exterior Baiano, os resultados do período foram considerados satisfatórios, com as exportações alcançando US\$ 2,1 bilhões, ou seja, crescendo 9,1% em relação a igual período de 2000. As importações aumentaram 1,6%, somando US\$ 2,3 bilhões, devido principalmente ao preço do petróleo e à internalização de automóveis pelo Porto de Salvador.

Esta medida e a recuperação da atividade econômica respondem pelo saldo deficitário da balança comercial da Bahia, tendência que se vem mantendo desde o ano 2000, esperando-se sua reversão tão logo o segmento de automóveis passe a integrar a pauta de exportação do estado.

Vale observar que os produtos básicos e os semi-manufaturados se destacaram no período, verificando-se que os seus preços têm apresentado ligeira recuperação no mercado internacional. Entretanto, os químicos e petroquímicos (25,5%) mantêm sua

liderança na pauta, seguidos pelos derivados de petróleo (24,5%) e papel e celulose (10,2%).

A maior parcela das vendas externas da Bahia destina-se aos EUA (35,0%), vindo a seguir a União Europeia e o Mercosul, neste destacando-se a Argentina, que responde por 11,1% das exportações do estado.

Turismo/ Alojamento e Alimentação

Após os últimos episódios internacionais, envolvendo principalmente os Estados Unidos, as expectativas são favoráveis ao crescimento da indústria do turismo no Brasil. Segundo analistas da área, o resultado da atividade no país foi positivo em 5% no ano de 2001.

Embora os setores produtivos, indistintamente, tenham sido afetados pela política macroeconômica, o turismo tem-se beneficiado de algumas medidas, mais especificamente da desvalorização cambial, que tem estimulado o ingresso de visitantes por motivo de negócios (sobretudo em setores voltados para a exportação de produtos fabricados no Brasil) e também de estrangeiros que viajam a lazer. Segundo a Embratur, no ano 2001, o país recebeu 5,4 milhões de turistas desta procedência, um resultado que superou o de 2000 em mais de um milhão de pessoas. Foram ao todo 6,5 milhões de turistas, resultado que espelha o efeito migratório dos atos terroristas e vem provocando redistribuição do fluxo internacional.

Na Bahia, o movimento turístico cresceu 2,0% no período, cabendo observar que o segmento internacional foi o que apresentou o melhor resultado (crescimento de 4,7%). O crescimento da demanda turística nacional foi da ordem de 2,0%, enquanto o turismo intra-Bahia aumentou 0,8%. No tocante aos mercados emissores internacionais, a Argentina se mantém na liderança (24,9%), seguida dos EUA (13,3%) e da Itália (9,7%). Portugal (9,6%), Alemanha (8,8%) e França (7,7%) figuram também com destaque entre os seis primeiros emissores.

Os atos terroristas provocam a redistribuição do fluxo do turismo, fazendo o setor crescer 5% no país e 2% no estado

Com relação ao segmento doméstico, verifica-se que os seis principais mercados representaram 82,6% do fluxo que recebeu o estado em 2001, cabendo salientar que o fluxo intra-Bahia foi o mais expressivo, embora tenham se destacado também os estados de São Paulo (23,4%) e Rio de Janeiro (11,6%).

Apesar do otimismo quanto ao incremento do turismo no país, a grave crise que atravessa a Argentina, o seu principal mercado emissor estrangeiro, e a elevação dos preços dos pacotes turísticos que têm como destino a Bahia apresentam-se como fortes fatores restritivos à expansão da atividade turística. Também não se podem desprezar as consequências do possível agravamento da crise de energia elétrica sobre o desempenho desta.

Mas mesmo com a presença dos fatores negativos mencionados anteriormente, quando se examina o movimento de hóspedes registrados nos Meios de Hospedagem Classificados da Bahia, verifica-se variação positiva de 3,6.

Aliados ao excelente desempenho dos serviços de alimentação (crescimento de aproximadamente 9,1%) estes resultados concorreram para que o segmento de alojamento e alimentação crescesse 7,3%, mantendo a tendência de alta que vinha registrando nos últimos três anos.

Agropecuária

A agropecuária baiana apresentou expansão de 0,4% em 2001, desempenho que poderia ter sido melhor se acontecimentos como a forte estiagem e a crise energética não viessem a afetar o desempenho das lavouras, notadamente nos perímetros irrigados e em estabelecimentos agrícolas que utilizam a irrigação e a eletricidade como principais fatores de produção. Em consequência, o resultado da agricultura, atividade mais relevante do setor agropecuário na Bahia, foi negativo em 5,3%.

A safra de grãos foi reduzida no estado em 20,9%, conforme dados do PAM/IBGE, observando-se as maiores perdas na produção de sorgo (-63,8%), arroz (-56,1%), feijão (-54,4%) e milho (-24,9%). Já o algodão cresceu expressivamente (28,2%), conforme ilustra a Tabela 8, o que se deveu ao aumento da produtividade da lavoura após a introdução de novos cultivares, tratamentos culturais e manejos adequados, fatores que atenuaram os efeitos da prolongada estiagem.

A forte estiagem e a crise energética afetaram o desempenho da agricultura, negativo em 5,3%

Convém salientar que nem mesmo a expansão da área plantada no oeste do estado conseguiu evitar o declínio da produção agrícola, observando-se que se confirmaram as estimativas de queda de produtividade de vários produtos, o que significou, no caso da soja, retração de aproximadamente 15%, enquanto a área plantada com o cultivo cresceu 10% e o volume produzido caiu em 6,7%.

Já os resultados das culturas tradicionais mais importantes do estado, a exemplo da mandioca, cana-de-açúcar, cacau e café, foram quase todos negativos, à exceção do café. No caso da mandioca, a longa estiagem provocou redução significativa tanto do rendimento físico da lavoura, quanto da sua produção. A oscilação dos preços do açúcar e do álcool foi responsável pela retração da área plantada e da produção de cana-de-açúcar no período, apesar do aumento da produtividade do cultivo. Já o cacau ressentiu-se do não-cumprimento do acordo de revitalização da lavoura, o que tem implicado atraso na implementação do processo de clonagem e dos tratamentos culturais demandados, ocasionando redução dos níveis de produção e erradicação de algumas áreas plantadas.

No que diz respeito à lavoura cafeeira são visíveis os resultados de sua ampliação em várias regiões da Bahia, verificando-se que, além do crescimento das áreas plantadas com o café consorciado com o cacau, intensifica-se também o processo de substituição deste pelo primeiro. As novas áreas cafeeiras plantadas com a variedade *conillon* na região sul e Chapada Diamantina e a expansão da área plantada com a variedade arábica nos cerrados abrem novas perspectivas para o cultivo num futuro próximo, seja de que cresça sua produção, seja de que se obtenha um produto de melhor qualidade. Em 2001, o resultado produtivo do café foi favorável (32,0%), apesar da vigência de preços muito baixos, crescendo também a área plantada (12,6%) e o rendimento do cultivo (aproximadamente, 7,7%).

Refletindo o fraco desempenho de algumas de suas principais lavouras, destacando-se, como visto, o ca-

Tabela 8
Variação do rendimento, produção e área plantada dos principais produtos agrícolas
Bahia, 2000/2001

Produtos	Área 01/00 Ba ¹	Rendimento 01/00-BA ¹	01/00-BA ¹	Produção % BA/BR-00 ²	% BA/BR-01 ³
Algodão	4,8	26,7	28,2	6,6	6,1
Cacau	-5,5	-2,7	-7,8	71,3	67,5
Café	12,6	7,7	32,0	3,4	4,0
Cana	-13,4	2,9	-10,7	1,5	1,4
Feijão	-17,0	-32,5	-54,4	17,8	11,0
Mandioca	0,4	-4,2	-13,9	17,8	16,4
Milho	2,2	-9,5	-24,9	4,2	2,4
Soja	9,8	-15,0	-6,7	4,6	3,8

Fonte: IBGE-LSPA

Notas: ¹ Variação Percentual entre os anos 2000 e 2001 para a Bahia

² Participação da produção total da Bahia na produção total do Brasil para o ano 2000

³ Participação da produção total da Bahia na produção total do Brasil para o ano 2001

cau, o feijão, a mandioca e o milho, a agricultura baiana vem perdendo gradativamente posição relativa no total produzido no país (Tabela 8).

Conforme salientado anteriormente, a estiagem e a crise energética limitaram o desempenho agropecuário do estado em 2001. Como se tem conhecimento, por serem sazonais, alguns cultivos elevam substantivamente sua demanda de energia elétrica em determinados meses do ano, o que significa dizer que racionalizar implica automaticamente reduzir a produção. Podem ser citados vários exemplos de área/atividades, cuja produção está condicionada ao uso deste insumo: a ordenha das vacas e o resfriamento do leite; o armazenamento de grãos em silos (secagem); a fruticultura; os grãos e o café irrigados; a iluminação, incubadoras e chocadeiras em granjas (avicultura), entre outras.

Paralelamente à agricultura, a bovinocultura baiana obteve o certificado de zona livre de febre aftosa com vacinação, o que trouxe notórios benefícios para os produtores, notadamente para aqueles que abastecem o mercado nacional. As exigências são bem maiores quando se quer atingir o mercado externo, sendo obrigatório o fornecimento da certificação de zona livre sem vacinação e a presença de um grande aparato de frigoríficos e abatedouros com certificação de qualidade e higiene. Atender a estes pré-requisitos é o caminho mais curto para impulsionar a pecuária na Bahia, resgatando sua posição de outras épocas, quando era considerada um grande negócio para o estado. Em 2001, foi o seu resultado expressivo (8,3%) que compensou o fraco desempenho agrícola.

Em meio a este cenário, o retorno de uma empresa processadora de tomates no submédio São Francisco e a introdução de novas atividades no campo expressam a diversificação da matriz produtiva no estado, incentivando os produtores a buscar novas alternativas de renda. A piscicultura, desenvolvida ao longo do rio São Francisco, o aumento da exportação de camarões, a agricultura orgânica e a floricultura, entre outras, apresentam-se como novas atividades que se orientam para mercados específicos e com nichos que remuneram melhor a produção, elevando sua rentabilidade.

2002: Incertezas impedem maior expansão da economia

A estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia em 2002, realizada pela SEI, revela que neste ano a economia do estado cresceu 1,9%. Este resultado iguala-se a média nacional (1,9%), refletindo a conjuntura instável que atravessou o país no período, caracterizada por sucessivas crises de natureza econômica e política. Às incertezas colocadas pela eleição presidencial, provocando oscilações nos índices de confiança dos investidores (risco-país e câmbio), agregam-se a persistência de taxas de juros elevadas e a queda dos investimentos externos, agravando este cenário os reflexos da crise do petróleo no Oriente Médio, a menor oferta de crédito dos bancos internacionais e o agravamento da crise Argentina, importante parceiro comercial do Brasil.

Esse panorama se refletiu na Bahia em diversos indicadores, sobretudo nos elevados índices de desemprego, redução da renda real dos trabalhadores e aumento da inflação, que no acumulado do ano atingiu 11,4%, segundo o IPC-Salvador, calculado pela SEI.

A desvalorização cambial teve reflexos imediatos no comportamento dos preços dos produtos importados, e a elevação das taxas de juros no sistema de crediário, impulsionadas pela taxa SELIC, reduziu o consumo de bens duráveis e desestimulou as compras a prazo, afetando o resultado da atividade produtiva.

Este quadro adverso afetou com intensidades distintas as atividades econômicas no estado ao longo de 2002. Os setores de **alojamento, alimentação e outros serviços** apresentaram as melhores performances, tendo o primeiro crescido 11,7% enquanto o segundo expandiu-se 9,2%. Embora em ritmo menos intenso, cresceram também os serviços industriais de utilidade pública (4,9%) e o setor de transportes (4,3%), em oposição ao setor industrial, que neste ano apresentou fraco desempenho, refletindo quedas de produção da extrativa mineral (-1,0%) e da indústria de transformação (-0,5%).

Indústria de Transformação e Extrativa Mineral

Os indicadores de desempenho mensal revelaram desaceleração da atividade industrial no primeiro semestre do ano de aproximadamente 5,2%. Este declínio é explicado pela parada para manutenção das plantas na indústria petroquímica, mas refletem também o fraco desempenho do gênero metalúrgico, que tem peso relevante na estrutura do valor agregado da indústria de transformação no estado. A mesma pesquisa revela uma leve recuperação da atividade industrial ao longo do segundo semestre, à exceção dos meses de setembro e outubro. Com esta oscilação de desempenho, a atividade encerra o ano com o seu nível de produção praticamente estabilizado no patamar do ano anterior - queda de 0,5%.

Os destaques da indústria baiana de transformação em 2002 ficaram com os gêneros químico, papel e papelão e matérias plásticas, que cresceram 3,3%, 16,0% e 26,5%, respectivamente. O aumento da produção química foi proporcionado pelo bom desempenho do segmento de refino de petróleo. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a produção de gasolina-A cresceu de modo expressivo no período (45,5%).

Já a expansão do segmento de matérias plásticas está associada ao continuado programa de investimentos do governo estadual neste ramo, espelhando também o efeito base de comparação.

A indústria de papel e papelão vem sendo beneficiada pela expansão de sua cadeia produtiva, acarretando aumento de sua participação na pauta de exportação do estado. O seu bom desempenho no mercado externo foi favorecido pelo crescimento da demanda nos países europeus e asiáticos, pela desvalorização cambial e pela gradativa recuperação dos preços da celulose branqueada de eucalipto na Europa e nos Estados Unidos, um forte estímulo à produção direcionada para o exterior.

Em meio aos resultados positivos, chama a atenção o declínio da produção dos gêneros metalúrgico (14,6%) e produtos alimentares (4,7%), que exercem influência relevante no resultado da indústria pela representatividade de ambos em sua estrutura. A queda da produção metalúrgica está relacionada à redução da produção de vergalhões de cobre, catodos e anodos, refletindo o menor consumo dos principais setores demandantes - telecomunicações,

Tabela 9
Taxa de Crescimento do PIB, segundo
setores de atividade - Bahia 2002

Setores do PIB	% 02/01
Agropecuária	8,0
Ind. Extrativa mineral	-1,0
Indústria transformação	-0,5
Serviços industriais de util. Pública	4,9
Construção	-4,4
Alojamento e alimentação	11,7
Comércio	-2,0
Transportes e armazenagem	4,3
Comunicações	8,4
Financeiro	1,4
Aluguel de imóveis	8,7
Adm. Pública	0,8
Saúde e educação	0,8
Serviços domésticos	0,8
OUTROS SERVIÇOS	9,2
PIB	1,9

Fonte: SEI

construção civil e energia elétrica -, assim como a crise na Argentina, que sendo um importante mercado para a produção de anodos e catodos, desestimulou a produção destes produtos. Já indústria alimentícia foi afetada pela redução da demanda de manteiga de cacau e chocolate amargo no mercado externo, especialmente nos países europeus, refletindo também o menor volume processado de derivados de cacau.

Por fim, cabe assinalar que a indústria extrativa reduz o seu nível de atividade (queda de 1,0%) pelo nono ano consecutivo, um reflexo da queda de produção no segmento de extração de petróleo nas principais bacias da Bahia. Mas as perspectivas para a atividade no curto prazo são promissoras e se fundamentam no aumento da produção de gás natural no interior do estado.

SIUP

Os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) apresentaram crescimento de 4,9% em 2002. Este resultado reflete o bom desempenho dos segmentos de energia elétrica e água. Participando de modo preponderante em sua estrutura, o serviço de energia cresceu 3,7% no período, à diferença do ano anterior, quando o racionamento do consumo provocou queda de 15,8% em seu resultado anual. Já o serviço de distribuição de água apresentou expansão de 7,3% no período, o que pode estar refletindo, entre outras razões, redução dos índices de desperdício de água.

Agropecuária

Crescendo 8,0% em 2002, a agropecuária baiana elevou o seu posicionamento na estrutura do PIB estadual de 10,5% (em 2001) para 13,1% (em 2002). O bom resultado produtivo da atividade neste ano recebeu importante contribuição da agricultura (10,9%), da pecuária (5,5%) e da pesca (0,6%), os segmentos mais representativos da sua estrutura

no estado. Já as atividades de granja e extrativa vegetal apresentaram resultados negativos (-5,4% e -9,9%, respectivamente).

O crescimento da agricultura resultou do aumento da produção de importantes lavouras, destacando-se a soja (4,0%) e o algodão (5,8%), dois cultivos que se destacam na pauta de exportação agrícola do estado. Apresentaram desempenho satisfatório também o feijão, que cresceu 52,1% favorecido pelas chuvas nas zonas produtoras de Irecê e Oeste Baiano, a cebola (33%), o tomate (21,7%) e a mandioca (14,6%).

A produção de mandioca, o mais importante cultivo da agricultura familiar baiana e o segundo no *ranking* da produção agrícola do estado, apresentou crescimento de 14,6%, evidenciando a sua excepcional adaptação às condições climáticas vigentes. Já a cana-de-açúcar expandiu sua produção em 2,1%, impulsionada pela quebra da safra mundial de 2000/2001 que provocou alta dos seus preços no mercado internacional.

Entre os produtos que apresentaram desempenho negativo destaca-se o milho, cuja produção foi reduzida em 14,4%, em virtude da redução da colheita na microrregião de Irecê e no Oeste Baiano. Ao contrário do que ocorreu com o feijão, esta lavoura foi prejudicada pela insuficiência de chuvas no período de plantio, o que explica o seu fraco desempenho. A produção de café, outro grão que vem assumindo papel relevante na agricultura baiana, declinou 1,3%, creditando-se este fraco resultado à desvalorização cambial, que elevou sensivelmente os seus custos de produção, visto que boa parte dos equipamentos e insumos utilizados na cafeicultura são importados.

O cacau acentuou sua trajetória descendente no período, seja em termos de produção (-13,1%), seja de área plantada (-0,6%). Nos últimos anos, observa-se crescente descapitalização dos produtores e aumento significativo do número de cacauais infectados pela praga vassoura-de-bruxa. Entretanto, por seu expressivo Valor de Produção, o cultivo continua liderando o *ranking* da produção agrícola no estado.

A pecuária bovina teve crescimento de 5,5% em 2002, e credencia-se gradativamente para abastecer o mercado interno e externo com a criação do novilho precoce, principalmente depois que o estado obteve o certificado de zona livre de febre aftosa. Os rebanhos ovino, suíno e o caprino aumentaram 2,2%, 1,2% e 0,5%, respectivamente. Espécies tradicionais da pe-

Os SIUP voltaram a crescer com o bom desempenho dos segmentos de energia elétrica e água

cuária no estado, o rebanho caprino e o ovino têm-se beneficiados dos investimentos em melhoria do padrão genético, o que sem dúvida vai garantir um bom resultado aos produtores, transformando esta atividade tradicional em um grande negócio.

Comércio

Estimados no âmbito das Contas Regionais da Bahia, os números do comércio baiano mostram que a atividade declinou 2,0% em 2002, depois de três anos de expansão ininterrupta. A redução da massa salarial, o aumento do desemprego e a política macroeconômica restritiva explicam o fraco desempenho das vendas no estado.

Examinados os indicadores de desempenho do comércio mês a mês, observa-se que o resultado das vendas ao longo do ano foi favorável apenas em fevereiro. As causas deste incremento podem ser buscadas na elevação do fluxo turístico no período carnavalesco. Já os feriados da Páscoa, Dia das Mães, etc., datas que estimulam o aquecimento das vendas, exerceram pouca influência nos resultados do comércio em 2002, o mesmo ocorrendo no mês de dezembro, tradicionalmente o período mais favorável à atividade, quando aumenta a massa salarial em circulação na economia em virtude da liberação do 13º salário dos trabalhadores.

Apesar do governo ter adotado medidas que poderiam ter estimulado o comércio, a exemplo da liberação do FGTS com correção dos valores relativos aos períodos de vigência do Plano Collor e Plano Verão, as vendas não foram aquecidas, uma vez que estes recursos foram destinados preferencialmente para a liquidação de dívidas passadas dos beneficiários e não para o consumo como esperavam os lojistas, valendo lembrar que a taxa de juros oferecida pelos bancos para novos empréstimos também não era atrativa no período.

Os indicadores fornecidos pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo IBGE em parceria com a SEI, refletem este panorama adverso para a atividade ao longo do ano. De acordo com esta fonte, na comparação dos resultados de 2001 e 2002, o melhor resultado da atividade ocorreu em agosto (3,4%), mês em que se comemora o Dia dos Pais.

Já no desempenho setorial destaca-se com o melhor resultado o ramo de combustíveis e lubrificantes, cuja

Em 2002 o comércio baiano declinou 2%, depois de três anos de expansão ininterrupta

expansão de 4,4% no acumulado do ano refletiu a estabilidade dos preços nos primeiros meses de 2002. Este resultado teria sido melhor se não houvesse queda nas vendas no último trimestre, ocasionada pelo aumento do dólar que provocou nova alta nos preços. Embora crescendo em ritmo mais lento (1,4%), o ramo de tecidos, vestuário e calçados também se destacou em 2002. O seu resultado positivo se deveu às liquidações ao longo do ano, uma estratégia utilizada habitualmente pelos lojistas para desovar estoques.

Todos os demais segmentos que compõem o indicador do volume de vendas no varejo apresentaram variações negativas. O grupo hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo registrou queda de 4,9%, cabendo salientar que este comportamento decrescente foi observado em todos os meses de 2002, o que pode ser justificado pelo aumento dos preços dos vários itens comercializados neste ramo, sobretudo daqueles que compõem a cesta básica. Já o agrupamento formado pelos artigos de uso pessoal e doméstico apresentou recuo de 0,9% em 2002, à exceção do mês de fevereiro, quando cresceu impulsionado pelo aumento do movimento turístico. O segmento de móveis e eletrodomésticos registrou mais uma vez variação negativa de 0,5%, o que comprova o forte condicionamento de suas vendas ao sistema de crédito, pouco acionado em 2002 em virtude da vigência de altas taxas de juros.

Outro declínio significativo foi localizado no ramo de automóveis, partes e peças (-12,5%), influenciando negativamente o desempenho do varejo na Bahia, em função da importância que assume esta atividade em sua estrutura. Apesar da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) no valor dos carros médios e populares, resultante de um acordo do governo com as montadoras, o aquecimento das vendas não aconteceu de imediato, provocando aumento dos estoques e, como consequência, demissões nas montadoras e concessionárias. Tão logo este quadro começa a se reverter, os preços dos veículos sofreram novo aumento, anulando praticamente o efeito da medida e provocando, como consequência, nova

queda nas vendas. Vale lembrar que esta variação de preços ocorreu numa conjuntura já agravada pela persistência de taxas de juros abusivas, crédito limitado e redução da massa salarial, fatores que influenciaram o fraco desempenho da atividade.

Outros Serviços

Em relação aos demais serviços, cabe ressaltar o excepcional desempenho do setor de alojamento e alimentação, que pelo sexto ano consecutivo apresentou uma expansão de 11,7% em 2002, atribuindo-se tal resultado à conjuntura econômica do período. O resultado torna-se mais louvável diante da conjuntura internacional marcada pelo agravamento da crise na Argentina e pela desaceleração da economia norte-americana, dois importantes mercados para o turismo na Bahia. Também internamente, o cenário no país era desfavorável, com a redução da massa salarial e a elevação dos preços dos pacotes turísticos internos, inibindo um maior crescimento nos resultados da atividade alojamento. A grande expansão do turismo de negócios, que movimentou as principais redes hoteleiras do estado durante praticamente todos os meses do ano, tem total relevância e participação nesse resultado. Como se sabe, a Bahia é, hoje, o terceiro mais importante destino do turismo de eventos no país, superada apenas por São Paulo e pelo Rio de Janeiro.

Na mesma tendência do setor de alojamento e alimentação, embora em um ritmo menor, a atividade de transportes apresentou resultado positivo (4,3%) em 2002. A expansão das atividades agrícola e comercial no período justificam este resultado, uma vez que o desempenho do setor transportes está intimamente relacionado ao crescimento econômico do estado e ao aumento da demanda das várias atividades. Os melhores resultados ficaram por conta dos transportes aéreo e hidroviário (10,9% e 8,7%, respectivamente). O segmento rodoviário apresentou apenas um ligeiro incremento de 0,8%.

Já o setor de Comunicação teve desempenho surpreendente em 2002, o que se refletiu na expansão de 8,4% do seu nível de atividade. A expressiva ampliação do serviço de telefonia móvel (incentivado pelas promoções nas principais operadoras da Bahia) contribuiu sobremaneira para este bom resultado. Ademais, a telefonia fixa vem recebendo forte impulso com o volume expressivo de investimentos em expansão dos terminais em funcionamento no estado, não

podendo ser minimizados também os efeitos da acirrada competição entre as prestadoras deste serviço, provocando redução dos seus preços.

2003: Governo Lula mantém a política econômica do Pós-Real

As primeiras estimativas de desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) na Bahia sinalizam que, em 2003, a economia do estado ultrapassou a média de crescimento dos últimos dois anos, isto é, os resultados preliminares apontam para um crescimento de aproximadamente 3,0%, completando 12 anos de expansão ininterrupta. Este resultado produtivo do estado foi mais uma vez superior ao da economia nacional, que neste ano apresentou queda em relação à 2002 (-0,2%, segundo última estimativa do IBGE), influenciado, sobretudo, pelo mau desempenho da indústria brasileira que se retraiu 1,0% nesse período.

O bom desempenho macroeconômico do estado da Bahia fundamentou-se no crescimento dos setores industrial e agrícola. A indústria de transformação evolui positivamente e, segundo dados evidenciados na Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, fechou o ano de 2003 com uma taxa de crescimento de aproximadamente 7,7%, apesar da estabilidade de desempenho observada nos setores mais tradicionais da indústria baiana. Nesse sentido, há que ressaltar que este aumento foi proporcionado pela inserção dos novos arranjos produtivos no segmento industrial. Em destaque o novo parque automotivo baiano que, com menos de três anos de funcionamento em Camacari, já apresenta uma produção antes prevista apenas para 2005. A citada indústria apresentou um crescimento de 150% e foi a grande responsável não só pela expansão registrada nesse segmento, mas, principalmente, pela mudança que começa a se delinear no panorama industrial do estado.

A economia do estado ultrapassou a média dos últimos dois anos, apontando um crescimento estimado em 3,0%, completando 12 anos de expansão ininterrupta

Tabela 10
Impactos na Composição da Taxa Global
do Produto Interno Bruto – Bahia, 2003

Setores do PIB	%
Agropecuária	0,5
Ind. Extrativa mineral	0,1
Indústria transformação	2,4
Serviços industriais de util. pública	0,1
Construção	-0,5
Alojamento e alimentação	0,0
Comércio	-0,2
Transportes e armazenagem	0,2
Comunicações	0,0
Financeiro	0,1
Aluguel de imóveis	0,2
Adm. Pública	0,1
Saúde e educação	0,0
Serviços domésticos	0,0
OUTROS SERVIÇOS	0,0
Total (taxa global do PIB)	3,0

Fonte: SEI

Contrariando as previsões do início do ano, quando o panorama mundial mostrava-se desfavorável, em virtude da guerra no Iraque, e pairavam incertezas quanto aos rumos da economia do país com o novo governo, o setor industrial baiano cresceu alicerçado exatamente no aumento da demanda por novos produtos da pauta de exportação.

A taxa de crescimento não foi mais impulsionada, pois importantes segmentos industriais locais apresentaram retração a exemplo do gênero químico (-3,3%), fortemente influenciado pelas paradas para manutenções nas principais plantas industriais do pólo petroquímico, e da queda na produção de papel e celulose (-7,5%) do estado, a maior dos últimos quatro anos, vítima da grande concorrência internacional que rebaiou muito os preços da celulose no mercado global.

Funcionando como termômetro do desempenho macroeconômico, o setor do Comércio, na Bahia, apresentou, em 2003, uma retração de aproximadamente 2,7%, influenciado pela política econômica vigente que, durante todo o primeiro semestre do ano, acionou mecanismos preventivos de combate à ameaça de aceleração dos preços, a exemplo do aumento da taxa básica de juros (de 25,5% ao ano em janeiro, passou para 26,5% em fevereiro) e da alíquota dos depósitos compulsórios (de 45% para 60%), limitando o acesso ao crédito do consumidor.

Apesar das medidas expansionistas adotadas pelo governo federal a partir do segundo semestre, tais como: redução dos juros básicos, do recolhimento compulsório e medidas incentivadoras de segmentos representativos, como o de veículos, com a redução no IPI, e o de eletrodomésticos da “linha branca”, com a criação de linhas especiais de financiamento, observou-se fraca reação da atividade econômica com reflexos negativos sobre o comércio. Tal efeito não causa surpresa, pois como é sabido, as medidas de política monetária não surtem efeito imediatamente. O ajustamento da atividade econômica leva algum tempo – algo entre seis a dezoito meses. Tempo necessário para que se processem os ajustes nas carteiras de ativos financeiros, efeitos-renda, efeito da disponibilidade de crédito e as mudanças nas expectativas quanto ao futuro. O aumento do desemprego e a diminuição da renda média do trabalhador brasileiro traduziam e, ao mesmo tempo, agravavam as dificuldades econômicas neste período.

Um fator que amenizou a queda nas vendas totais do Estado foi o desempenho do segmento de veículos, motos, partes e peças que no período de janeiro a dezembro se expandiu em 12,1%, sobretudo, em função do desempenho das vendas de motos. Com os preços destes veículos praticamente estabilizados já há alguns anos e a acirrada concorrência entre as revendedoras, os resultados têm sido dos mais favoráveis.

O Comércio Exterior baiano tem seguido a mesma tendência nacional, apresentando acréscimo significativo nas vendas externas e redução nas compras externas. O superávit da balança comercial alcançou um novo recorde, chegando a US\$ 1,33 bilhão entre janeiro e dezembro de 2003, como consequência do expressivo crescimento das exportações (35,2%) e do desempenho das importações que registraram pequeno acréscimo de 2,5%.

O excepcional desempenho da Bahia no comércio exterior coloca-a na primeira posição no Nordeste com 53,4% do total das exportações e na oitava posição no *ranking* dos estados brasileiros com 4,5% das exportações do país. Cabe ressaltar que, no período, a Bahia apresentou um desempenho exportador superior ao do Brasil, 35,2% contra 21,1% respectivamente, em decorrência da diversificação na pauta de exportações, com expansão da exportação de bens de consumo duráveis e não-duráveis, sobretudo automóveis, bem como da sua composição baseada em *commodities*.

A Bahia ocupa a primeira posição no Nordeste, com 53,4% do total das exportações, e a oitava posição dos estados brasileiros com 4,5% das exportações do país

As exportações baianas alcançaram US\$ 3,3 bilhões, resultado do acréscimo nas vendas dos produtos manufaturados (38,5%) e dos básicos (52,6%), cuja participação desses produtos foram, respectivamente, 61,1% e 17,4% do total. O grande destaque do ano, tem sido, sem dúvida o crescimento expressivo do segmento Veículos, Partes e Acessórios (244,8%), caracterizado pelas exportações de automóveis com motor a explosão entre 1.500 e 3.000 cm³ e de automóveis com motor a diesel para Argentina, México, Chile, Filipinas, Turquia, República Dominicana e Guatemala.

Com relação à Agropecuária, os indicadores relativos ao desempenho das principais lavouras no ano de 2003, fornecidos pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE, registram que neste ano a agricultura baiana cresceu 1,7% em relação a 2002. A agropecuária como um todo se expandiu um pouco mais, algo em torno de 3,2% puxada pelo desempenho favorável da pecuária que, em 2003, teve seus preços bastante elevados, estimulando a produção do estado.

Mostra o LSPA de dezembro de 2003 que os resultados mais favoráveis ficaram com a produção de milho (70,8%), algodão herbáceo (53,6%) e soja (6,3%), culturas que já se vêm destacando no *ranking* da produção agrícola do estado.

O crescimento da produção de milho decorreu da expansão da área plantada e do aumento significativo do rendimento médio do cultivo. Os elevados preços vigentes no mercado interno no primeiro semestre do ano e as condições climáticas favoráveis exerceram forte influência nestes resultados. Tais condições favoreceram também a cultura do algodão, que vem incorporando índices crescentes de mecanização ao seu processo produtivo, elevando em cerca de 34% o seu rendimento médio.

Ainda na linha dos destaques, apesar de um menor ritmo de crescimento - no ano de 2003 - está o cultivo de cacau (0,2%) o terceiro mais importante produto agrícola da Bahia em termos de valor bruto de produção. O aumento na produção do cacau ocorreu também no rendimento médio da cultura (16,7%), sendo, portanto animadoras as expectativas para o resultado final da safra 2002/2003.

O sorgo, que vem sendo amplamente utilizado como um produto alternativo ao milho na composição das rações animais, continua a manter estimativas de crescimento, registrando um incremento de 119,2% na produção e de 99,3% na sua área plantada, em função dos bons preços do produto no mercado interno.

Os demais serviços apresentaram bons resultados no fim de 2003, principalmente – a exemplo do setor de transporte e armazenagem que se expandiu 3,3% e o de alojamento e alimentação 1,5% - em decorrência do reflexo direto do segmento turístico, que desempenha papel preponderante na economia baiana. Saliencia-se que a Bahia foi favorecida pelo aumento do turismo interno, como forma de substituir as viagens internacionais, em função da taxa de câmbio desfavorável em relação ao *Dólar* e ao *Euro*.

Assim, em uma apreciação final da economia baiana em 2003, observa-se que apesar das restrições fiscais que prejudicaram sensivelmente o planejamento estadual, a Bahia, graças a uma política inovadora e continuada de investimentos conseguiu superar as restrições da política monetária apresentando crescimento positivo em seu nível de atividade interna, bastante superior à média nacional. ■

Estatísticas econômicas e sociais Bahia, 1994-2003

Agricultura

Produção física dos principais produtos agrícolas da Bahia, 1994-2003											
Produtos	Unidade	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003*
Lavouras temporárias											
Abacaxi	mil frutos	71.493	58.977	59.356	70.084	93.621	99.938	98.538	118.940	116.557	115.149
Algodão herbáceo	toneladas	128.329	76.090	51.740	82.445	41.532	50.146	132.675	170.092	179.971	276.337
Alho	toneladas	4.196	1.860	2.078	3.187	2.199	4.838	8.462	11.872	13.167	13.903
Amendoim	toneladas	3.103	2.698	3.225	3.675	3.392	3.551	3.624	3.447	4.452	7.576
Arroz	toneladas	70.940	104.796	62.771	83.100	79.746	96.364	93.123	40.911	39.543	31.120
Batata - doce	toneladas	23.390	20.463	20.322	19.340	18.843	22.259	18.810	19.660	19.072	21.591
Batata - inglesa	toneladas	37.166	44.061	41.364	24.900	16.500	27.610	49.122	71.300	91.020	91.020
Cana-de-açúcar	toneladas	3.548.521	4.020.972	4.037.882	4.542.994	4.860.039	4.799.345	4.878.527	4.357.735	4.447.168	4.566.742
Cebola	toneladas	79.120	75.375	75.314	61.560	66.487	58.069	74.667	101.295	134.723	147.522
Feijão	toneladas	303.309	251.080	321.662	472.929	221.125	348.873	540.125	246.434	374.939	354.582
Fumo	toneladas	11.250	11.970	12.944	9.630	10.508	9.491	8.419	8.846	9.947	11.229
Mamona	toneladas	41.495	21.803	35.396	89.737	12.540	27.322	83.953	71.491	64.957	73.656
Mandioca	toneladas	3.007.203	3.046.975	2.936.913	3.046.917	2.884.443	3.152.555	4.143.953	3.568.393	4.088.788	3.908.276
Milho	toneladas	711.106	675.352	740.214	1.066.778	633.343	895.224	1.321.569	992.852	849.743	1.219.318
Soja	toneladas	873.384	1.072.911	700.211	1.013.541	1.188.000	1.150.000	1.508.115	1.407.600	1.464.000	1.555.500
Sorgo	toneladas	29.134	16.338	3.587	32.106	4.918	17.879	43.295	15.686	33.777	74.055
Tomate	toneladas	250.332	228.496	238.701	273.183	271.402	237.622	170.653	195.275	237.763	211.750
Lavouras permanentes¹											
Abacate	mil frutos	8.242	5.865	5.831	5.041	3.910	3.600	2.166	380	476	380
Banana	mil cachos	74.301	68.563	63.027	62.220	53.669	51.827	58.752	717.220	763.901	749.945
Borracha	toneladas	11.490	14.613	15.931	12.325	12.573	14.157	18.810	19.864	16.715	22.259
Cacau	toneladas	271.889	246.350	204.168	225.476	234.918	159.328	137.568	126.812	110.205	110.392
Café	toneladas	134.258	91.116	68.706	77.177	61.822	117.765	129.948	171.579	169.310	110.450
Castanha de caju	toneladas	5.693	3.191	4.004	3.621	3.718	3.304	4.884	5.068	5.445	5.444
Côco-da-baía	mil frutos	242.197	268.775	262.573	320.466	359.590	426.673	402.937	424.444	731.208	705.311
Dendê	toneladas	127.242	126.591	126.634	158.624	172.785	146.716	161.430	189.117	167.581	167.111
Goiaba	toneladas	30.467	30.351	31.286	30.889	28.101	25.276	36.182	19.920	25.352	30.795
Guaraná	toneladas	1.424	1.546	1.528	1.448	1.828	2.549	2.770	2.816	2.680	2.320
Laranja	mil frutos	3.344.363	3.742.262	3.954.428	4.484.070	4.306.955	3.346.776	3.377.542	865.380	923.056	770.275
Limão	mil frutos	117.601	131.006	161.951	151.791	178.564	212.343	239.195	28.894	43.529	44.880
Mamão	mil frutos	592.031	714.266	665.843	870.539	918.904	889.692	968.737	858.471	783.600	782.450
Manga	mil frutos	166.480	187.717	207.255	228.982	258.365	389.522	501.493	241.531	252.952	266.967
Maracujá	mil frutos	318.879	582.627	754.994	655.613	530.268	559.251	644.896	97.647	125.741	119.016
Pimenta-do-reino	toneladas	2.288	2.280	2.364	1.921	2.179	1.323	1.552	2.146	2.443	2.715
Sisal	toneladas	101.547	92.310	110.797	127.857	105.277	188.292	188.679	174.424	163.458	176.728
Uva	toneladas	56.328	59.326	64.675	67.631	70.031	46.767	68.292	84.344	83.333	87.434

Fonte: PAM/LSPA/IBGE

* Dados sujeitos a retificação

Notas: ¹ A partir do ano de 2001 as quantidades produzidas dos produtos abacate, banana, goiaba, laranja, limão, mamão, manga e maracujá passam a ser expressas em toneladas

Indústria

Variação anual da produção industrial da Bahia, 1994-2003			%
Anos	Geral	Transf.	
1994	3,45	4,94	
1995	-0,95	0,31	
1996	4,14	5,26	
1997	1,25	2,71	
1998	5,84	7,15	
1999	0,30	1,68	
2000	-3,10	-3,57	
2001	0,32	0,76	
2002	0,23	0,33	
2003	-0,70	-0,80	

Fonte: PIM-IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Energia

Consumo anual de energia elétrica na Bahia, 1995 - 2003				MWh
Anos	Residencial	Industrial	Comercial	Total
1995	2.371.019	8.394.902	1.329.123	12.095.044
1996	2.529.209	9.145.791	1.454.002	15.033.046
1997	2.712.282	9.400.462	1.530.873	15.605.527
1998	3.018.742	6.752.068	1.691.886	16.660.875
1999	3.113.397	8.655.027	1.748.604	15.615.228
2000	3.340.053	9.259.100	1.975.613	16.692.919
2001	2.815.535	8.313.550	1.732.429	14.917.271
2002	2.737.047	9.018.470	1.712.846	15.623.571
2003	3.007.887	8.881.682	1.852.356	16.139.043

Fonte: Coelba/CO-CGM

Elaboração: GEAC/SEI

Taxas de crescimento de consumo de energia elétrica na Bahia, 1995 - 2003				%
Períodos	Residencial	Industrial	Comercial	Total
1996/95	6,67	8,94	9,40	24,29
1997/96	7,24	2,78	5,29	3,81
1998/97	11,30	-28,17	10,52	6,76
1999/98	3,14	28,18	3,35	-6,28
2000/99	7,28	6,98	12,98	6,90
2001/00	-15,70	-10,21	-12,31	-10,64
2002/01	-2,79	8,48	-1,13	4,73
2003/02	9,90	-1,52	8,14	3,30
Média	3,38	1,93	4,53	4,11

Fonte: Coelba/CO-CGM

Elaboração: GEAC/SEI

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC Variação no Volume de Vendas no Varejo ¹ - Bahia ² - 1999-2003						%
Classes e Gêneros	1999	2000	2001	2002	2003	
Comércio Varejista	-4,36	-0,49	-0,30	-0,91	-5,56	
Super e Hipermercados	-1,78	-1,60				
Mercearias, açougues e assemelhados	-9,64	-1,42				
Lojas de departamentos	-46,54	-7,41				
Farmácias, drogarias e perfumaria	8,28	-1,31				
Vestuário, Calçados e Tecidos	5,80	-3,00				
Outros Artigos de Uso pessoal	45,81	-1,32				
Automóveis, motos, peças e acessórios	-23,01	4,00				
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	7,31	3,76				
Material de construção	-2,26	-1,66				
Combustíveis e Lubrificantes			5,20	4,43	-4,59	
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo			-3,01	-4,90	-7,98	
Hipermercados e Supermercados			-1,22	-8,11	-10,42	
Tecidos, Vestuário e Calçados			0,15	1,44	-8,83	
Móveis e Eletrodomésticos	-17,60	8,6	-10,11	-0,52	-1,21	
Demais Artigos de Uso Pessoal e Doméstico			3,99	-0,90	-0,69	
Veículos, Motos e Peças			-0,42	-12,46	12,01	

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Notas: ¹Dados deflacionados pelo IPCA

²Dados referentes ao último mês dos respectivos anos

Obs: A pesquisa foi iniciada em 1995, sendo expandida para as Regiões Metropolitanas somente em 1997. Todavia, os dados para o acumulado do ano foram disponibilizados, somente, desde 1999. A partir de 2001 é instituída uma nova Pesquisa Mensal de Comércio, já com abrangência nacional, na qual através da receita bruta de revenda são construídos dois índices: Índice Nominal de Vendas do Varejo e Índice de Volume de Vendas do Varejo, desagregados em cinco grupos de atividades, para o Brasil e os Estados

Comércio Exterior

Exportações Baianas - Principais Segmentos - 1994-1995							
Segmentos	1994		Part. %	1995		Var. %	Part. %
	ton	US\$MI		ton	US\$MI		
Químicos e petroquímicos	922.777	478.487	27,81	1.092.204	652.206	36,31	17,09
Papel e celulose	383.799	178.830	10,39	362.291	301.013	68,32	7,89
Veículos, suas partes e acessórios	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de petróleo	1.329.077	142.598	8,29	865.803	98.104	-31,20	2,57
Metalúrgicos	544.814	287.208	16,69	387.685	328.949	14,53	8,62
Grãos, óleos e ceras vegetais	211.192	60.982	3,54	96.126	40.500	-33,59	1,06
Minerais	194.462	86.419	5,02	295.369	123.703	43,14	3,24
Cacau e derivados	176.656	277.029	16,10	69.567	118.629	-57,18	3,11
Sisal e derivados	75.822	45.477	2,64	65.604	51.293	12,79	1,34
Frutas e suas preparações	21.714	19.038	1,11	19.201	24.220	27,22	0,63
Couros e peles	3.354	19.712	1,15	10.476	29.888	51,62	0,78
Fumo e derivados	4.428	21.673	1,26	5.603	28.243	30,31	0,74
Calçados e suas partes	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e aquicultura	-	-	-	-	-	-	-
Demais segmentos	442.829	103.134	5,99	1.368.347	122.444	18,72	3,21
Total	4.310.924	1.720.587	100,00	4.638.276	3.817.390	121,87	100,00

Fonte: MDIC/SECEX

Elaboração: PROMO - Centro Internacional de Negócios da Bahia

Exportações Baianas - Principais Segmentos - 1996-1997								
Segmentos	1996		Var. %	Part. %	1997		Var. %	Part. %
	ton	US\$MI			ton	US\$MI		
Químicos e petroquímicos	1.067.917	613.727	-5,90	33,24	995.716	603.220	-1,71	32,30
Papel e celulose	405.383	183.561	-39,02	9,94	478.382	472.557	157,44	25,30
Veículos, suas partes e acessórios	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de petróleo	1.116.616	134.612	37,21	7,29	932.530	104.586	-22,31	5,60
Metalúrgicos	401.365	289.610	-11,96	15,69	327.338	260.030	-10,21	13,92
Grãos, óleos e ceras vegetais	55.836	29.233	-27,82	1,58	319.267	136.393	366,57	7,30
Minerais	235.020	160.612	29,84	8,70	225.135	146.963	-8,50	7,87
Cacau e derivados	89.839	161.769	36,37	8,76	53.855	122.641	-24,19	6,57
Sisal e derivados	60.022	40.843	-20,37	2,21	72.479	54.469	33,36	2,92
Frutas e suas preparações	31.985	44.130	82,20	2,39	16.592	16.800	-61,93	0,90
Couros e peles	15.799	32.311	8,11	1,75	12.690	31.275	-3,21	1,67
Fumo e derivados	4.520	25.462	-9,85	1,38	5.822	24.706	-2,97	1,32
Calçados e suas partes	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais segmentos	333.088	130.260	6,38	7,06	490.856	133.174	2,24	7,13
Total	3.817.390	1.846.130	-51,64	100,00	3.930.662	1.867.596	1,16	100,00

Fonte: MDIC/SECEX

Elaboração: PROMO - Centro Internacional de Negócios da Bahia

Exportações Baianas - Principais Segmentos - 1998-1999								
Segmentos	1998		Var. %	Part. %	1999		Var. %	Part. %
	ton	US\$MI			ton	US\$MI		
Químicos e petroquímicos	1.300.314	623.634	3,38	34,10	1.147.574	521.808	-16,33	33,00
Papel e celulose	472.557	226.334	-52,10	12,38	533.040	240.302	6,17	15,20
Veículos, suas partes e acessórios	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de petróleo	1.597.444	135.179	29,25	7,39	1.492.331	123.206	-8,86	7,79
Metalúrgicos	201.199	140.517	-45,96	7,68	268.115	173.775	23,67	10,99
Grãos, óleos e ceras vegetais	628.305	170.501	25,01	9,32	347.667	83.107	-51,26	5,26
Minerais	222.277	127.126	-13,50	6,95	185.965	104.516	-17,79	6,61
Cacau e derivados	60.777	145.192	18,39	7,94	54.497	104.751	-27,85	6,63
Sisal e derivados	79.351	54.942	0,87	3,00	72.864	45.528	-17,13	2,88
Frutas e suas preparações	27.208	26.672	58,76	1,46	37.589	30.244	13,39	1,91
Couros e peles	16.129	28.089	-10,19	1,54	8.632	17.068	-39,24	1,08
Fumo e derivados	3.902	20.563	-16,77	1,12	4.579	15.928	-22,54	1,01
Calçados e suas partes	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais segmentos	717.857	130.133	-2,28	7,12	496.820	120.913	-7,09	7,65
Total	5.327.320	1.828.882	-2,07	100,00	4.649.673	1.581.146	-13,55	100,00

Fonte: MDIC/SECEX

Elaboração: PROMO - Centro Internacional de Negócios da Bahia

Exportações Baianas - Principais Segmentos - 2000/2001								
Segmentos	2000		Var. %	Part. %	2001		Var. %	Part. %
	ton	US\$MI			ton	US\$MI		
Químicos e petroquímicos	1.096.648	636.095	21,90	32,74	1.005.099	540.359	-15,05	25,49
Papel e celulose	502.042	291.430	21,28	15,00	508.642	216.234	-25,80	10,20
Veículos, suas partes e acessórios	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de petróleo	1.184.517	192.643	56,36	9,91	3.507.231	519.281	169,56	24,50
Metalúrgicos	323.300	186.840	7,52	9,62	224.905	168.768	-9,67	7,96
Grãos, óleos e ceras vegetais	605.571	139.063	67,33	7,16	728.738	165.975	19,35	7,83
Minerais	201.303	108.376	3,69	5,58	170.526	94.143	-13,13	4,44
Cacau e derivados	61.454	99.276	-5,23	5,11	57.142	89.761	-9,58	4,23
Sisal e derivados	79.227	44.521	-2,21	2,29	75.528	38.267	-14,05	1,81
Frutas e suas preparações	50.987	36.159	19,56	1,86	66.008	43.818	21,18	2,07
Couros e peles	7.244	23.533	37,88	1,21	11.038	33.551	42,57	1,58
Fumo e derivados	4.412	15.353	-3,61	0,79	3.613	14.553	-5,21	0,69
Calçados e suas partes	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais segmentos	658.143	169.679	40,33	8,73	741.186	194.941	14,89	9,20
Total	4.774.848	1.942.968	22,88	100,00	7.099.656	2.119.651	9,09	100,00

Fonte: MDIC/SECEX

Elaboração: PROMO - Centro Internacional de Negócios da Bahia

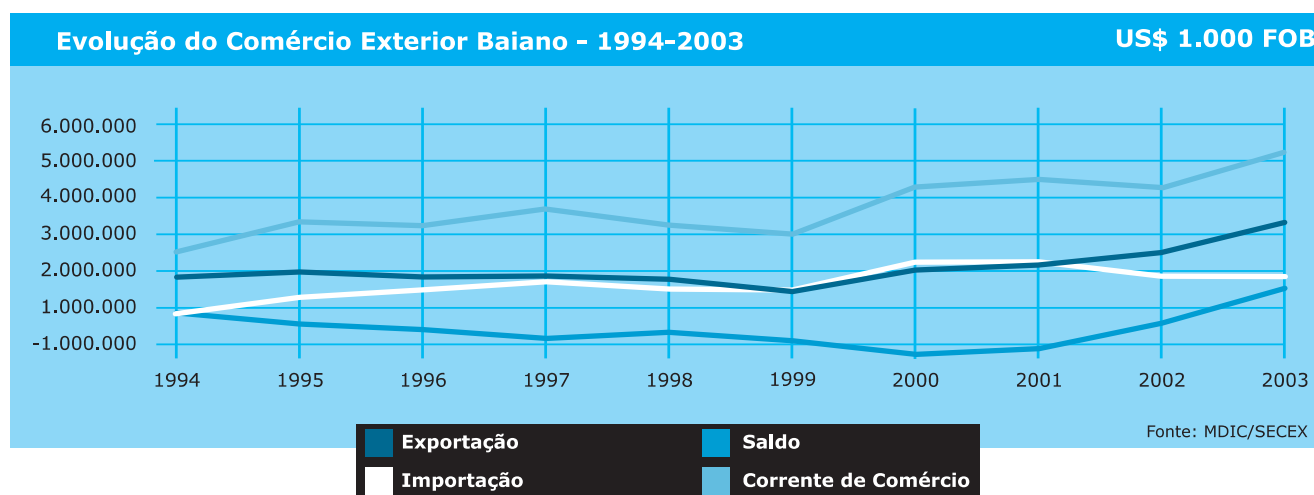
Exportações Baianas - Principais Segmentos - 2002/2003								
Segmentos	2002		Var. %	Part. %	2003		Var. %	Part. %
	ton	US\$MI			ton	US\$MI		
Químicos e petroquímicos	1.090.391	657.518	21,68	25,65	1.248.085	794.275	20,80	24,37
Papel e celulose	523.591	229.078	5,94	8,93	552.587	262.050	14,39	8,04
Veículos, suas partes e acessórios	16.480	115.608	-	4,51	58.908	398.673	244,85	12,23
Derivados de petróleo	2.717.754	421.911	-18,75	16,46	3.286.146	609.267	44,41	18,70
Metalúrgicos	308.274	246.173	45,86	9,60	377.851	249.806	1,48	7,67
Grãos, óleos e ceras vegetais	644.668	143.882	-13,31	5,61	822.409	194.156	34,94	5,96
Minerais	181.419	102.562	8,94	4,00	201.756	104.058	1,46	3,19
Cacau e derivados	57.523	134.504	49,85	5,25	76.135	213.271	58,56	6,54
Sisal e derivados	92.551	34.531	-9,76	1,35	117.576	53.925	56,16	1,65
Frutas e suas preparações	76.725	52.685	20,24	2,05	106.927	80.482	52,76	2,47
Couros e peles	13.521	48.292	43,94	1,88	13.908	58.455	21,04	1,79
Fumo e derivados	2.853	14.616	0,43	0,57	4.013	17.263	18,11	0,53
Calçados e suas partes	4.816	23.594	-	0,92	2.224	27.840	18,00	0,85
Pesca e aquicultura	2.853	14.616	-	0,57	5.964	27.053	85,09	0,83
Demais segmentos	682.998	324.285	66,35	12,65	318.270	168.198	-48,13	5,16
Total	6.416.417	2.563.855	20,96	100,00	7.192.759	3.258.772	27,10	100,00

Fonte: MDIC/SECEX

Elaboração: PROMO - Centro Internacional de Negócios da Bahia

Balança Comercial - Bahia - 1994-2003				US\$ 1.000 FOB
Anos	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio
1994	1.720.588	849.759	870.829	2.570.347
1995	1.919.192	1.385.219	533.973	3.304.411
1996	1.846.130	1.420.727	425.403	3.266.857
1997	1.867.596	1.683.156	184.440	3.550.752
1998	1.829.457	1.493.251	336.206	3.322.708
1999	1.581.146	1.465.329	115.817	3.046.475
2000	1.942.968	2.256.124	(313.156)	4.199.092
2001	2.119.651	2.292.634	(172.983)	4.412.285
2002	2.410.037	1.888.933	521.104	4.298.970
2003	3.258.770	1.922.590	1.336.180	5.181.360

Fonte: MDIC/SECEX



Finanças Públicas

Arrecadação do ICMS - Bahia		R\$1.000
Anos	ICMS	
1994	1.148.757	
1995	2.074.343	
1996	2.503.153	
1997	2.537.451	
1998	2.663.121	
1999	2.970.475	
2000	3.670.292	
2001	4.187.240	
2002	4.950.531	
2003	5.712.367	

Fonte: SEFAZ - Balanço Geral do Estado
Elaboração: SEI

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego Taxa de Desemprego Aberto e Taxa de Participação Região Metropolitana de Salvador - 1996-2003

%

Períodos	Taxa de Desemprego Aberto		Taxa de Participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Dezembro 1996	11,1	11,1	58,9	59,8
Dezembro 1997	12,0	11,7	60,3	61,2
Dezembro 1998	13,6	13,0	60,5	60,6
Dezembro 1999	15,0	14,2	60,5	61,3
Dezembro 2000	13,7	13,2	60,4	61,6
Dezembro 2001	16,7	16,3	62,0	63,1
Dezembro 2002	16,0	15,1	62,5	63,1
Dezembro 2003	15,1	14,6	62,9	63,9

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Estimativa da População Total e Economicamente Ativa e dos Inativos Maiores de 10 Anos, Taxas Globais de Participação e Taxas de Desemprego Total Região Metropolitana de Salvador - 1996-2003

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População Total
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números Absolutos¹	Índice²	Números Absolutos¹	Índice²	Números Absolutos¹	Índice²	Números Absolutos¹	Índice²	Participação (PEA/PIA)	Desemp. Total (DES/PEA)	
Dezembro 1996	1.312	100,0	1.046	100,0	266	100,0	915	100,0	58,9	20,3	2.777
Dezembro 1997	1.380	105,2	1.082	103,4	298	111,9	908	99,2	60,3	21,6	2.835
Dezembro 1998	1.422	108,4	1.078	103,1	344	129,3	929	101,5	60,5	24,2	2.895
Dezembro 1999	1.461	111,4	1.067	102,0	394	148,2	954	104,3	60,5	27,0	2.956
Dezembro 2000	1.500	114,3	1.128	107,8	372	139,7	984	107,5	60,4	24,8	3.018
Dezembro 2001	1.582	120,6	1.148	109,8	434	163,0	970	106,0	62,0	27,4	3.082
Dezembro 2002	1.638	124,8	1.204	115,1	434	163,0	982	107,3	62,5	26,5	3.147
Dezembro 2003	1.694	129,1	1.254	119,9	440	165,3	998	109,1	62,9	26,0	3.213

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Notas: ¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução¹ Região Metropolitana de Salvador - 1996-2003

R\$

Períodos	Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Dezembro 1996	295	373	601	1069	2.651
Dezembro 1997	236	374	554	1001	2.400
Dezembro 1998	244	351	556	934	2.462
Dezembro 1999	255	344	460	867	2.160
Dezembro 2000	266	356	449	854	2.176
Dezembro 2001	246	341	472	839	2.209
Dezembro 2002	240	322	437	734	2087
Dezembro 2003	241	309	405	673	1916

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Nota: ¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de Março 2004

Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade Econômica no Trimestre Região Metropolitana de Salvador - 1996-2003								%
Períodos	Setores de Atividade Econômica							
	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços Produção ¹	Serviços Pessoais ²	Serviços Domésticos	Outros	
Dezembro 1996	8,7	5,2	17,6	30,2	25,8	10,7	1,8	
Dezembro 1997	8,6	5,5	17,8	30,8	24,6	11,1	1,6	
Dezembro 1998	7,6	5,6	17,4	30,3	26,1	10,6	2,4	
Dezembro 1999	7,9	5,3	15,0	32,1	27,2	11,2	1,3	
Dezembro 2000	8,2	6,3	16,4	32,8	24,9	10,4	1,0	
Dezembro 2001	8,1	5,8	16,4	32,6	25,2	10,9	1,0	
Dezembro 2002	8,8	5,7	16,5	30,3	27,8	9,7	1,2	
Dezembro 2003	8,6	4,9	16,3	32	26,9	10,2	1,1	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Notas: ¹ Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão, e Televisão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros Serviços de Reparação e Limpeza

² Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços

Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação no Trimestre Região Metropolitana de Salvador - 1996-2003											%
Períodos	Posição na Ocupação										
	Assalariados				Autônomos						
	Total	Ass. Priv. c/ Carteira	Ass. Priv. s/ Carteira	Ass. Público	Total	Aut. Trab. p/ Público	Aut. Trab. p/ Empresa	Empregador	Domésticos	Outros¹	
Dezembro 1996	54,9	27,1	10,9	16,9	25,9	20,5	5,4	4,3	10,7	4,2	
Dezembro 1997	54,8	29,4	10,2	15,1	25,1	20,1	5	4,4	11,1	4,7	
Dezembro 1998	57,0	30,9	11,0	15,1	23,9	19,9	3,9	4,3	10,6	4,2	
Dezembro 1999	58,3	30,9	11,9	15,5	23,8	18,1	5,6	3,9	11,2	2,8	
Dezembro 2000	60,5	33,5	12,6	14,2	22,6	18,4	4,1	4,0	10,4	2,6	
Dezembro 2001	60,7	34,9	11,9	13,9	22,0	18,2	3,9	3,7	10,9	2,6	
Dezembro 2002	59,6	33,5	12,3	13,8	23,5	19,4	4,2	4,0	9,7	3,2	
Dezembro 2003	59,9	34,7	11,8	13,3	23,9	19,6	4,3	3,5	10,2	2,5	

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares

Rendimento Real Médio Trimestral dos Assalariados no Setor Privado por Setor de Atividade Econômica e Carteira de Trabalho Assinada e Não Assinada pelo Atual Empregador ¹ Região Metropolitana de Salvador - 1996-2003							R\$
Períodos	Rendimento Real Médio Trimestral dos Assalariados no Setor Privado						
	Total	Setor de Atividade			Carteira de Trabalho		
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-Assinada	
Dezembro 1996	749	1045	672	674	874	397	
Dezembro 1997	735	1091	610	692	855	361	
Dezembro 1998	698	930	565	694	794	386	
Dezembro 1999	663	875	503	661	762	391	
Dezembro 2000	637	967	491	615	729	373	
Dezembro 2001	644	808	522	646	733	367	
Dezembro 2002	618	742	504	628	695	387	
Dezembro 2003	604	857	474	583	681	379	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Nota: ¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de Março - 2004

**Rendimento Real Trimestral dos Ocupados e dos Assalariados no Trabalho Principal¹
Região Metropolitana de Salvador - 1996-2003**

R\$

Períodos	Rendimento Médio Real					
	Ocupados ¹			Assalariados ²		
	Valor Absoluto ³		Índice	Valor Absoluto ³		Índice
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Dezembro 1996	811	378	100,0	930	508	100,0
Dezembro 1997	780	387	96,2	887	485	95,4
Dezembro 1998	768	397	94,7	842	476	90,6
Dezembro 1999	713	370	87,9	811	466	87,2
Dezembro 2000	717	384	88,4	774	446	83,2
Dezembro 2001	718	378	88,5	782	460	84,0
Dezembro 2002	661	344	81,5	735	429	79,1
Dezembro 2003	625	341	78,6	722	420	79,2

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Notas: ¹ Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício² Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês³ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de Março - 2004
**Distribuição do Rendimento Real Trimestral Entre os Ocupados e os Assalariados no Trabalho Principal¹
Região Metropolitana de Salvador - 1996-2003**

R\$

Períodos	Rendimento Real Trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Dezembro 1996	101	190	378	850	1949	188	284	508	1015	2087
Dezembro 1997	96	193	387	807	1926	193	273	485	965	1939
Dezembro 1998	125	206	397	795	1903	206	286	476	920	1903
Dezembro 1999	116	201	370	739	1678	198	276	466	877	1775
Dezembro 2000	136	207	384	796	1633	205	273	446	823	1642
Dezembro 2001	127	230	378	756	1533	226	289	460	844	
Dezembro 2002	114	229	344	688	1409	229	281	429	795	1526
Dezembro 2003	108	220	330	648	1.321	220	270	411	756	1.431

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Notas: ¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de março - 2004² Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício³ Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês
**Pesquisa de Emprego e Desemprego Taxas de Desemprego e de Participação Região
Metropolitana de Salvador
Dezembro - 1996-2003 - Salvador**

Taxas	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Desemprego Total	19,6	20,6	22,8	25,3	23,9	26,5	25,1	25,5
Desemprego Aberto	11,1	11,7	13,0	14,2	13,2	16,3	15,1	14,6
Desemprego Oculto	8,5	8,9	9,8	11,1	10,7	10,2	10,0	11,0
Participação (PEA/PIA)	59,8	61,2	60,6	61,3	61,6	63,1	63,1	63,9

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Flutuação Anual do Emprego - Bahia, 1994-2003 Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)		
Anos	Bahia	RMS
1994	9.444	2.618
1995	-12.056	-8.966
1996	-6.458	-5.688
1997	10.641	7.122
1998	-2.218	-4.217
1999	1.319	-608
2000	29.631	11.652
2001	2.829	4.704
2002	37.298	16.401
2003	26.502	5.746

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados. Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

Índice de Preços ao Consumidor - Salvador, 1994 - 2003	
Anos	IPC-SEI
1994	978,8
1995	28,2
1996	8,9
1997	4,7
1998	1,2
1999	9,0
2000	6,9
2001	8,1
2002	11,4
2003	10,6

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

DE CARA NOVA

A C&P comemora 10 anos de vida inaugurando uma nova fase de sua história. De visual reformado, com novas seções e um novo estilo de redação, a revista marca sua entrada na segunda década de análise da conjuntura baiana. Participe você também dessa história. Leia e comemore.



Para adquirir seu exemplar, consulte o site
www.sei.ba.gov.br
Tel: (71) 3115 4847

104 mil postos de trabalho serão criados pela indústria

Os investimentos industriais anunciados para o Estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2004-2008, totalizaram um volume da ordem de R\$ 25,9 bilhões agregando 446 projetos. Sendo estes investimentos subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Analisando tais investimentos em relação à localização, indicado pelos Eixos de Desenvolvimento, grandes partes dos investimentos encontram-se concentrados nos eixos Metropolitano e Extremo Sul agregando 87% do total, correspondendo a um volume da ordem de R\$ 22,5 bilhões. Tais eixos agregam cerca de 264 projetos de investimentos, o que representa 59% do número de projetos. Os demais eixos agregam um volume de investimentos superior a R\$ 3,7 bilhões, representando 13% do total.

No que tange ao Complexo de Atividade Econômica verificou-se que 65% encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (47%) e Químico e Petroquímico (18%) agregando um volume de recursos da ordem de R\$ 16 bilhões em 90 projetos de empresas representando cerca de 20% do total de projetos anunciados. A partir de tais resultados, confirma-se a tendência de alocação dos maiores volumes de investimentos em grandes empreendimentos industriais. Os demais complexos agregam um volume da ordem de R\$ 9,1 bilhões alocados em 356 projetos.

Em relação a situação destes investimentos, 59,6 % estão alocados em implantações de novas unidades industriais, o que representa um volume na ordem de R\$15,4 bilhões. Enquanto que 39,8% estão alocados em ampliações e 0,6% em reativações, somando recursos na ordem de R\$10,4 bilhões.

Os empreendimentos industriais irão gerar mais de 104 mil postos de trabalho, sendo que o complexo Calçados/Têxtil/Confecções e o Agroalimentar concentram 57% do total dos empregos diretos. Os demais complexos são responsáveis por cerca de 43% dos empregos, destacando-se os complexos de Transformação Petroquímica, responsável por cerca de 9% dos empregos, e os complexos Metal-Mecânico e Madeireiro, detendo 8% cada dos postos de trabalho cada um, agregando 16789 empregos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do Estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2004, encontram-se a Dipawa Nordeste, a Rigesa da Bahia, a Icofort, a Vic Brasil e a Bahia Sul Celulose.

Tabela 1
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de Atividade 2004 - 2008

Complexo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Agroalimentar	1.159.252	64
Atividade Mineral e Beneficiamento	3.320.434	28
Calçados/Têxtil/Confecções	955.420	42
Complexo Madeireiro	12.205.551	20
Eletroeletrônico	624.609	61
Metal-Mecânico	1.527.629	67
Químico-petroquímico	4.606.986	70
Reciclagem	2.647	1
Transformação Petroquímica	1.086.646	86
Outros	419.051	7
Total	25.907.865	446

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/04/04.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Eixo de Desenvolvimento 2004 - 2008

Eixo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Baixo Médio São Francisco	97.093	6
Chapada Norte	75.356	12
Chapada Sul	7.230	4
Extremo Sul	12.150.667	15
Grande Recôncavo	1.438.200	58
Mata Atlântica	630.260	52
Médio São Francisco	31.500	2
Metropolitano	10.383.225	249
Nordeste	22.817	5
Oeste do São Francisco	678.979	15
Planalto Central	110.340	1
Planalto Sudoeste	189.185	17
A Definir	93.015	10
Total	25.907.865	446

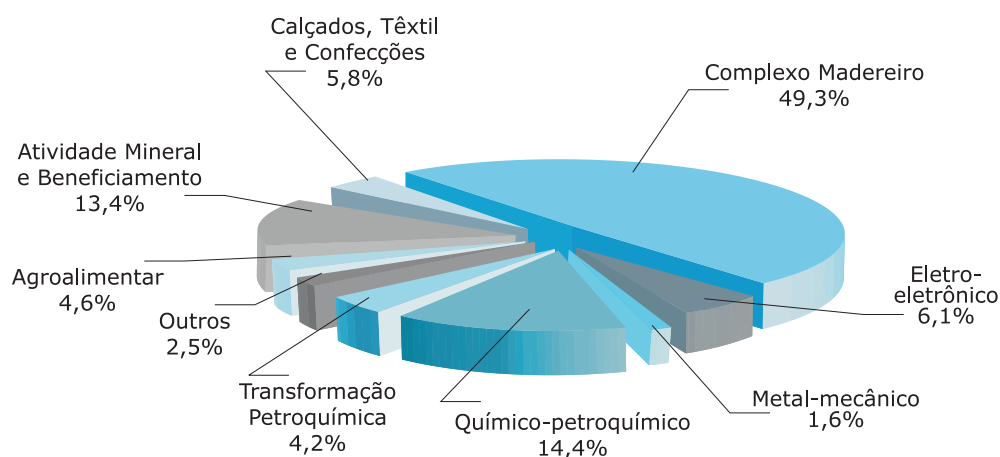
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/04/04

Investimentos Previstos para a Bahia - 2004/2008

Participação dos Investimentos por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: GEAC/SEI

Metodologia da Pesquisa de Investimentos Industriais previstos no Estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no Estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no Estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site dessa instituição (www.sei.ba.gov.br), com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

www.sei.ba.gov.br

Informação a um só **clique**



Através do site da SEI você fica por dentro
das mais relevantes informações
socioeconômicas e geoambientais dos Estado.
Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED
IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e
o banco de dados da SEI estão ao seu alcance.
Navegue e conheça a Bahia de perto.
Um canal de comunicação aberto para você.



Notícias

Negócios

Bahia é ponto de partida para internacionalização de construtora

O edifício Coimbra, no Imbuí, e a Mansão D'Évora, no loteamento Vela Branca, na Pituba, marcam a entrada em operação no Brasil da Ramos Catarino, construtora e incorporadora do grupo português Ramos Catarino. Desde 2002, quando iniciou suas atividades na Bahia, a construtora já investiu R\$7,2 milhões. O Coimbra deverá ser entregue ao mercado no dia 30 de junho.

O mercado baiano foi escolhido pela Ramos Catarino para o início da internacionalização da companhia em razão do potencial de crescimento de mercado, especificamente o de empreendimentos residenciais de luxo. O grupo, fundado em 1949, com sede em Coimbra, atua em diferentes áreas de negócios, inclusive o imobiliário, tendo registrado faturamento em 2003 de R\$144 milhões. Segundo o presidente Vitor Catarino, a Ramos Catarino nasce resguardando os preceitos de compromisso, ética, dedicação e profissionalismo que estão associados à imagem da companhia.

O lançamento do D'Évora foi, em parte, influenciado pela boa aceitabilidade do Coimbra. Segundo Vitor Catarino, 80% das vendas foram realizadas em 180 dias. Ainda restam quatro unidades disponíveis do Coimbra, um edifício classe B. O apartamento possui 73 metros quadrados de área privativa, com dois quartos, sendo uma suíte, mais dependência completa, que pode ser reversível.

Construtora portuguesa chega ao estado. Correio da Bahia 31/05/2004.

Azaléia instalará nova unidade no sudoeste do estado

Em cerca de quatro meses, 500 novos empregos estarão sendo ofertados no município de Iitororó com a instalação de um novo galpão da Azaléia Calçados do Nordeste, na sede do município. A ordem de serviço para início imediato das obras foi assinada no dia 26 pelo secretário da Indústria, Comércio e Mineração, Otto Alencar, e pelo presidente da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic).

O secretário lembrou que, somente em Iitororó, já são 540 empregos diretos. "No estado, já são mais de 7,5 mil pessoas empregadas pela Azaléia nos 11 municípios em que a empresa atua", informou.

Segundo Emerson Simões, serão 3,2 mil metros quadrados de área construída, incluindo pavilhão industrial, depósito de inflamáveis, subestação, guarita e reservatório superior elevado metálico. No novo galpão da sede de Iitororó, a empresa deve fabricar 1,2 milhão de pares de calçados por ano.

A Azaléia atua em 11 municípios baianos e conta com uma fábrica-mãe em Itapetinga e 19 galpões descentralizados que empregam diretamente cerca de 7,5 mil pessoas. Além de Iitororó e Itapetinga, a empresa possui galpões nos municípios de Itambé, Potiraguá, Itarantim, Macarani, Maiquinique, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Caatiba. Os investimentos destinados à implantação das unidades de produção da empresa no estado já são superiores a R\$ 80 milhões.

Nova unidade da Azaléia gera mais 500 empregos. Diário Oficial, 28/05/2004.

Bahia passará a contar com abatedouro de avestruzes

Até o início de 2006, a Bahia vai passar a contar com um abatedouro de avestruzes, projeto pioneiro no estado, que deve receber investimentos de US\$1,5 milhão, com capacidade para abater 40 mil aves por ano.

O empreendimento, iniciativa de um grupo de 30 produtores baianos de avestruz da Cooperativa de Produtores de Avestruzes (Coopstruthio), será instalado no interior do estado, numa distância máxima

de 200km da capital. As obras devem começar no início do ano que vem.

O presidente da Associação Baiana dos Criadores de Avestruz e membro da Cooperativa, Gildásio Almeida, explica que o projeto é baseado no modelo de tecnologia de abatedouro de avestruzes da África do Sul, local de origem da ave. A implantação, diz, deve ser dentro de uma distância limite de 200km dos portos e aeroportos, canais de saída para exportações.

Abatedouro contará com US\$ 1,5 mi em recursos. Correio da Bahia, 24/05/2004.

Indicadores

Bahia deverá ter novo recorde no agronegócio

As culturas do algodão, da soja, do milho e do feijão devem movimentar R\$ 3,5 bilhões. O agronegócio baiano deve registrar novos recordes este ano. Uma convergência de fatores positivos está gerando incremento nas principais culturas agrícolas, em alguns casos de até 116%, a exemplo do algodão. Destaque também para a soja, milho e feijão. Juntas, apenas estas quatro atividades devem resultar em negócios de mais de R\$ 3,5 bilhões, em 2004. As previsões apontam para uma produção de aproximadamente 596 mil toneladas, volume que é 110% maior que no ano passado.

A soja, mais uma vez, também é destaque no campo, especificamente no oeste baiano. Enquanto a produção nacional caiu, a Bahia, mesmo com uma redução na área de 3,4%, registrou mais um recorde, atingindo o volume de 2,2 milhões de toneladas, com crescimento de 42,5%. A produtividade cresceu 47%, pulando de 1,8 mil quilos por hectare para 2,7 mil hg/ha.

Na primeira safra baiana de milho foi registrado um incremento de 78%, com uma produção de 1,73 milhão de toneladas. A área aumentou apenas 18,2%, o que gerou uma elevação na produtividade de 2,7 mil quilos por hectare para 4,1 mil kg/ha. Para a safra de Inverno, espera-se uma colheita de pelo menos 341 mil toneladas, o que totaliza uma produção anual de mais de 2,07 milhões de toneladas.

O feijão também mostra números bastantes favoráveis, com uma previsão de 503 mil toneladas, sendo que 188

mil já foram colhidas na safra de Verão. O crescimento é de 68% em relação à colheita no mesmo período do ano passado. Já o arroz, a previsão é que registre um volume anual de 63,1 mil t, com crescimento de 102%, enquanto que a produção de mamona deve ser elevada em 79%, com volume de 131 mil toneladas.

Agronegócio baiano deve bater recorde histórico. Correio da Bahia, 21/05/2004.

Portos baianos aumentam a movimentação de cargas

Nos primeiros quatro meses deste ano, cresceu 31% o volume de cargas movimentadas nos portos da Codeba. A Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), administradora dos portos de Salvador, Aratu e Ilhéus, está apresentando números que indicam desempenho expressivo na movimentação de cargas durante o primeiro quadrimestre deste ano. Cerca de 3,029 milhões toneladas foram movimentadas entre janeiro e abril deste ano, 722 mil toneladas a mais, com aumento de 31% na movimentação de mercadorias, comparado a idêntico período do ano anterior. Em abril, passaram pelo Porto de Salvador, 258 mil toneladas de cargas. O desempenho foi ampliado especialmente pelo transporte do trigo em grão, produtos siderúrgicos, petroquímicos e 10,4 mil veículos, incluídos embarque e desembarque.

O Porto de Salvador reafirma a liderança no Brasil, com a maior movimentação de contêineres, acima do Estado do Rio de Janeiro. O total movimentado no quadrimestre foi de 36,3 mil unidades, o equivalente a 56,4 mil TEU's, representando 33% de crescimento em relação ao mesmo período do ano passado. O Porto de Aratu, entre janeiro a abril, movimentou 1,938 milhão de toneladas, registrando aumento de 40% sobre o resultado do primeiro quadrimestre de 2003. Fertilizantes, concentrado de cobre, carvão, ferro, e a nafta petroquímica foram produtos que apresentaram incremento significativo.

Também o Porto de Ilhéus, responsável pelo embarque de 70% da soja produzida no Estado da Bahia - destinada ao mercado exterior, que este ano totaliza produção recorde de 2,2 milhões de toneladas -, apresenta forte incremento operacional. Em 2003 o terminal registrou o segundo melhor resultado da sua história, quando embarcou um total de 900 mil toneladas do produto e, com a retomada neste mês,

após a entre safra, deverá embarcar em torno de 1,2 milhão de toneladas de soja.

Aumenta a movimentação de cargas na Bahia. Gazeta Mercantil, 24/05/2004.

Ação Governamental

Bahia vai investir R\$ 215 milhões em saneamento básico e habitação popular

O governador Paulo Souto assinou, em Brasília, com o ministro das Cidades, Olívio Dutra, contratos de financiamento com a Caixa Econômica Federal (CEF), no valor de R\$215 milhões, para execução de importantes obras em 43 municípios baianos. Entre elas, as barragens de Lagoa da Torta, em Igaporã e Matina; e de Cristalândia, em Brumado, além de projetos de abastecimento de água, saneamento básico e habitacionais para a capital e interior.

Com o financiamento, o governo baiano vai empreender a construção de duas importantes barragens no semi-árido. As de Lagoa da Torta, em Igaporã e Matina; e de Cristalândia, em Brumado, que também beneficiará a cidade de Tanhaçu.

Paulo Souto assinou ainda contrato de financiamento para obras de esgotamento sanitário que vão beneficiar os municípios de Jacobina, Santo Amaro, Santa Maria da Vitória, Mucugê, Rio de Contas, Andaraí, Ilhéus, Palmeiras, Camacã, Encruzilhada, Ipiaú, Itaju do Colônia, Mucuri e Salvador, cujas intervenções vão contemplar as bacias do Alto Pituáçu, Barra/Lucaia/Pituba, Alto Camurugipe e Baixo Pituáçu - Itapuã.

Bahia vai investir R\$ 215 milhões em saneamento básico e habitação popular. Correio da Bahia, 21/05/2004.

Projeto de revitalização do algodão é visitado por Paulo Souto

O governador Paulo Souto viajou no dia 19 para o sudoeste do estado, onde acompanhou o início da colheita de algodão da região, que já foi umas das maiores produtoras do país e agora vive um processo de revitalização da cultura. A produção regional recente teve um aumento de 220%, saindo de 30 mil toneladas colhidas em 2002/2003, para as 97 mil toneladas previstas para a safra 2003/2004. No mesmo período, o ganho de produtividade passou de 1.171 para 2.250 quilos por hectare, registrando um aumento de 92,24%.

O programa tem recursos provenientes do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza e na sua implementação, tem sido fundamental a participação da EBDA e da Agência Estadual de Defesa Agropecuária (Adab), tanto na assistência técnica como na formação dos multiplicadores que atuarão junto aos pequenos agricultores.

A estimativa é que, juntos, os agricultores colham 10.300 toneladas nesta safra, uma vez que a produtividade cresceu de 100 arrobas por hectare, em 2002/2003, para 140 arrobas por hectare na atual safra. Para obter esses resultados, foram investidos R\$ 2,54 milhões.

Projeto de revitalização do algodão é visitado por Paulo Souto. Diário Oficial, 18/05/2004.

Governador prevê ampliação da produção de flores da Bahia

Ao anunciar previsões sobre a ampliação da produção de flores, inclusive com vistas à exportação, o governador Paulo Souto revelou o entusiasmo do governo estadual com o programa Flores da Bahia. Souto falou sobre as metas do programa, após entregar, no estacionamento da Governadoria, as chaves de seis caminhões-baú refrigerados para o transporte da produção dos projetos comunitários envolvidos.

Através do programa, a Bahia espera lançar-se ofensivamente no mercado de flores com vistas a inverter o quadro atual – importações suprem 95% da demanda baiana. Para o governador, o estado tem todas as condições, inclusive climáticas, para produzir variedades muito diversificadas de flores tanto para o mercado nacional quanto para o exterior.

Além dos caminhões-baú, cada município está ganhando infra-estrutura técnica e de logística para viabilizar a produção e o escoamento das flores, o que garantirá que a produção desses locais atenda às demandas dos consumidores por qualidade e quantidade. “É todo um horizonte de ações em que o governo vai indicando a maneira em que podemos transformar todo este potencial em riqueza”, afirmou o secretário da Agricultura, Pedro Barbosa.

Ao final de dois anos, o Governo do Estado e prefeituras municipais terão investido conjuntamente R\$ 6,3 milhões. O programa conta com a participação da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (Secomp), através de repasse de recursos e capacitação. O secretário da pasta, padre Clodoveo Piazza, também prestigiou o evento.

Governador prevê ampliação da produção de flores da Bahia. Diário Oficial, 06/05/2004. ■



UNIÃO

Atos do Poder Executivo

Decretos

Decreto nº 5.066, de 03 de maio de 2004 – Promulga o Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Centro Interamericano de Administrações Tributárias, de 03 de abril de 2001.

Decreto nº 5.069, de 05 de maio de 2004 – Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE, e dá outras providências.

Decreto nº 5.070, de 06 de maio de 2004 – Dispõe sobre a inclusão, no programa

Decreto nº 5.071, de 07 de maio de 2004 – Fixa os preços mínimos básicos para cafés arábica e robusta, safra 2003/2004.

Decreto nº 5.072, de 10 de maio de 2004 – Altera alíquotas do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI, incidentes sobre os produtos que menciona.

Decreto nº 5.073, de 10 de maio de 2004 – Dispõe sobre a consolidação da rede de Embaixadas Cumulativas do Serviço Exterior brasileiro.

Decreto nº 5.075, de 11 de maio de 2004 – Dispõe sobre a execução do Quadragésimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica n.º 18, entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, de 17 de fevereiro de 2004.

Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004 – Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.

Medidas Provisórias

Medida provisória nº 185, de 13 de maio de 2004 – Altera a lei nº 10.555, de 13 de novembro de 2002, que autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R\$ 100,00, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2011, e dá outras providências.

Medida provisória nº 186, de 13 de maio de 2004 – Altera e acrescenta dispositivos à lei nº 10.748 de 22 de outubro de 2003, que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens – PMPE, e dá outras providências.

Atos do Poder Legislativo

Leis

Lei nº 10.866, de 04 de maio de 2004 – Acresce os arts. 1º-A e 1º-B à lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível – CIDE, e dá outras providências.

Lei nº 10.867, de 12 de maio de 2004 – Altera o art. 6º da lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004 – Institui a Taxa de avaliação *in loco* das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e dá outras providências.

Secretaria da Receita Federal

Atos Declaratórios

Ato declaratório executivo nº 19 de 11 de maio de 2004 – Retifica as instruções para preenchimento da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) referente ao exercício de 2004.

Instruções Normativas

Instrução normativa nº 421, de 10 de maio de 2004 – Dispõe sobre os Depósitos Judiciais e Extrajudiciais referentes a tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal, seus levantamentos e dá outras providências.

Instrução normativa nº 422, de 17 de maio de 2004 – Dispõe sobre a incidência, apuração e exigência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico instituída pela lei nº 10.336, de 2001 (Cide-Combustíveis).

Instrução normativa nº 423, de 17 de maio de 2004 – Dispõe sobre a opção pelos regimes de incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, de que tratam os arts. 23, 42 e 52 da lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

Instrução normativa nº 424, de 19 de maio de 2004 – Disciplina o regime de suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Confins-Importação, na importação de bens por estabelecimento situado na Zona Franca de Manaus.

Instrução normativa nº 425, de 20 de maio de 2004 – Aprova os formulários para a Declaração Final de Espólio e a Declaração de saída Definitiva do País, relativas ao Imposto de Renda da pessoa física para utilização a partir de 17 de julho de 2004, e dá outras providências.

Gabinete do Ministro

Portarias

Portaria interministerial nº 109, de 07 de maio de 2004 – Define os limites e as condições de que tratam os incisos I e II do parágrafo único do art. 1º do decreto nº 4.918, de 16 de dezembro de 2003, que regulamenta o Programa de Arrendamento Familiar.

Banco Central do Brasil

Circulares

Circular nº 3.238, de 17 de maio de 2004 – Cria desdobramentos de subgrupos e títulos no Cosif para registro da centralização financeira por cooperativas.

Resoluções

Resolução nº 3.194, de 11 de maio de 2004 – Dispõe sobre a concessão de rebate excepcional para as dívidas de operações de custeio contratadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

ESTADO

Atos do Poder Executivo

Decretos

Decreto nº 9.101 de 19 de maio de 2004 – Regulamenta a lei nº 8.899, de 18 de dezembro de 2003, que institui o Registro dos Mestres dos Saberes e Fazeres do estado da Bahia e dá outras providências.

Decreto nº 9.103 de 24 de maio de 2004 – Convoca a I Conferência Estadual de Políticas para Mulheres e dá outras providências.

Decreto nº 9.104 de 24 de maio de 2004 – Autoriza o parcelamento do recolhimento do ICMS devido por antecipação tributária parcial nas aquisições ocorridas no mês de abril de 2004.

Decreto nº 9.105 de 25 de maio de 2004 – Prorroga a campanha “SUA NOTA É UM SHOW DE SOLIDARIEDADE” e estabelece os valores dos recursos de premiação para a 4ª etapa da 2ª fase.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 249 de 19 de maio de 2004 – Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelas empresas transportadoras no transporte de mercadorias sujeitas ao recolhimento do ICMS por antecipação na entrada no território deste Estado.

Portaria nº 252 de 20 de maio de 2004 – Aprova o regulamento do Concurso de Idéias com o objetivo de combater a sonegação e melhorar a qualidade do gasto público.

Portaria nº 254 de 21 de maio de 2004 – Faz saber o resultado da 3ª etapa da 2ª fase da Campanha “SUA NOTA É UM SHOW DE SOLIDARIEDADE” e dá outras providências. ■

O Estado arrecadou R\$ 10.914 milhões em 2003

Quer saber como foi gasto este dinheiro?



Leia Finanças Públicas Acompanhamento 2003

e fique por dentro das receitas, despesas e repasses da
União, do Estado, da RMS e do município
de Salvador no último ano.

Confira também a Análise dos Principais Relatórios da Lei de
Responsabilidade Fiscal para o Estado.

Publicação disponível em CD-Rom ou para download no
www.sei.ba.gov.br

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índice de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC - Salvador: Maio/2004						
Grandes Grupos	Variações do Mês %		Variações Acumuladas %		Índice Acumulado	
	Mai/03	Mai/04	No ano	Últimos 12 meses	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e Bebidas	0,92	0,31	2,56	5,22	330467,8	221,53
Habituação e Encargos	4,86	1,65	5,78	8,44	557833,3	446,08
Artigos de Residência	0,46	0,73	1,54	10,69	271772,5	227,16
Vestuário	1,30	1,42	2,55	4,48	291623,9	171,14
Transporte e Comunicação	-0,05	0,01	2,37	6,32	504800,3	546,31
Saúde e Cuidados Pessoais	1,15	2,23	6,21	9,97	537985,1	286,62
Despesas Pessoais	0,37	0,02	4,15	9,00	596531,5	342,06
Geral	1,07	0,68	3,22	6,95	413852,4	288,37

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

Nota: O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1a 40 salários mínimos.

Índice de Preços - Brasil - Mai/2004				
Grandes Grupos	Variações do Mês %		Variações Acumuladas %	
	Mai/03	Mai/04	No ano	Últimos 12 meses
IPCA (IBGE)	0,97	0,37	2,23	5,26
IGP-M (FGV)	0,92	1,21	3,97	5,38
IPC (FIPE)	0,57	0,29	1,25	4,18

Fontes: IBGE, FGV, FIPE

Agricultura

Área Plantada, Área Colhida e Área Perdida dos Principais Produtos - Bahia: 2003/2004								
Produtos do LSPA ¹	Área Plantada (ha)			Área Colhida (ha)			Área Perdida (ha) ¹	
	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³
Lavouras Temporárias								
Abacaxi ⁴	4.658	4.885	4,9	4.658	4.885	4,9	0	0
Algodão Herbáceo	86.303	201.512	133,5	85.744	201.512	135,0	559	0
Alho	1.666	1.490	-10,6	1.666	1.490	-10,6	0	0
Amendoim	5.869	6.630	13,0	5.869	6.630	13,0	0	0
Arroz Total	18.018	28.712	59,4	18.018	28.712	59,4	0	0
Arroz Sequeiro	nd	25.632	-	nd	25.632	-	-	0
Arroz Irrigado	nd	3.080	-	nd	3.080	-	-	0
Batata-inglesa	3.134	4.100	30,8	3.134	4.100	30,8	0	0
Cana-de-açúcar	82.887	82.164	-0,9	82.887	82.164	-0,9	0	0
Cebola	6.516	6.194	-4,9	6.516	6.194	-4,9	0	0
Feijão Total	803.835	840.105	4,5	730.940	748.213	2,4	72.895	91.892
Feijão 1ª Safra	409.723	424.207	3,5	336.865	332.315	-1,4	72.858	91.892
Sequeiro	nd	291.687	-	nd	215.065	-	-	76.622
Irrigado	nd	1.590	-	nd	1.590	-	-	0
Caupi	nd	130.930	-	nd	115.660	-	-	15.270
Feijão 2ª Safra	394.112	415.898	5,5	391.802	415.898	6,2	2.310	0
Sequeiro	nd	390.840	-	nd	390.840	-	-	0
Irrigado	nd	10.242	-	nd	10.242	-	-	0
Caupi	nd	14.816	-	nd	14.816	-	-	0
Fumo	12.498	12.640	1,1	12.498	12.640	1,1	0	0
Mamona	125.188	145.819	16,5	125.188	145.819	16,5	0	0
Mandioca	335.414	354.812	5,8	330.614	354.812	7,3	4.800	0
Milho Total	797.806	784.357	-1	675.925	769.387	13,8	121.881	14.970
Milho 1ª Safra	471.704	433.818	-8,0	351.428	418.848	19,2	120.276	14.970
Sequeiro	nd	417.788	-	nd	402.408	-	-	15.380
Irrigado	nd	16.040	-	nd	16.040	-	-	0
Milho 2ª Safra	326.102	350.539	7,5	324.497	350.539	8,0	1.605	0
Sequeiro	nd	349.839	-	nd	349.839	-	-	0
Irrigado	nd	700	-	nd	700	-	-	0
Soja	850.000	821.000	-3,4	850.000	821.000	-3,4	0	0
Sorgo Granífero	58.991	61.135	3,6	49.241	61.135	24,2	9.750	0
Tomate	5.194	4.197	-19,2	5.194	4.197	-19,2	0	0
Tomate de Mesa	nd	4.197	-	nd	4.197	-	0	0
Tomate para Indústria	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Lavouras Permanentes								
Banana ⁵	51.541	53.276	3,4	51.136	53.276	4,2	405	0
Cacau	495.123	487.546	-1,5	486.285	487.546	0,3	8.838	0
Café	142.600	145.345	1,9	142.290	145.345	2,1	310	0
Castanha-de-cajú	19.544	19.870	1,7	19.544	19.870	1,7	0	0
Coco-da-baía ⁴	96.246	96.421	0,2	96.246	96.279	0,0	0	142
Dendê	41.466	nd	-	41.365	nd	-	101	-
Guaraná	5.938	5.936	0,0	5.938	5.936	0,0	0	0
Laranja ⁵	48.332	48.572	0,5	48.332	48.572	0,5	0	0
Mamão ⁵	15.968	15.864	-0,7	15.863	15.864	0,0	105	0
Maracujá ⁴	9.106	nd	-	9.106	nd	-	0	-
Pimenta-do-reino	1.138	1.134	-0,4	1.138	1.134	-0,4	0	0
Sisal	207.274	210.951	1,8	207.274	210.951	1,8	0	0
Uva	2.911	2.903	-0,3	2.911	2.903	-0,3	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível normalmente em razão da cultura estar na entressafra

Notas: ¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação).

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), maio/2004 (dados sujeitos a retificação).

⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida.

Produção Física e Rendimento Médio dos Principais Produtos - Bahia: 2003/2004

Produtos do LSPA ¹	Produção Física (t)			Rendimento Médio (Kg/ha)		
	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁴	115.149	116.151	0,9	24.721	23.777	-3,8
Algodão Herbáceo	276.337	684.601	147,7	3.223	3.397	5,4
Alho	13.903	11.632	-16,3	8.345	7.807	-6,4
Amendoim	7.576	11.045	45,8	1.291	1.666	29,0
Arroz Total	31.120	62.586	101,1	1.727	2.180	26,2
Arroz Sequeiro	nd	49.836	-	nd	1.944	-
Arroz Irrigado	nd	12.750	-	nd	4.140	-
Batata-inglesa	91.020	132.000	45,0	29.043	32.195	10,9
Cana-de-açúcar	4.566.742	4.606.603	0,9	55.096	56.066	1,8
Cebola	147.522	138.963	-5,8	22.640	22.435	-0,9
Feijão Total	354.582	472.672	33,3	485	632	30,3
Feijão 1ª Safra	119.686	140.277	17,2	355	422	18,9
Sequeiro	nd	81.563	-	nd	379	-
Irrigado	nd	4.216	-	nd	2.652	-
Caupi	nd	54.498	-	nd	471	-
Feijão 2ª Safra	234.896	332.395	41,5	600	799	33,2
Sequeiro	nd	304.012	-	nd	778	-
Irrigado	nd	19.261	-	nd	1.881	-
Caupi	nd	9.122	-	nd	616	-
Fumo	11.229	11.307	0,7	898	895	-0,3
Mamona	73.656	131.967	79,2	588	905	53,9
Mandioca	3.908.276	4.347.632	11,2	11.821	12.253	3,7
Milho Total	1.219.318	1.815.582	48,9	1.804	2.360	30,8
Milho 1ª Safra	970.498	1.452.037	-	2.762	3.470	25,6
Sequeiro	nd	1.347.010	-	nd	3.347	-
Irrigado	nd	105.027	-	nd	6.548	-
Milho 2ª Safra	248.820	363.545	-	767	1.037	35,2
Sequeiro	nd	359.829	-	nd	1.029	-
Irrigado	nd	3.716	-	nd	5.309	-
Soja	1.555.500	2.216.700	42,5	1.830	2.700	47,5
Sorgo Granífero	74.055	102.485	38,4	1.504	1.676	11,4
Tomate	211.750	157.438	-25,6	40.768	37.512	-8,0
Tomate de Mesa	nd	157.438	-	nd	37.512	-
Tomate para Indústria	nd	nd	-	nd	nd	-
Lavouras Permanentes						
Banana ⁵	749.945	783.971	4,5	14.666	14.715	0,3
Cacau	110.392	110.653	0,2	227	227	0,0
Café	110.450	132.169	19,7	776	909	17,1
Castanha-de-cajú	5.444	5.581	2,5	279	281	0,7
Coco-da-baía ⁴	705.311	702.125	-0,5	7.328	7.293	-0,5
Dendê	167.111	nd	-	4.039	nd	-
Guaraná	2.320	2.383	2,7	391	401	2,6
Laranja ⁵	770.275	771.580	0,2	15.937	15.885	-0,3
Mamão ⁵	782.450	810.060	3,5	49.325	51.063	3,5
Maracujá ⁴	119.016	nd	-	13.070	nd	-
Pimenta-do-reino	2.715	2.742	1,0	2.386	2.418	1,3
Sisal	176.728	180.964	2,4	853	858	0,6
Uva	87.434	83.241	-4,8	30.036	26.674	-11,2

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

Notas: ¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação).³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), maio/2004 (dados sujeitos a retificação).⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsidera variação percentual

Indústria

Produção Física da Indústria e dos Principais Gêneros - Bahia: Mar/2003-Mar/2004				%
Classes e Gêneros	No Mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria Geral	5,9	11,4	6,9	0,7
Extrativa Mineral	0,0	9,0	2,0	1,0
Indústria de Transformação	5,5	11,6	7,2	0,7
Minerais não-metálicos	9,6	14,9	-3,2	-16,6
Metalúrgica básica	-9,8	-10,8	14,9	12,0
Papel, celulose e produtos de papel	7,2	43,3	12,2	4,5
Borracha e plásticos	nd	37,2	-0,9	-11,2
Produtos químicos	23,2	22,7	3,6	3,5
Veículos automotores	nd	179,5	150,7	117,0
Alimentos e Bebidas	9,6	-2,6	-9,3	-4,0
Refino de petróleo e álcool	-21,6	0,0	13,9	-7,1

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível.

Notas: ¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação Mensal do Índice da Indústria de Transformação - Bahia: Mar/2003 - Mar/2004				%
Períodos	No Mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Março 2003	6,3	3,9	0,9	0,6
Abril	3,1	9,1	2,9	1,8
Maio	-5,2	12,2	4,7	4,2
Junho	1,5	0,7	4,0	4,4
Julho	1,3	-5,2	2,5	3,3
Agosto	-0,6	-8,4	1,0	1,0
Setembro	7,7	10,8	2,0	2,5
Outubro	-6,9	0,2	1,8	2,6
Novembro	-14,2	-18,9	-0,2	0,5
Dezembro	15,6	-7,1	-0,8	-0,8
Janeiro 2004	3,0	-1,3	-1,3	-1,1
Fevereiro	3,5	12,4	4,9	0,1
Março	5,5	11,6	7,2	0,7

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Notas: ¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação Percentual do Consumo de Energia Elétrica por Classe - Bahia				%
Classes	No mês	Mensal	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Rural/Irrigação	57,7	-17,6	-10,5	5,8
Residencial	2,4	-2,4	2,3	5,9
Industrial ¹	7,3	4,6	4,1	-1,1
Comercial	0,5	1,5	2,0	4,4
Utilidades Públicas ²	-1,6	-3,1	1,0	4,2
Setor Público	3,3	2,5	2,8	8,8
Concessionária	0,6	-5,2	-3,0	1,9
Total	6,0	1,2	2,6	1,7

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: GEAC/SEI

Notas: ¹ Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE;

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração Elétrica

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC Variação no Volume de Vendas no Varejo ¹ - Bahia				%
Classes e Gêneros	No mês	Mensal	Acumulado no Ano ²	Acumulado 12 meses ³
Comércio Varejista	12,9	13,1	4,8	-1,9
Combustíveis e Lubrificantes	14,1	4,1	-0,5	-1,1
Hipermercados, Supermercados, produtos alimentícios, Bebidas e Fumo	9,9	8,8	1,1	-5,1
Hipermercados e Supermercados	11,9	13,5	4,7	-6,0
Tecidos, Vestuário e Calçados	3,1	4,4	-0,1	-8,1
Móveis e Eletrodomésticos	28,3	52,0	37,1	8,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	22,2	nd ⁴	nd ⁴	nd ⁴
Livros, jornais, revistas e papelaria	-7,9	nd ⁴	nd ⁴	nd ⁴
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	59,6	nd ⁴	nd ⁴	nd ⁴
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	14,0	nd ⁴	nd ⁴	nd ⁴
Veículos, Motos e Peças	24,7	46,3	26,5	17,8

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Notas: ¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

⁴ Não disponível

Consultas e Inadimplências Junto ao Serviço de Proteção ao Crédito						%
Salvador: Out/2002 - Set/2003						
Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no Ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no Ano ⁴
Outubro 2002	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC e Cálculo SEI

Notas: ¹ Novos Registros

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Total de Cheques Compensados - Bahia: Abr/2003 - Abr/2004						%
Períodos	Quantidade			Valor ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no Ano ⁴	No mês	Mensal	Acumulado no Ano
Abril 2003	-3,5	-15,3	-8,7	5,6	-18,5	-18,2
Maio	0,2	-10,0	-9,0	-0,5	-14,6	-17,6
Junho	-0,5	0,5	-7,6	-3,7	-10,7	-16,5
Julho	5,4	-10,8	-8,1	6,0	-20,9	-17,2
Agosto	-8,8	-11,2	-8,4	-7,4	-21,3	-17,7
Setembro	12,1	-2,1	-7,8	15,9	-7,7	-16,6
Outubro	-3,7	-7,4	-7,7	1,2	-15,3	-16,5
Novembro	-9,8	-10,4	-7,9	-16,9	-17,3	-16,6
Dezembro	24,7	-3,2	-7,5	28,9	0,9	-15,1
Janeiro 2004	-11,0	-10,4	-10,4	-3,2	0,8	0,8
Fevereiro	-15,1	-12,8	-11,5	-17,6	-6,9	-2,8
Março	22,8	4,4	-6,4	33,1	32,3	7,9
Abril	-11,6	-4,4	-5,9	-11,3	11,2	8,7

Fonte: Banco Central do Brasil

Notas: ¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos meses em relação ao mesmo período do ano anterior.

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Abr/2004				%
Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios	
Desemprego Total	26,7	25,6	31,2	
Desemprego Aberto	15,9	14,8	20,5	
Desemprego Oculto	10,8	10,8	10,7	
Participação (PEA/PIA)	62,2	63,0	58,8	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Abr/2004					%
Ano/mês	Taxa de Desemprego Aberto		Taxa de Participação		
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	
Janeiro 2003	15,9	15,3	62,4	63,0	
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5	
Março	17,2	16,7	62,4	63,0	
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1	
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5	
Junho	18,9	18,4	62,4	63,0	
Julho	17,8	16,9	62,2	62,4	
Agosto	17,3	16,2	62,5	62,6	
Setembro	16,7	15,4	63,4	63,5	
Outubro	16,2	15,1	63,7	64,2	
Novembro	16,0	15,0	63,5	64,1	
Dezembro	15,1	14,6	62,9	63,9	
Janeiro 2004	62,4	63,3	14,9	14,3	
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1	
Março	15,4	14,5	62,0	63,1	
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Abr/2004

%

Ano/mês	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção Total
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números Absolutos¹	Índice²	Números Absolutos¹	Índice²	Números Absolutos¹	Índice²	Números Absolutos¹	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. Total (PEA/PIA)	
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4	1.161	111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Maio	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Junho	1.658	126,4	1.161	111,0	497	186,7	1.000	109,3	62,4	30,0	3.180
Julho	1.656	126,2	1.177	112,5	479	179,9	1.007	110,1	62,2	28,9	3.186
Agosto	1.668	127,1	1.188	113,6	480	180,3	1.001	109,4	62,5	28,8	3.191
Setembro	1.696	129,3	1.223	116,9	473	177,6	979	107,0	63,4	27,9	3.197
Outubro	1.708	130,2	1.240	118,5	468	175,8	973	106,3	63,7	27,4	3.202
Novembro	1.706	130,0	1.249	119,4	457	171,6	981	107,2	63,5	26,8	3.208
Dezembro	1.694	129,1	1.254	119,9	440	165,3	998	109,1	62,9	26,0	3213
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236

Variação Mensal

Abr-04/Mar-04	0,6	0,6	0,4	-0,3	0,3	0,0
----------------------	------------	------------	------------	-------------	------------	------------

Variação no Ano

Abr-04/Dez-03	-0,2	-1,1	2,5	2,9	-1,1	2,7
----------------------	-------------	-------------	------------	------------	-------------	------------

Variação Anual

Abr-04/Abr-03	2,8	6,8	-6,8	2,6	0,0	-9,2
----------------------	------------	------------	-------------	------------	------------	-------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Notas: ¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Abr/2004

%

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços Produção ¹	Serviços Pessoais ²	Serviços Domésticos	Outros
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3
Maio	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3
Junho	9,2	5,0	16,0	31,5	27,1	9,9	1,3
Julho	8,6	5,2	16,2	31,8	27,0	10,0	1,2
Agosto	8,9	5,1	15,6	32,5	27,0	9,8	1,1
Setembro	9,0	5,0	15,5	32,3	27,4	9,8	1,0
Outubro	9,1	4,6	15,6	32,5	27,7	9,5	1,0
Novembro	8,4	4,6	16,2	32,3	27,6	9,9	1,0
Dezembro	8,6	4,9	16,3	32	26,9	10,2	1,1
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Notas: ¹ Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Crédito e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão, e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros Serviços de Reparação e Limpeza

² Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Abr/2004

Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos					
	Total	Ass. Priv. c/ Carteira	Ass. Priv. s/ Carteira	Ass. Público	Total	Aut. Trab. p/ Público	Aut. Trab. p/ Empresa	Empregador	Domésticos	Outros ¹
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	35,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1
Maio	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0
Junho	61,8	36,2	11,8	13,7	22,5	18,6	3,9	3,4	9,9	2,3
Julho	61,2	35,3	11,4	14,5	22,6	18,6	3,9	3,7	10,0	2,5
Agosto	60,8	35,1	11,6	14,0	22,7	18,5	4,2	4,0	9,8	2,7
Setembro	59,7	34,4	11,0	14,3	23,4	18,8	4,6	4,4	9,8	2,7
Outubro	59,6	34,9	11,1	13,6	24,1	19,4	4,7	4,3	9,5	2,5
Novembro	59,3	34,5	11,3	13,5	24,5	19,9	4,6	3,7	9,9	2,5
Dezembro	59,9	34,7	11,8	13,3	23,9	19,6	4,3	3,5	10,2	2,5
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Notas: ¹ Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Abr/2004							R\$
Períodos	Rendimento Médio Real						
	Ocupados ¹			Assalariados ²			
	Valor Absoluto ³		Índice	Valor Absoluto ³		Índice	
	Média	Mediana		Média	Mediana		
Janeiro 2003	629	330	79,4	709	411	78,1	
Fevereiro	631	323	79,6	711	416	78,2	
Março	604	319	76,2	690	405	75,9	
Abril	604	316	76,3	676	402	74,4	
Maio	595	315	75,1	665	382	73,2	
Junho	629	329	79,4	707	406	77,8	
Julho	652	330	82,3	739	409	81,3	
Agosto	664	339	83,8	750	410	82,5	
Setembro	631	340	79,7	717	409	78,9	
Outubro	613	331	77,4	705	407	77,6	
Novembro	601	331	75,9	703	402	77,4	
Dezembro	625	341	78,6	722	420	79,2	
Janeiro 2004	655	353	81,6	753	440	81,8	
Fevereiro	669	351	83,1	765	434	82,9	
Março	684	352	84,3	782	435	84,1	
Variação Mensal							
Fev-04/Jan-04	1,8	-0,9	1,8	1,2	-1,6	1,2	
Variação no Ano							
Fev-04/Dez-03	5,6	1,7	5,6	4,6	2,1	4,6	
Variação Anual							
Fev-04/Fev-03	4,3	7,0	4,3	6,0	2,8	6,0	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Notas: ¹ Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

² Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês

³ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de Março - 2004

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹					
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Abr/2004					
R\$					
Períodos	Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2003	208	300	429	688	2.071
Fevereiro	209	300	403	677	2.112
Março	197	286	386	654	2.041
Abril	207	295	387	650	1.992
Maio	196	301	389	638	1.871
Junho	216	306	405	644	1.951
Julho	227	314	404	667	1.951
Agosto	253	322	396	686	1.983
Setembro	252	327	377	683	1.894
Outubro	248	316	370	675	1.904
Novembro	243	308	382	658	1845
Dezembro	241	309	405	673	1916
Janeiro 2004	246	328	427	682	1.955
Fevereiro	230	316	414	706	1.972
Março	220	309	408	727	1.989

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Nota: ¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de Março 2004

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador ¹						
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Abr/2004						
R\$						
Períodos	Rendimento Real Médio Trimestral dos Assalariados no Setor Privado					
	Total	Setor de Atividade			Carteira de Trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-Assinada
Janeiro 2003	588	734	512	586	655	391
Fevereiro	603	732	523	612	665	415
Março	588	800	481	577	663	366
Abril	582	747	456	581	649	373
Maio	567	753	460	551	637	346
Junho	586	820	454	578	659	363
Julho	615	906	461	595	698	364
Agosto	616	875	454	603	698	365
Setembro	596	783	469	589	670	363
Outubro	584	770	472	573	655	361
Novembro	581	758	464	570	653	361
Dezembro	592	841	464	571	667	371
Janeiro 2004	612	858	463	598	692	379
Fevereiro	627	952	467	596	711	371
Março	631	931	480	599	719	362

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Nota: ¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de Março - 2004

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Abr/2004

R\$

Períodos	Rendimento Real Trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até
Janeiro 2003	108	220	330	648	1.321	220	270	411	756	1.431
Fevereiro	108	215	323	647	1.328	215	266	416	756	1.492
Março	106	212	319	634	1.278	212	259	405	730	1.432
Abril	105	211	316	633	1.279	211	253	402	730	1.460
Maio	104	211	315	625	1.267	211	253	382	721	1.372
Junho	104	246	329	627	1.438	246	260	406	771	1.542
Julho	102	246	330	671	1.536	246	268	409	819	1.587
Agosto	102	244	339	695	1.535	244	285	410	818	1.629
Setembro	102	242	340	644	1.511	242	276	409	795	1.535
Outubro	100	241	331	610	1.323	241	276	407	733	1.506
Novembro	100	240	331	604	1.305	240	279	402	753	1.500
Dezembro	100	240	341	652	1.404	240	281	420	800	1.506
Janeiro 2004	101	243	354	708	1.504	241	284	441	812	1.605
Fevereiro	120	240	351	708	1.511	240	280	434	835	1.669
Março	101	241	352	707	1.537	240	282	435	858	1.800

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Notas: ¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de março - 2004² Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício³ Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego

Bahia: Jan/2003 - Abr/2004

Períodos	Saldo Líquido (Admissões – Desligamentos)				
	Total ¹	Ind. Transf	Const. Civil	Comércio	Serviços
2003	26.502	6.877	-3.067	7.486	8.658
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Maio	5.029	612	-263	1.073	976
Junho	1.907	358	-451	1.467	827
Julho	2.276	394	-363	-559	988
Agosto	2.161	1.467	596	811	-506
Setembro	6.809	2.010	798	1.254	3.895
Outubro	4.099	1.388	-132	1.455	2.006
Novembro	4.824	1.213	200	2.057	2.146
Dezembro	-7.891	-2.817	-1.330	-358	-1.172
2004	16.885	4.043	-127	2.497	5.296
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Mai-03/Abr-04	36.099	8.668	-1.072	9.697	14.456

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

Notas: ¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Abr/2004

Períodos	Saldo Líquido (Admissões – Desligamentos)				
	Total ¹	Ind. Tranf	Const. Civil	Comércio	Serviços
2003	5.746	317	-2.845	2.300	5.891
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Maio	464	155	-215	258	270
Junho	-302	1	-888	572	45
Julho	145	26	-352	-491	965
Agosto	321	373	-90	393	-408
Setembro	3.853	219	155	243	3.226
Outubro	2.135	405	-270	595	1.315
Novembro	3.062	293	191	1.076	1.523
Dezembro	-1.993	-522	-895	-148	-436
2004	3.593	772	-286	713	2.728
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Mai03-Abr04	11.278	1.722	-2.650	3.211	9.228

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Notas: ¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da seguridade social - Jan-Fev/2004					R\$ 1.000
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (a-b)
			Jan-Fev/2004 (b)	% (b/a)	
Receitas Correntes	441.602.317	441.602.317	69.769.309	15,8	371.833.008
Receita Tributária	124.300.612	124.300.612	22.305.052	17,9	101.995.560
Receita de Contribuições	266.499.301	266.499.301	40.448.687	15,2	226.050.614
Receita Patrimonial	12.402.960	12.402.960	1.859.636	15,0	10.543.324
Receita Agropecuária	23.580	23.580	2.866	12,2	20.714
Receita Industrial	527.566	527.566	43.671	8,3	483.895
Receita de Serviços	23.084.863	23.084.863	3.465.268	15,0	19.619.595
Transferências Correntes	243.477	243.477	29.790	12,2	213.687
Outras Receitas Correntes	14.519.958	14.519.958	1.614.339	11,1	12.905.619
Receitas de Capital	164.362.972	164.362.972	19.144.094	11,6	145.218.878
Operações de Crédito ¹	118.192.044	118.192.044	8.080.222	6,8	110.111.822
Alienação de Bens	2.942.765	2.942.765	77.296	2,6	2.865.469
Amortizações de Empréstimos	20.147.882	20.147.882	2.467.928	12,2	17.679.954
Transferências de Capital	44.219	44.219	3.018	6,8	41.201
Outras Receitas de Capital	23.036.062	23.036.062	8.515.630	37,0	14.520.432
Subtotal das Receitas (I)	605.965.289	605.965.289	88.913.403	14,7	517.051.886
Déficit (II)	-	-	-	-	-
Total (I+II)	605.965.289	605.965.289	88.913.403	14,7	517.051.886

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Nota: ¹ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública

Demonstrativo das Despesas da União Orçamentos fiscal e da seguridade social - Janeiro-Fevereiro/2004					R\$ 1.000
Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Realizadas		Saldo (a-c)
			Jan-Fev/2004 (b)	% (b/a)	
Despesas Correntes	475.515.102	475.515.102	60.245.511	12,7	415.269.591
Pessoal e Encargos Sociais	84.120.038	84.120.038	12.760.679	15,2	71.359.359
Juros e Encargos da Dívida	117.769.754	117.769.754	11.249.644	9,6	106.520.110
Outras Despesas Correntes	273.625.310	273.625.310	36.235.188	13,2	237.390.122
Transf.a Estados, DF e Municípios	92.025.823	92.025.823	13.356.244	14,5	78.669.579
Benefícios Previdenciários ²	121.430.219	121.430.219	17.576.515	14,5	103.853.704
Demais Despesas Correntes	60.169.268	60.169.268	5.302.429	8,8	54.866.839
Despesas de Capital	111.660.921	111.716.553	14.596.950	13,1	97.119.603
Investimentos	12.368.454	12.424.087	54.818	0,4	12.369.269
Inversões Financeiras	33.249.350	33.249.350	1.989.799	6,0	31.259.551
Amortização da Dívida ¹	66.043.117	66.043.116	12.552.333	19,0	53.490.783
Reserva de Contingência	21.964.621	21.950.236	-	-	21.950.236
Subtotal das Despesas (I)	609.140.644	609.181.891	74.842.461	12,3	534.339.430
Superávit (II)	-	-	14.070.942	-	-
Total (I+II)	609.140.644	609.181.891	88.913.403	14,6	534.339.430

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Notas: ¹ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública² Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões e outros benefícios previdenciários

Estado

Balço Orçamentário - Receita							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Bahia: Jan-Fev/2004							
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Jan/Fev	%	Até o Bimestre	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	12.469.804	12.514.122	1.895.961	15,15	1.895.958	15,15	10.618.164
Receita Tributária	6.988.059	6.975.559	1.005.613	14,42	1.005.614	14,42	5.969.945
Impostos	6.793.395	6.780.895	977.946	14,42	977.946	14,42	5.802.949
Taxas	194.664	194.664	27.667	14,21	27.668	14,21	166.996
Receita de Contribuições	1.059.286	1.059.286	160.517	15,15	160.517	15,15	898.769
Contribuições Sociais	1.059.286	1.059.286	160.517	15,15	160.517	15,15	898.769
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	257.969	299.954	17.948	5,98	17.945	5,98	282.009
Receitas Imobiliárias	22.140	22.140	406	1,83	406	1,83	21.734
Receitas de Valores Mobiliários	234.280	276.265	17.496	6,33	17.493	6,33	258.771
Receitas de Concessões e Permissões	1.515	1.515	45	2,94	45	2,94	1.470
Outras Receitas Patrimoniais	35	35	1	3,37	1	3,37	34
Receita Agropecuária	1.123	1.123	-	-	-	-	1.123
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	965	965	-	-	-	-	965
Outras Receitas Agropecuárias	158	158	-	-	-	-	158
Receita Industrial	90	90	-	-	-	-	90
Receita da Indústria de Transformação	90	90	-	-	-	-	90
Receita de Serviços	719.399	720.469	126.206	17,52	126.206	17,52	594.263
Receita de Serviços	719.399	720.469	126.206	17,52	126.206	17,52	594.263
Transferências Correntes	3.719.956	3.720.022	563.698	15,15	563.698	15,15	3.156.325
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	3.583.945	3.583.945	533.922	14,90	533.922	14,90	3.050.024
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	2.085	2.085	-	-	-	-	2.085
Transferências de Convênios	133.926	133.992	29.776	22,22	29.776	22,22	104.216
Outras Receitas Correntes	815.118	828.815	189.023	22,81	189.023	22,81	639.791
Multas e Juros de Mora	120.470	120.470	48.135	39,96	48.135	39,96	72.335
Indenizações e Restituições	55.058	55.058	3.223	5,85	3.223	5,85	51.835
Receita da Dívida Ativa	6.660	6.660	852	12,80	852	12,80	5.807
Receitas Correntes Diversas	632.930	646.627	136.813	21,16	136.813	21,16	509.814
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.091.196)	(1.091.196)	(167.044)	15,31	(167.044)	15,31	(924.152)
Receitas de Capital	1.522.353	1.522.353	48.462	3,18	48.463	3,18	1.473.291
Operações de Crédito	583.863	583.863	19.572	3,35	19.572	3,35	564.291
Operações de Crédito Internas	223.706	223.706	10.534	4,71	10.534	4,71	213.172
Operações de Crédito Internas	223.706	223.706	10.534	4,71	10.534	4,71	213.172
Outras Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	360.157	360.157	9.038	2,51	9.038	2,51	351.119
Alienação de Bens	282.040	282.040	356	0,13	356	0,13	281.684
Alienação de Bens Móveis	281.065	281.065	203	0,07	203	0,07	280.861
Alienação de Bens Imóveis	975	975	153	15,70	153	15,70	822
Amortização de Empréstimos	3.470	3.470	161	4,64	161	4,64	3.309
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.470	3.470	161	4,64	161	4,64	3.309
Transferências de Capital	652.975	652.975	28.373	4,35	28.373	4,35	624.602
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	423.088	423.088	562	0,13	562	0,13	422.527
Transferências de Instituições Privadas	97	97	-	-	-	-	97
Transferências do Exterior	1.300	1.300	-	-	-	-	1.300
Transferências de Convênios	228.490	228.490	27.811	12,17	27.811	12,17	200.679
Outras Receitas de Capital	5	5	-	-	-	-	5
Outras Receitas	5	5	-	-	-	-	5
Subtotal das Receitas (I)	13.992.157	14.036.475	1.944.422	13,85	1.944.420	13,85	12.092.055
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	13.992.157	14.036.475	1.944.422	13,85	1.944.420	13,85	12.092.055
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	13.992.157	14.036.475	1.944.422	13,85	1.944.420	13,85	12.092.055
Saldos de Exercícios Anteriores					44.318		

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balço Orçamentário - Despesa								R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Bahia: Jan-Fev/2004								
Despesas	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo
				Bim. Jan/Fev	No Exercício	Bim. Jan/Fev	No Exercício	
Despesas Correntes	11.449.382	16.999	11.466.381	1.554.415	1.554.415	1.329.263	1.329.263	10.137.117
Pessoal e Encargos	5.892.325	250	5.892.575	897.025	897.025	851.433	851.433	5.041.142
Juros e Encargos da Dívida	776.020	-	776.020	73.398	73.398	73.148	73.148	702.872
Outras Despesas Correntes	4.781.037	16.749	4.797.786	583.991	583.991	404.682	404.682	4.393.103
Despesas de Capital	2.530.253	27.319	2.557.573	193.619	193.619	186.253	186.253	2.371.319
Investimentos	1.342.012	27.319	1.369.331	17.306	17.306	9.940	9.940	1.359.392
Inversões Financeiras	369.604	-	369.604	27.577	27.577	27.577	27.577	342.027
Amortização da Dívida	818.637	-	818.637	148.736	148.736	148.736	148.736	669.901
Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	12.522	-	12.522	-	-	-	-	12.522
Subtotal das Despesas (VIII)	13.992.157	44.318	14.036.475	1.748.034	1.748.034	1.515.517	1.515.517	12.520.959
Amortização da Dívida Refinanciamento (IX)	-							
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	13.992.157	44.318	14.036.475	1.748.034	1.748.034	1.515.517	1.515.517	12.520.959
Superávit (XI)							428.904	
Total (XII)=X+XI	13.992.157	44.318	14.036.475	1.748.034	1.748.034	1.515.517	1.944.420	12.520.959

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2003 - Mar/2004						R\$ 1.000
Meses	ICMS		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	491.240	484.463	45.269	37.074	536.509	521.538
Fevereiro	494.620	438.218	37.624	45.857	532.244	484.075
Março	442.068	468.157	40.292	46.489	482.360	514.646
Abril	483.606		35.434		519.040	
Maio	447.830		47.985		495.815	
Junho	454.843		47.430		502.273	
Julho	463.914		57.400		521.314	
Agosto	465.528		55.112		520.640	
Setembro	491.119		63.031		554.150	
Outubro	497.479		31.450		528.929	
Novembro	488.485		36.125		524.609	
Dezembro	491.635		53.554		545.190	
Total	5.712.367		432.583		6.263.074	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da receita tributária ¹ - Bahia: Jan/2003 - Mar/2004						R\$ 1.000
Meses	ICMS		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	532.389	494.280	49.061	37.826	581.451	532.105
Fevereiro	527.647	442.305	40.137	46.285	567.784	488.590
Março	463.899	468.157	42.282	46.489	506.181	514.646
Abril	505.409		37.032		542.441	
Maio	471.166		50.485		521.652	
Junho	481.906		50.252		532.157	
Julho	492.498		60.937		553.435	
Agosto	491.157		58.146		549.303	
Setembro	512.785		65.812		578.597	
Outubro	517.163		32.694		549.858	
Novembro	505.393		37.375		542.768	
Dezembro	505.609		55.076		560.685	
Total	6.007.022		579.289		6.586.311	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração:SEI

Nota: ¹ Valores atualizados a preços de março/04 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para a Bahia Bahia: Jan/2003 - Mar/2004										R\$ 1.000
Períodos	Receitas									
	FPE*		IPI-EXP		FUNDEF UNIÃO**		Outras ¹		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2003	155.457	155.457	7.109	7.109	22.358	22.358	20.271	20.271	205.195	205.195
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	23.298	45.655	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	19.481	65.136	6.301	46.506	174.301	593.479
Abril	135.181	596.305	7.293	28.007	18.713	83.849	6.301	52.807	167.488	760.967
Maio	189.608	785.912	5.643	33.650	25.012	108.861	6.301	59.108	226.564	987.530
Junho	133.154	919.066	6.307	39.957	18.434	127.294	6.301	65.409	164.195	1.151.726
Julho	111.643	1.030.709	5.960	45.917	19.828	147.123	6.301	71.710	143.732	1.295.458
Agosto	146.466	1.177.175	6.357	52.273	19.997	167.119	6.301	78.011	179.121	1.474.579
Setembro	127.086	1.304.261	5.744	58.018	17.690	184.809	6.301	84.312	156.821	1.631.400
Outubro	131.300	1.435.561	6.984	65.002	16.311	201.120	6.301	90.613	160.896	1.792.296
Novembro	146.264	1.581.825	7.147	72.148	21.987	223.107	6.301	96.914	181.699	1.973.995
Dezembro	152.498	1.734.323	7.688	79.836	26.691	249.798	6.301	103.215	193.178	2.167.173
Janeiro 2004	167.381	167.381	8.168	8.168	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração:SEI

Notas: ¹ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1579

* Deduzidos 15% para o FUNDEF

** Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC 87/96 e complementação

Município

Balço Orçamentário Orçamentos fiscal e da seguridade social - Salvador Jan-Fev/2004 R\$ 1.000							
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (A)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (B-C)
			Jan-Fev 2004 (B)	% B/A	Jan-Fev 2004 (C)	% C/A	
Receitas Correntes	1.503.322	1.503.322	222.726	14,8	222.726	14,8	1.280.596
Receita Tributária	527.569	527.569	101.594	19,3	101.594	19,3	425.975
Impostos	451.500	451.500	83.104	18,4	83.104	18,4	368.396
Taxas	76.069	76.069	18.321	24,1	18.321	24,1	57.748
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	-	169	-	169	-	-
Receita de Contribuições	67.700	67.700	11.168	17	11.168	16,5	56.532
Contribuições Sociais	31.500	31.500	6.104	19	6.104	19,4	25.396
Contribuições Econômicas	36.200	36.200	5.064	14	5.064	14	31.136
Receita Patrimonial	98.289	98.289	7.142	7,3	7.142	7,3	91.147
Receitas Imobiliárias	2.842	2.842	203	7,1	203	7,1	2.639
Receitas de Valores Mobiliários	56.620	56.620	2.181	3,9	2.181	3,9	54.439
Receitas de Concessões e Permissões	36.827	36.827	4.748	12,9	4.748	12,9	32.079
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	10	0,5	10	0,5	1.990
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Produção Animal e Derivados	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	13.153	13.153	2.265	17,2	2.265	17,2	10.888
Receita de Serviços	13.153	13.153	2.265	17,2	2.265	17,2	10.888
Transferências Correntes	722.799	722.799	92.002	12,7	92.002	12,7	630.797
Transf. Intergovernamentais	672.773	672.773	90.440	13,4	90.440	13,4	582.333
Transf. de Instituições Privadas	452	452	-	-	-	-	452
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	26	26	-	-	-	-	26
Transferências de Convênios	49.548	49.548	1.562	3,2	1.562	3,2	47.986
Outras Receitas Correntes	73.812	73.812	8.555	11,6	8.555	11,6	65.257
Multas e Juros de Mora	29.104	29.104	4.245	14,6	4.245	14,6	24.859
Indenizações e Restituições	4.740	4.740	302	6,4	302	6,4	4.438
Receita da Dívida Ativa	32.000	32.000	3.033	9,5	3.033	9,5	28.967
Receitas Correntes Diversas	7.968	7.968	975	12,2	975	12,2	6.993
Receitas de Capital	87.105	87.105	9.127	10,5	9.127	10,5	77.978
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	3.500	3.500	2	-	2	-	3.498
Alienação de Bens Móveis	3.500	3.500	2	0	2	0	3.498
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	83.505	83.505	9.125	10,9	9.125	10,9	74.380
Transf. Intergovernamentais	3.045	3.045	-	-	-	-	3.045
Transf. de Instituições Privadas	20	20	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	80.440	80.440	9.125	11,3	9.125	11,3	71.315
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	100	100	1	1	1	1	99
Subtotal das Receitas (I)	1.590.427	1.590.427	231.853	14,6	231.853	14,6	1.358.574
Saldos de Exercícios Anteriores (II)							
Subtotal III= (I+II)	1.590.427	1.590.427	231.853	14,6	231.853	14,6	1.358.574
Déficit (IV)							
Total (III+IV)	1.590.427	1.590.427	231.853	14,6	231.853	14,6	1.358.574

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Vota: Administração Direta e Indireta da PMS

Balço Orçamentário									
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Salvador									
Jan-Fev/2004									
R\$ 1.000									
Despesas	Dotação Inicial (a)	Créditos Adicionais (b)	Dotação Atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Jan-Fev (d)	Jan-Fev (e)	Jan-Fev (f)	Jan-Fev (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.327.272	-	1.327.272	491.121	491.121	164.966	164.936	12,4	1.162.336
Pessoal e Encargos Sociais	516.158		516.158	251.372	251.372	69.366	69.336	13,4	446.822
Juros e Encargos da Dívida Interna	74.693		74.693	14.282	14.282	11.236	11.236	15,0	63.457
Outras Despesas Correntes	736.421		736.421	225.467	225.467	84.364	84.364	11,5	652.057
Despesas de Capital	281.094	-	281.094	69.866	69.866	32.827	32.827	11,7	248.267
Investimentos	203.715	(40)	203.675	45.053	45.053	24.681	24.681	12,1	178.994
Inversões Financeiras	4.075	40	4.115	236	236	236	236	5,7	3.879
Amortização da Dívida	73.304	-	73.304	24.577	24.577	7.910	7.910	10,8	65.394
Amortização da Dívida p/Contrato									-
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Amortizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência				-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas (I)	1.608.366	-	1.608.366	560.987	560.987	197.793	197.763	12,3	1.410.603
Superávit (II)	-	-	-	-	-	-		-	-
Total (I+II)	1.608.366	-	1.608.366	560.987	560.987	197.793	197.763	12,3	1.410.603

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Gerência de Análise Conjuntura (GEAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: geac@sei.ba.gov.br;
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

